UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS – IHAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS– PPGER
Campus Jorge Amado

RAMILLE ROQUE PINHEIRO

CONSCIÊNCIA DE IDENTIDADE OU CONSCIÊNCIA DE OPORTUNIDADES? UMA ANÁLISE SOBRE A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO EMPATA VIAGEM DE MARAÚ– BA.

BAHIA

2020

RAMILLE ROQUE PINHEIRO

CONSCIÊNCIA DE IDENTIDADE OU CONSCIÊNCIA DE OPORTUNIDADES? UMA ANÁLISE SOBRE A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO EMPATA VIAGEM DE MARAÚ– BA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Linha de Pesquisa: Pós-colonialidade e fundamentos da educação nas relações étnico-raciais,

Orientadora: Profª. Drª. Ana Cristina Santos Peixoto.

BAHIA

2020

Catalogação na Publicação (CIP) Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) Sistema de Bibliotecas (SIBI)

P654c Pinheiro, Ramille Roque, 1984-

Consciência de identidade ou consciência de oportunidades? : uma análise sobre a memória e a identidade dos remanescentes de quilombolas do Empata Viagem de Maraú-BA / Ramille Roque Pinheiro. – Itabuna: UFSB, 2020. -
150f.

Memorial (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2020.
Orientadora: Dra. Ana Cristina Santos Peixoto.

1. Negros – Identidade racial. 2. Memória coletiva. 3. Quilombos – Maraú (BA). 4. Empata Viagem – Maraú (BA). I. Título.

CDD – 305.8

Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922

RAMILLE ROQUE PINHEIRO

CONSCIÊNCIA DE IDENTIDADE OU CONSCIÊNCIA DE OPORTUNIDADES? UMA ANÁLISE SOBRE A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO EMPATA VIAGEM DE MARAÚ– BA.

Data da Aprovação _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA:

_____

ProfªDrª Ana Cristina Santos Peixoto
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Orientadora

_____

Profª. Drª Cristiane Batista da Silva Santos
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Examinadora

_____

Prof. Drª Cynthia de Cássia Santos Barra
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Examinadora

DEDICATÓRIA

Destino a honra de ter mais um sonho concluído aos meus pais Arlindo Pinheiro Filho e Valquíria Roque Pinheiro que sabiamente me direcionaram para trilhar o caminho do conhecimento.

As minhas irmãs Renata Roque Pinheiro e Roberta Roque Pinheiro pelo apoio constante para que eu desbravasse essa interceccionalidade.

A minha avó Arminda Luz Roque (in memória) que me ensinou que a memória é a peça mais importante para formar nossa identidade.

Assim, estas pessoas me conduziram a reconhecer que o mérito maior de toda essa conquista deve ser atribuída a um inúmero grupo de seres humanos que lutaram incessantemente para terem seu lugar de fala, sua voz ouvida e respeitada.

A estes que foram covardemente escravizados e silenciados, dedico esta pesquisa, como forma de legitimar a grandiosidade do valor social, religioso, cultural, político e humano que lhes fora negado, representados aqui pelo Remanescente do Empata Viagem de Maraú.

AGRADECIMENTO

Encetar gratuando a Deus por essa dádiva a mim conferida é o diminuto que poderia fazer. Mas também não posso embeber do egoísmo disseminado por séculos no Brasil que atalhou grupos de seres humanos de reverenciar e saldar seus superiores espirituais, os orixás. Dessa forma, respeitando e valorizando as divindades dos povos africanos que foram escravizados aqui no Brasil, agradeço a Exu, Ogum, Xangô, Oxóssi, Oxalá, Oxum, Obaluaiê, Oxumaré, Iansã, Ossaim e Iemanjá, por acreditar que eles me orientaram e me guiaram em todo esse processo de construção do conhecimento, pois acredito que carrego comigo todas as forças espirituais de vidas passadas.

De maneira grandiosa, agradeço a Deus, a Nossa Senhora, aos Santos e Arcanjos por terem me concedido a graça de ter uma visão ampla e respeitosa por todas as raças humanas e ampliar esse pensamento nesse curso.

Aos meus pais, irmãs e avó Arminda Luz Roque (in memória) que sempre foram à válvula mestra de inspiração para meus estudos.

Aos poucos e verdadeiros amigos em especial a minha amiga/irmã Cintia de Souza Reis, meus primos(as) Marcos Vinícius Roque Santos e Maria Gilcélia Sacramento Pinheiro e a minha amiga Thaís Santana Vieira pelo incentivo, apoio e ajuda. Aos colegas pelas trocas de experiências e companheirismo, principalmente Lis Pimentel Almeida e Cristiane Santos de Melo e a Diego Maradona da Hora Mendes por ter me incentivado a fazer a inscrição do mestrado e ter compartilhado da experiência comigo.

Aos meus tão sábios professores que me proporcionaram ampliar minha visão de mundo.

Em especial, agradeço à Comunidade de Remanescente do Empata Viagem, que me acolheram e me ensinaram que conhecimento se constrói com a valorização da memória, da identidade, do respeito e da comunicação entre os iguais e os diferentes.

Figura 01. Manoel Freire da Silva

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.12.2019

> Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente (REIS; GOMES, 1996, p.9).

RESUMO

O escopo deste trabalho é apresentar o reconhecimento da consciência de identidade dos remanescentes do Empata Viagem, por meio da memória, desmistificando a ideia de autodeclaração decorrente das “oportunidades” advindas das políticas públicas. Neste teor, será apresentado um breve histórico do Município de Maraú, localizando o remanescente do Empata Viagem, traçando toda sua trajetória ancestral até os dias atuais, que será elucidada por meio da memória dos membros da comunidade. A base está pautada na hipótese de que a Comunidade do Empata Viagem de Maraú vem formando a sua identidade por meio da memória viva, transmitida através da oralidade de seus anciãos, dos estudos ofertados nas escolas, das leituras desenvolvidas e do contato com outros grupos remanescentes. Desenvolveremos a pesquisa utilizando a etnografia, a cartografia, a história oral, a pesquisa descritiva, explicativa, bibliográfica, documental e entrevista informal. Serão apresentados os meios legais percorridos, os direitos adquiridos e as transformações positivas vivenciadas pela comunidade que se tornaram o reflexo legítimo da força, existência, resistência, ocupação do lugar de fala e consciência de pertencimento, bem como a riqueza de conhecimentos medicinais naturais e culinários oriundos da herança de seus ascendentes demonstrados por mulheres da comunidade. Por fim, criamos uma museoteca virtual para alcançar olhos e ouvidos de diferentes pessoas e grupos e dar visibilidade para o valoroso acervo histórico, cultural, econômico, social e educacional que a comunidade dispõe.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Políticas Públicas; Remanescente de Quilombos do Empata Viagem;

RESUMEN

El alcance de este trabajo es presentar el reconocimiento de la conciencia identita de los restos de Empata Viagem, a través de la memoria, desmitificando la idea de autodeclaración resultante de las "oportunidades" derivadas de las políticas públicas. En este contenido, se presentará una breve historia Del Municipio de Maraú, localizando el remanente de Empata Viagem, trazando toda su trayectoria ancestral hasta nuestros días, que será esclarecida a través de la memoria de los miembros de la comunidad. La base se basa em la hipótesis de que la Comunidad de Empata Viagem de Maraú ha ido formando su identidad a través de la memoria viva, transmitida a través de la oralidad de sus mayores, los estudioso frecidos em lãs escuelas, lãs lecturas desarrolladas y el contacto conotros grupos restantes. Desarrollaremos la investigación utilizando etnografía, cartografía, historia oral, descriptiva, explicativa, bibliográfica, documental y entrevistas informales. Se presentarán los medios jurídicos cubiertos, los derechos adquiridos y lãs transformaciones positivas experimentadas por la comunidad que se han convertido em el reflejo legítimo de la fuerza, la existencia, la resistencia, la ocupación del lugar de expresión y la conciencia de la pertenencia, así como la riqueza de los conocimientos medicinales naturales y culinarios derivados Del patrimonio de sus ascendientes demostrado por lãs mujeres de la comunidad. Por último, creamos um museo virtual para llegar a los ojos y oídos de diferentes personas y grupos y dar visibilidad a la valiosa colección histórica, cultural, económica, social y educativa que tiene la comunidad.

Palabras clave: Memoria; Identidad; Política Pública; Quilombos remanente de Empata Viagem;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Manoel Freire.
Figura 02: Certidão de auto-reconhecimento da Comunidade de Maraú-BA.
Figura 03: Marina Santos Souza.
Figura 04: Mapa geográfico do Município de Maraú – BA.
Figura 05. Mapa da comunidade do Empata Viagem.
Figura 06: Publicação de Certificação no Diário Oficial Fundação Palmares.
Figura 07: Certidão de Auto-reconhecimento do Remanescente do Empata Viagem.
Figura 08: Irênio Monteiro.
Figura 09: Localização das comunidades remanescentes de Maraú-BA.
Figura 10: Miguelita Ferreira da Silva.
Figura 11: Maria Luiza da Conceição Souza.
Figura 12: Antônia Conceição Oliveira – Secretária da Associação.
Figura: 13: Manoel Freire.
Figura 14: Reunião da Associação dos Quilombos da Região do Empata Viagem.
Figura 15: Antiga sede da Associação de Quilombo e região do Empata Viagem.
Figura16: Atual sede da Associação de Quilombo e região do Empata Viagem.
Figura 17: Escola Municipal Tomé Monteiro (atual escola da comunidade).
Figura 18: Antiga Escola da Comunidade do Empata Viagem – Escola Vitório Magalhães.
Figura 19: Maria Aparecida Souza Barbosa.
Figura 20: Casa do Programa Habitação Rural.
Figura 21: Casa de moradores da Comunidade Remanescente do Empata Viagem.
Figura 22: Café da manhã na inauguração da sede da associação.
Figura 23: Grupo cultural estudantil do remanescente do Empata Viagem.
Figura 24: Time de futebol masculino e feminino do Empata Viagem.
Figura 25: Capa do blog: Museoteca de Remanescente de Quilombola do Empata Viagem.
Figura 26. Irênio Monteiro
Figura 27: Manoel Freire.
Figura 28: Miguelita Ferreira da Silva.
Figura 29: Domingas Maria da Conceição.

Figura 30: Manoel Marcolino de Souza.
Figura 31: Maria Luiza da Conceição.
Figura 32: Marina Santos Souza.
Figura 33: Genário Conceição da Silva.
Figura 34: Maria Aparecida Souza Barbosa.
Figura 35: José Conceição da Silva.
Figura 36: Antônia Conceição Oliveira.
Figura 37: Reginaldo Conceição Nascimento.
Figura 38: Café da manhã na inauguração da sede da associação.
Figura 39: Reunião da Associação no dia que fui apresentar o projeto.
Figura 40: Reunião da Associação no dia que fui apresentar o projeto.
Figura 41: Imagens das mulheres negras que presenteei à associação confeccionadas por Thais Santana Vieira.
Figura 42: Imagens das mulheres negras que presenteei à associação confeccionadas por Thais Santana Vieira.
Figura 43: Crianças da comunidade remanescente de Empata Viagem.
Figura 44: Crianças da comunidade remanescente de Empata Viagem.
Figura 48: Pés de Manoel Freire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ADCT – Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

CEPLAC –Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CF – Constituição Federal

DNA –Ácido desoxirribonucleico

EBDA- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PRONAF –Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSF – Programa Saúde da Família

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SISEPIR – Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 14

2. QUILOMBOS: CONCEITOS..... 20

2.1. Minha trajetória pessoal e profissional com remanescentes de Quilombo..... 20

2.2. Conceito de quilombo e sua ressignificação na contemporaneidade..... 26

2.3. A comunidade do Empata Viagem se descobrindo como Remanescente..... 36

3. MEMÓRIA E IDENTIDADE..... 45

3.1. A história dos Remanescentes do Empata Viagem formada por meio da memória e da construção da identidade..... 45

4. A TROCA DOS TRÊS "P" PARA OS TRÊS "F": FIRMES, FORTES E FANTÁSTICOS: REMANESCENTES DO EMPATA VIAGEM A AS POLÍTICAS PÚBLICAS..... 66

4.1. Programas das Políticas Públicas para Comunidades de Remanescentes de Quilombos..... 66

4.2. Remanescente do Empata Viagem e o seu empoderamento com as Políticas Públicas..... 75

5. MUSEOTECA DO EMPATA VIAGEM: UM MERGULHO NA MEMÓRIA, IDENTIDADE, VALORIZAÇÃO E CONQUISTAS DE UM POVO..... 91

6. CONCLUSÃO..... 115

REFERÊNCIAS..... 118

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A origem de Mairahú se deu por volta de 1705, passando a ser vila em 17/06/1761 sobrevindo a ser chamada de São Sebastião de Mairahú. Através do Decreto-Lei nº. 10.724, de 30 de Março de 1938, torna-se cidade, recebendo oficialmente o nome de Maraú. Atualmente o Município tem uma superfície de 774.447 km² e integra a mesorregião do Sul Baiano, região da Costa do Dendê.

Maraú foi construída por índios que habitavam a região, foi habitada também por frades capuchinhos italianos e por negros africanos que foram obrigados a trabalhar na localidade. É partindo desta presença negra africana que o presente trabalho é respaldado. Nos dias atuais, Maraú comporta 06 comunidades descendentes de quilombos, dentre elas a do Empata Viagem. Vale ressaltar que no dia 04/03/2004 a sede do município de Maraú foi reconhecida pela Fundação de Palmares, órgão do Governo Federal, como comunidade remanescente de quilombo, entretanto, a publicação no Diário Oficial da União somente aconteceu no dia 12/05/2006.

É notório que o Município de Maraú abarca em seu histórico e em toda sua trajetória de cidade a forte presença do negro. Povo que bravamente lutou para deixar seu legado, seu reconhecimento como seres humanos dignos de valor e de respeito e continua resistindo e ocupando seu lugar de fala.

Contudo, durante muito tempo na história e na sociedade brasileira, pouca importância foi dada à história e a vida do negro africano que foi escravizado no Brasil. O pouco que se via nos livros didáticos era uma história distorcida, fantasiosa e cheia de recortes, colocando o negro africano sempre em uma posição social e intelectual de inferioridade e submissão. Infelizmente, em pleno século XXI uma parte da população negra ainda desconhece sua verdadeira história, suas reais origens, toda sua potencialidade de inteligência, sua garra de resistência, assim como seu legado cultural, religioso e social.

A falta de conhecimento acerca do seu DNA acarreta numa aceitação e valorização parcial de uma descendência étnica tão forte que ainda é desconhecida

em seu todo. Diante deste panorama e de um grupo social que sempre esteve à margem de uma sociedade e foi a este negado um direito de igualdade, equidade e oportunidade, vem sendo criadas políticas públicas para amenizar, oportunizar ou mesmo tentar reparar erros que foram acometidos para com estes povos.

A comunidade do Empata Viagem de Maraú-BA foi reconhecida legalmente como Remanescente de Quilombo, porém, existe uma inquietação em buscar por meio da memória que é o resgate do passado de forma oral, reconstruir e analisar o processo de formação da identidade desse povo. Pois, através de conversas informais com alunos e moradores da comunidade, notei a ausência de conhecimento com base teórica, estando às falas pautadas em discursos eurocêntricos, ingênuos e distorcidas acerca da real identidade do que vem a ser descendentes de pessoas escravizadas, de saber sua verdadeira história, processo de escravidão e lutas para dissolução do regime escravista, fugindo assim, de uma consciência de identidade em formação. Consciência no sentido de ter sua identidade formada por meio de informações verídicas, e não, reproduzida buscando a atender aos grupos dominantes da época. Desta forma, diante da percepção feita com a comunidade do Empata Viagem e buscando dialogar com a pós-colonialidade a fim de ampliar o conhecimento e quebrar com a ideia da existência de grupo superior e de grupo de subalterno, trazendo à tona toda a riqueza de conhecimento, foi pensado o tema que norteia o presente estudo: Consciência de identidade ou consciência de oportunidades? Uma análise sobre a memória e a identidade dos remanescentes de quilombolas do Empata Viagem de Maraú– BA.

Diante deste panorama, justifica-se que este estudo busca responder se a consciência e formação da identidade que é algo decorrente da memória viva e passada entre gerações, está presente nesta comunidade com raízes reais e verídicas ou apenas identificam-se como remanescentes em decorrência da existência de um documento que assim os intitulam e proporcionam benefícios advindos das políticas públicas direcionadas para estes grupos? A resposta descenderá da coleta de informações provindas das entrevistas que serão executadas em forma de conversação para permitir que os depoentes fiquem bastante à vontade. Por fim, será criada uma museoteca virtual sobre e com a

comunidade valorizando o conhecimento e os saberes dos descendentes de quilombolas.

Destarte, o presente estudo ocorrerá por etapas que serão apresentadas da seguinte maneira:

No primeiro capítulo será explanado sobre minha experiência profissional e acadêmica em relação aos remanescentes de quilombo, bem como os conceitos e formação dos quilombos no Brasil, sobre o viés teórico, enfatizando as diferentes concepções do termo no decorrer do tempo, e como esses espaços passaram a ser vistos e conceituados pelos próprios remanescentes, pois conforme Souza (2005, p. 31):

> Ao circularmos por diferentes espaços sociais assumimos papéis e nos posicionamos como homens, mulheres, filhos, pais, mães, estudantes, profissionais, religiosos. Estas muitas experiências cotidianas dizem respeito ao processo de construção ou desconstrução da identidade e da alteridade do semelhante e do diferente. O processo de identificar iguais conjuntamente produz a distinção. (SOUZA, 2005, p.31).

O ser humano muda constantemente e correlato à sua mudança a sociedade se transmuta e juntamente ambos evoluem, vão encaixando as diferentes realidades e experiências de vidas, levando em consideração o correlato e o divergente. Essas experiências enriquecem e torna-nos capazes de desmistificarmos o que estava estabelecido como correto, proporcionando-nos formular novas concepções. Esse processo desencadeia a formação da identidade.

No segundo momento, discorreremos sobre a memória e identidade partindo da análise conceitual de teóricos que abordam sobre o tema, como Kabenguele Munanga, que diz “a identidade passa pela contribuição histórica do negro na sociedade brasileira, na construção de economia do país com seu sangue; passa pela recuperação de sua história africana, da sua visão do mundo, de sua religião”, assim, será traçado um paralelo com a história contada pelos membros da comunidade do Empata Viagem, buscando equiparar como as comunidades remanescentes conceberam durante anos da história a participação do negro na sociedade brasileira partindo do pressuposto que tais relatos foram passados de maneira eurocêntrica e enfatizar como atualmente tais concepções estão sendo desmitificadas e como os Remanescentes do Empata Viagem estão engajados em

conhecer sua história pelo olhar verídico, contada pelos próprios negros partindo da ideia de empoderamento e consciência advinda dos estudos e das políticas públicas.

Já no terceiro capítulo, evidenciaremos a gama de Políticas Públicas ofertadas para Comunidades Remanescentes e como essas políticas públicas são utilizadas pelos Remanescentes do Empata Viagem enfatizando a visão, o conhecimento, a postura, frente a esta forma utilizada para restituir direitos que foram durante anos, contraditados. Tem como escopo traçar a trajetória histórica das políticas públicas quilombolas no Brasil estabelecendo uma relação com os Remanescentes de Quilombo do Empata Viagem, visando apontar os inúmeros programas que consolidam os benefícios advindos de muitas lutas, manifestações, reuniões e reconhecimento de direitos que durante muitos anos foram retirados e negados a quem de direito. Verificando a importância da Associação de agricultores do Remanescente de Quilombo Empata Viagem para a adesão e implantação dos diferentes programas na comunidade.

Será utilizado o método de pesquisa descritiva, explicativa, bibliográfica e documental,bem como farei uso da etnografia, cartografia e história oral por meio das entrevistas em forma de conversação. Assim, acumularei informações suficientes para apresentar a história dos grupos negros a partir da perspectiva do olhar e da fala do próprio negro, permitindo que a narrativa de todo o processo histórico apresentado pelos membros da comunidade possibilite vislumbrarmos os avanços e conquistas que a comunidade vem passando por meio de seus esforços e consciência de capacidade, que desencadeiam na forte estrutura social, cultural e econômica atual. Como partes do processo de construção do conhecimento foram realizadas leituras de guias de políticas públicas, obras de autores como Kabengele Munanga (2006/2012), Djamila Ribeiro (2017), Batliwala (1994), Antônio Olavo (2004), Ilka Leite (1996), Cunha Jr. (2012), Hobsbawn (2004), Fernandes (1964), Gonzalez (1982), Hall (2004), Le Goff (2003), Moura (2004), Spivak (2010), Reis (1996), Pollak (1992/1989), Santos (2015), Reis (1995/1996), dentre outros que versam sobre a temática e tendem a possibilitar um entendimento mais estruturado, aprofundado e esclarecedor sobre as políticas públicas para remanescentes de quilombos, colaborando para assuntos condizentes ao abordado.

Em desfecho, juntamente com a comunidade, criaremos uma museoteca virtual, composta por objetos antigos que fazem parte do acervo pessoal dos membros da comunidade e que, por estes, serão disponibilizados e expostos por meio de fotografias buscando representar o valor e a força da memória tão bem guardada e transmitida pelos anciãos da comunidade; imagens de membros da comunidade e depoimentos correlatos à história, identidade, desenvolvimento e empoderamento, como forma de demonstrar à trajetória, o cotidiano, os saberes e fazeres, as conquistas, os personagens, ou seja, a memória e a identidade do Empata Viagem; Serão disponibilizados e-books de autores negros que servirão para incentivar e impulsionar a leitura e tornar conhecidos negros que se destacam na literatura e áreas afins, servindo de exemplo para inspirar novos escritores, sejam eles da comunidade do Empata Viagem, como visitantes, assim como,para estimular o gosto pela leitura. Ler obras de autores negros possibilitam desmistificar conceitos e informações acerca do negro, tornando-os mais conhecedores de seus direitos e engajados com as causas correlatas. Estarão disponíveis também, trabalhos científicos especificamente sobre o Empata Viagem. A museoteca virtual estará disponível para visitação por meio exclusivamente virtual e eu e alguns membros da comunidade ficaremos incumbidos de mantê-la atualizada. O produto final foi pensado a partir de uma conversa minha com a diretora Maria Aparecida Conceição Souza Barbosa da Escola Municipal Tomé Monteiro que ao me ouvir explanar a ideia de fazer uma museoteca, relatou que um morador da comunidade que reside em outro Estado, já havia sinalizado o sonho de criar um museu na comunidade, assim, como forma de tornar realidade um desejo de um descendente que jamais esqueceu suas origens e oportunizar a Comunidade do Empata Viagem a valorizar e resgatar a memória e identidade e correlato a isso, serem protagonistas da sua própria história podendo divulgar sua evolução, conquistas e consciência de pertencimento, se percebendo como construtores em formação de importantes etapas que estão por vir, a fim de utilizarem sabiamente a memória e continuar no processo de formação de identidade, acordamos criar a museoteca.

Acredita-se, portanto, que o presente estudo servirá para ressignificar o destemor, somando com a história de outras comunidades remanescentes que estão a escrever sua própria história, buscando melhorar a consciência de igualdade, equidade e respeito na nossa sociedade e deixar para as gerações

futuras, uma história de raiz, do negro para o negro, do negro para o branco, do negro para o indígena, do negro, para todos os seres humanos, demonstrando a importância e influência que as Políticas Públicas têm para as comunidades remanescentes.

2 QUILOMBOS: CONCEITOS

2.1 Minha trajetória pessoal e profissional com remanescentes de Quilombo

Em forma de memorial irei discorrer sobre minha experiência acadêmica e profissional em relação às comunidades de remanescentes de quilombos, trazer para o cenário de visibilidade a Comunidade Remanescente do Empata Viagem. Assim, não vejo esta narrativa apenas como uma obrigação acadêmica para a obtenção da certificação do título de Mestra. Vai muito além... É uma missão oportunizada a mim, dar voz e buscar ouvidos para um dos povos que foram os grandes responsáveis pela nossa formação identitária. Contudo, por terem sido marginalizados, esquecidos, silenciados, apagados durante séculos, pouco sabemos sobre eles, embora a busca por maiores informações, seja constante. Dessa forma, vi nos Remanescentes do Empata Viagem uma representação assertiva que traduz em síntese, o que foi, o que é, e o que será a presença do povo negro na nossa sociedade.

Relembrar toda essa trajetória, me emociona e me faz ter certeza que estou no caminho certo, pois eu posso não saber quantas vidas eu transformei nesses árduos passos, mas, eles com certeza sabem.

Desde muito nova, na fase da infância gostava de ensinar para as bonecas o que aprendia na escola, por isto acredito que nasci com vocação para ser professora.

Fiz o fundamental I e II sem repetir séries e me identificava muito com as aulas de história. Os professores explicavam o conteúdo e eu não apenas ouvia a explanação, eu literalmente me teletransportava e me sentia personagem da história. Parece algo um tanto louco, mas era de fato isso que ocorria.

Os anos se passaram e lá estava eu, pronta e determinada para cursar o Magistério. Vale ressaltar que, sempre morei em Ibiaçú, Distrito de Maraú e por falta de Colégio que ofertasse o Magistério, estudava na cidade de Ubaitaba que fica à 10

km de distância de Ibiaçú. Destaco que todo percurso era e ainda é de estrada de chão. Enfrentei chuvas, atoleiros, caronas em caminhões, em caçambas de pedra, em carros quase caindo os pedaços. Tais experiências me motivaram na busca de alcançar meu objetivo.

Formei em magistério em 2002 com a certeza de que uma etapa eu tinha vencido. Mas, queria mais.

Consegui emprego como professora na Escola Municipal Dr. Antenor Lemos, em Ibiaçú, atualmente Escola Municipal Antonio Viana Filho, escola na qual havia estudado parte do ensino fundamental II e me sentia plena e feliz pela conquista, mas sabia que apenas aquilo não me bastava. Em 2005, passei no vestibular para o curso de Licenciatura em História na Faculdade Santo Agostinho – (FACSA) em Ipiaú.

Como já me identificava muito com o período colonial do Brasil (século XVII ao XIX), fiz meu trabalho de conclusão com o Grupo Cultural Cucumbi, um grupo afro-brasileiro de Maraú.

É importante frisar que na época não se falava abertamente da possibilidade da sede ser um remanescente, atualmente a cidade de Maraú é legalmente reconhecida pela Fundação Palmares. Motivo de orgulho para toda população local.

A certificação serve para fortalecer as lutas e os enfrentamentos travados pela população negra objetivando traçar metas para a obtenção dos direitos que pertencem legalmente a nós, povos remanescentes, que descendemos de povos tão batalhadores e que honraram seu valor. Bem como para afirmar e defender uma identidade que foi subjugada.

Ao desenvolver o trabalho, me encontrei e passei a buscar mais informações sobre os remanescentes de quilombos.

Figura 02. Certidão de auto-reconhecimento da Comunidade de Maraú-BA

TABELIONATO DE MARAÚ - BA
AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPROGRAFICA CONFERE COM ORIGINAL APRESENTADO
AUTENTICAÇÃO
Maraú 29 MAR 2019

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Maraú**, localizada na sede do município de Maraú, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n. 545, fl. 54, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, ***É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.***

Declarante(s): **Associação Cultural Municipal Maraú** - CNPJ/MF nº 06.936.770/0001-27
Presidente: Antônio Marcos Lemos Souza – CPF/MF nº 929.380.435-20
Cláudio Raimundo Oliveira Santos – CPF/MF nº 124.796.675-53
Edcarlos Luz Pereira – CPF/MF nº 920.070.745-91
Gilmar Conceição Nery – CPF/MF nº 013.339.905-29

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília, DF, **11** de **abril** de 2006.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0106/0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
E-mail:chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

Fonte:Associação Cultural Municipal de Maraú-BA

Concluí a faculdade em 2008 e no mesmo ano fui aprovada no concurso Municipal de Maraú, para o cargo de professora.

Contudo, em 2009 fui convidada para ser gestora escolar no Município de Maraú-BA e aceitei. A Escola a qual eu era gestora recebia alunos do Remanescente de Empata Viagem e tinha parceria com a comunidade em decorrência do programa PAA. Logo, me despertou o interesse em contribuir de

alguma forma para o desenvolvimento da comunidade, então, procurei me engajar, buscando ainda mais informações sobre a comunidade.

No ano de 2008, mesmo antes de concluir a graduação, dei início a minha especialização (Lato Sensu) em História e Historiografia do Brasil pela Faculdade Santo Agostinho (FACSA), vindo a concluir em 2010 e defendi a monografia em 2011, na qual, também trabalhei com o Grupo Cultural Afro-brasileiro Cucumbi de Maraú.

Em 2010, enquanto concluía a pós-graduação, fui aprovada no concurso do Estado da Bahia para professora de História, sendo convocada em 2012 e passei a atuar justamente onde sempre objetivei, no Colégio Estadual Clemente Mariani, mesma instituição em que estudei o ensino fundamental I, em Ibiaçú-Maraú-BA.

Conciliava a direção das escolas no Município e minha função de professora estadual. Mas apenas tudo isso, não me bastava. Via que ao meu redor tinham muitas pessoas que se inspiravam em mim. Pessoas, pobres, negras, moradores da zona rural, de pais que não tiveram oportunidade de frequentar a escola, alguns sem expectativa de vida e de sonhos. Eu não era apenas Ramille Roque Pinheiro, eu era um deles que estava vencendo por meio do estudo. Nunca tive a vaidade de pensar que meu papel eu já tinha executado, pelo contrário, eu estava começando, apenas começando.

Por acreditar que conhecimento é sempre bem vindo, em 2011 dei início à minha segunda graduação na Universidade Estadual de Santa Cruz – (UESC), pelo programa PARFOR, Licenciatura em Língua Estrangeira Moderna – Inglês.

Menciono também que no final de 2012, saí da função de diretora e fui ministrar aulas no fundamental II na escola Antônio Viana Filho. Uma das maiores felicidades da minha vida.

Vale frisar que durante todo o percurso narrado até aqui, participei de vários congressos, oficinas, seminários, palestras, tudo que promovia conhecimento na área de história, eu estava disposta a participar. Sempre com total apoio e incentivo dos meus pais e irmãs.

Em Agosto do ano de 2016, iniciei minha terceira graduação em Direito na Faculdade União Metropolitana de Educação e Cultura – (UNIME) e após cursar três semestres, transferi para a Faculdade de Tecnologia e Ciências – (FTC), lá a experiência com o curso de Direito é maior e o valor dado para questões étnico-raciais se faz mais presente na vida dos alunos do curso de Direito, em que tive a oportunidade de produzir e apresentar artigos acerca da temática étnico-racial e acredito que fiz a escolha certa ao me transferir.

Estudos e trabalho sendo conciliados com muitas noites sem dormir, com vida social quase nenhuma, pois sou concursada 20 horas na rede Municipal de Maraú e 40 horas na rede Estadual da Bahia. Continuo morando e trabalhando no Distrito de Ibiaçú e estudo em Itabuna, sendo assim, a minha vida de idas e vindas, de enfrentar estradas de chão com atoleiros e lama, com risco de assaltos na estrada, continua, mas não são motivos para me desencorajar.

Sou para minha comunidade e para meus alunos um exemplo, o que motivou muitos deles que concluíram o ensino médio a ingressar em cursos de graduação para estudar e buscar seus sonhos e os que ainda estão estudando, a traçar metas para o futuro.

Em 2018 por incentivo de um colega de trabalho, me inscrevi na seleção do mestrado na Universidade Federal do Sul da Bahia – (UFSB) e para minha surpresa, fui aprovada. No primeiro momento não sabia se ria, se chorava, se pulava, se agradecia ou me desesperava. Queria muito colocar em prática um projeto que tinha em mente, que era de trabalhar com os Remanescentes do Empata Viagem, mas acreditava que o trabalho que estava desenvolvendo em sala de aula com os alunos, que em boa parte são dessa comunidade, era o suficiente para aquele momento. Entretanto, minha missão era maior do que eu pensava e eu seria incapaz de recuar, pois a aprovação era na área que eu queria, e na universidade que sempre desejei.

Pedi licença do trabalho do município, pois a lei me permitia ter uma licença remunerada, diminui a quantidade de disciplinas no curso de Direito e assim comecei uma rotina mais louca do que eu já tinha.

Minha família super orgulhosa de mim, eu ainda no estado de choque com tudo isto acontecendo de forma tão rápida, dormi e acordei mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais na UFSB.

Desde o início da minha vida acadêmica meu público alvo sempre foi pessoas negras, grupos culturais afro-brasileiros e remanescentes, de preferência pessoas as quais eu tivesse um convívio, um conhecimento bem próximo e que fossem pessoas engajadas com causas étnico-raciais, com consciência do seu valor, com garra para lutar pelos seus direitos podendo ter seus saberes e histórias propagadas em toda e qualquer parte do mundo. Dentro destas características, estão os Remanescentes do Empata Viagem, que parte destes são meus alunos, ex alunos ou futuros alunos. Partindo deste objetivo que eu entendo como missão, elaborei meu projeto com o escopo de apresentar que o reconhecimento da consciência de identidade dos remanescentes do Empata Viagem, ocorre por meio da memória, desmistificando a ideia de autodeclaração decorrente das “oportunidades” advindas das políticas públicas. Embora ressalto que, a presença das políticas públicas são fundamentais para instigara busca pelo conhecimento de sua verdadeira história, restaurando e evidenciando a memória dos anciãos da comunidade, bem como tornando-os conhecedores de seus direitos.

Essa comunidade foi legalmente reconhecida pela Fundação Palmares como Remanescente de Quilombo no ano de 2004, e desde então, vem com muita consciência resgatando por meio da memória a sua história e por meio do conhecimento das leis, vem buscando resgatar direitos que destes foram tomados. Assim, se valem principalmente das políticas públicas para obterem a faculdade que lhes cabem.

Desde meu ingresso no curso do mestrado, percebo que minha prática em sala de aula vem ganhando um significado diferente, eu diria que mais engajado com as causas do grupo ao qual eu pertenço, o dos negros. Busco sempre oportunizar uma consciência crítica, de resistência, de ressignificação, de consciência de valor cultural, histórico, religioso e humano. O curso é um leque cultural riquíssimo, meus colegas trazem consigo relatos e experiências de vida incríveis, que eu jamais vivenciei na pele. Trazem um conhecimento amplo e claro que ao confrontar com os teóricos apresentados pelos professores, me fizeram mergulhar em um oceano de

conhecimento muito longe de qualquer preconceito. Preconceito este que jamais tive ou sofri, mas que presenciei muitas pessoas terem e/ou sofrerem e que me fizeram perceber que precisamos cada dia mais resistirmos e lutarmos para promovermos a conscientização da igualdade, do respeito e da busca pela reparação dos erros causados a toda população negra.

Após descrever um pouco sobre minhas memórias e meu processo de formação, passaremos agora a problematização do conceito de quilombo e seu significado na contemporaneidade.

2.2 Conceito de quilombo e sua ressignificação na contemporaneidade.

São vários os conceitos e definições atribuídos ao Quilombo no decorrer dos tempos, porém, estudos afirmam que é datada de 1559 a primeira menção em documentos oficiais referente à existência de quilombos. Embora, apenas em 1740 o Conselho Ultramarino, conceitua-o “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura: 1981, p.16). Era uma visão voltada para qualificar o negro apenas como fujão, não vislumbrava o seu potencial de ser humano que reivindicava melhores condições de trabalho, de vida e que lutava contra os maus tratos sofridos. O negro escravizado era simplesmente coisificado, tratado como um rebelde sem causa. O Quilombo era apontado como lugar ocupado por criminosos, negros perigosos, abomináveis, um local propício para vadiagem e representava o perigo. Embora fique evidente os ideais revolucionários, que tinha como escopo, livrar todo aquele povo marginalizado das deprimentes realidades que viviam e buscavam a transformação da esfera política.

O quilombo simbolizava o enfrentamento travado pelos grupos oprimidos, ainda que estejamos em um processo de desfazimento das interpretações eurodescendentes e tendo mais espaços sendo ocupados pelas versões afrodescendentes que nos possibilitam enxergar o verdadeiro significado dos quilombos.

A formação dos quilombos era a mais real demonstração da insatisfação dos grupos acabrunhados com o regime escravocrata do período.

Para Moura, (2004, p.335):

> Na história da escravidão no Brasil, os quilombos exerceram um importantíssimo papel de resistência e contribuíram para desgastar social e economicamente o sistema escravista, proporcionando a sua consequente substituição pelo trabalho livre. (MOURA, 2004, p.3350).

Por assim dizer, os quilombos foram à primordial referência que reflete os passos firmes dados pelos grupos explorados na tentativa de esfacelar o regime opressor vigente na época.

Muito embora tenham passados anos sendo propagada uma visão eurocêntrica sobre os quilombos, Leal (1995, p.9) classifica os quilombos como:

> [...] lugares onde os negros se refugiavam dos senhores de escravos, que os tratavam com os piores castigos. Esses locais, geralmente de difícil acesso, como as serras do Nordeste, se transformaram em verdadeiras cidades. Muitas delas foram destruídas, outras, entretanto, permaneceram intactas até o fim do regime de escravidão no Brasil. (LEAL, 1995, p.9).

Sabe-se que a mão de obra no período escravocrata era a do negro que foi duramente escravizado. Muito longe de ser “burro”, como por séculos foi taxado, o escravizado sabiamente elaborou estratégias para afirmar seu descontentamento com as imposições religiosas, sociais, políticas e culturais da época, buscando bravamente transmudar a vida que era obrigado a ter. Assim, os quilombos foram a válvula mestra de tais estratégias. Vale frisar, que no Brasil, vários quilombos foram criados, tendo como a maior referência o Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, localizado na região do atual Estado de Alagoas. Outra referência de revoltas e resistências é o Engenho de Santana, que localizava-se em Ilhéus, no Sul da Bahia, criado no século XVI.

Para João José Reis,

> A formação de grupos de escravos fugitivos se deu em toda parte do Novo Mundo onde houve escravidão. No Brasil estes grupos foram chamados de quilombos ou mocambos, os quais às vezes conseguiram congregar centenas e até milhares de pessoas. Como se repetiu em muitos outros quilombos, esta população não era constituída apenas de escravos fugidos e seus descendentes.Para ali também convergiram outros tipos de

> trânsfugas, como soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simples aventureiros, vendedores, além de índios pressionados pelo avanço europeu.Mas predominavam os africanos e seus descendentes. Ali, africanos de diferentes grupos étnicos administraram suas diferenças e forjaram novos laços de solidariedade, recriaram culturas. (REIS, 1995/1996, p.16).

Embora muitos tenham ideias frigorificadas que atribuem aos quilombos uma presença restrita de negros, estes locais representavam além da resistência a autonomia de diversos grupos subalternos que encontravam ali um espaço para respeitar e valorizar as diferenças, ressignificar suas culturas e traçar metas para buscar mudanças na estrutura política e social.

Pós-abolição vários conceitos vêm sendo vinculados exemplificando o termo Quilombo na contemporaneidade. Nesta perspectiva, é de suma importância apresentar que o conceito de Comunidade Quilombola ou Remanescente de Quilombo tem amparo legal desde 20 de Novembro de 2003 com o Decreto 4.887 que regimenta:

> Art. 2º: Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins de decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
>
> §1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. (BRASIL, 2003)

Assim como, nas Disposições Transitórias da Constituição Federal (ADCT) em seu art. 68 que diz “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Vale salientar que esta beneficiência legal ocorreu em decorrência dos grandes embates travados pelos grupos que carregam a herança ancestral escravista. Contudo, não significou a solução de todos os problemas. Bem como, não significa dizer que apenas a auto-afirmação assegura a legitimidade de ser considerado remanescente e poder fazer uso dos programas das políticas públicas direcionadas a estes. Existe todo um processo para serem legalmente reconhecidos, como será discutido posteriormente.

Segundo Munanga (2006, p. 61), a palavra “kilombo é de origem banto umbundo, que era falada pelo povo ovibundo, para se reportar a uma categoria de instituição sociopolítica militar presente na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola”. Para Munanga, os quilombos brasileiros eram:

> [...] cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata (...) organizaram-se para fugir (...) e ocuparam territórios brasileiros não povoados, geralmente de difícil acesso (...) abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos) prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. (MUNANGA, 2006, p. 61).

Neste cenário, seriam locais que recebiam todo e qualquer povo ameaçado, opresso, subjugado, que ao se direcionar para áreas longínquas consolidavam o desejo de lutar e estabelecer uma democracia racial. Contudo, democracia esta, que ainda se busca.

Para ampliar o leque de conceitos acerca do quilombo na contemporaneidade, Moura, (2004) nos diz:

> Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de cultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. Valoriza tradições culturais de antepassados (religiosas ou não) e as recria no presente. (MOURA, 2004, p. 253).

Terras habitadas e ocupadas por pessoas, que trazem na sua cor da pele, nos costumes, nos hábitos alimentares, o legado de povos que foram tão covardemente explorados, surrados, subjugados. Terras habitadas por pessoas que descenderam de grandes lutadores que fomentam parte da nossa identidade e que vivem da agricultura, do comércio e de todos os meios que honestamente conquistaram espaço.

Cunha (2012) vai além, e enfatiza:

> O conceito de quilombo ultrapassou os limites de um conceito de importância menor, de um fato sem relevância social. Hoje, o conceito quilombo remete a conceitos fortes e consistentes, com implicações nos campos da reforma agrária, da posse e uso de terras. Tal conceito trabalha o campo das identidades culturais e dos direitos a elas referidos confrontando o campo da territorialidade e questões fundiárias, ás áreas

> políticas de educação, cultura e saúde. Esses conceitos têm implicações nas áreas do direito e das políticas públicas. As definições de quilombos, portanto, nos remete a cultura, identidade, territórios, propriedades, bens econômicos, sociais, culturais e políticos. (CUNHA, 2012, p 159).

Algo que era observado sem grande relevância, reduzido a fatores raciais socialmente falando, ganha uma nova roupagem inserindo-se em um discurso que abrange a história e a historiografia escravista, bem como labora o negro em espaços que o vislumbra como de pertencimento capaz de atender aos aspectos tanto étnicos quanto culturais. O quilombo é um espaço territorialmente falando que já não abarca “negros fugitivos”, mas um lugar que desde sua origem era supostamente idealizado por aqueles que iniciaram. Um lugar que é berço de uma história de luta, de resistência, de afrontamento, de busca de ideais, de formação de identidade, de busca de direitos, de emancipação da cultura, da religiosidade, do direito a terra, da oportunidade de estabelecer regras, de viver em comunidade, com respeito, coletividade, responsabilidade e acima de tudo liberdade e autonomia. O quilombo é a marca mais evidente de que um povo unido pode mudar os rumos dos regimes políticos de opressão, exploração e desvalorização de um povo.

O conceito quilombo nos dias atuais não se restringe apenas ao campo histórico, ele versa pela sociologia, literatura, geografia, matemática, direito, antropologia e áreas afins. Significa dizer que o movimento negro vem ocupando espaços até então restritos aos grupos privilegiados. No ano de 1994, a Associação brasileira de Antropologia (ABA), apresentou seu conceito sobre quilombo que diz:

> Ainda que tenha conteúdo histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos os resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurreacionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão (NUER, 1997. P.81-82).

Os critérios para definir um remanescente de quilombo na produção antropológica têm respaldo na conjectura que defende ser um espaço ocupado em tempo real por povos que ali desenvolvem atividades cotidianas, independentemente da quantidade de membros e que simultaneamente estabelecem meios de sobrevivência partindo do pressuposto que são povos providos de direitos e liberdade, assim como qualquer outro. Portanto, exime a obrigatoriedade de serem reconhecidos a partir de achados arqueológicos, propriamente dito.

Quando pensamos em produções arqueológicas, nosso cérebro nos direciona automaticamente para o passado, este muitas vezes resgatado apenas por meio da história oral, como é o caso da história de muitos grupos explorados e excluídos. Por esta razão, recorri à História Oral (HO) como metodologia para fundamentar a pesquisa qualitativa que dá base para o presente estudo, pois para reconstruir a memória dos descendentes do Empata Viagem, a História Oral é uma singular ferramenta,pois possibilita ouvir, dar voz e ter ouvidos para relatos de grupos que foram silenciados e invisibilizados da história oficial brasileira. Como tão sabiamente aponta Thompsom (1998) “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. Oportunizar pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade a contar suas reais histórias é fazê-los sentirem-se construtores de sua própria identidade e permitir que as gerações futuras se sintam representadas.

Segundo Alberti, podemos entender a História oral como sendo,

> Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Sendo assim, dentre as 12 pessoas que eu entrevistei na comunidade, José Conceição, atual vice-presidente da associação da Comunidade do Empata Viagem, ser remanescente de quilombo, simboliza luta, resistência e superação, pois:

> Vivia dizendo que nós somos descentes de escravos, somos pessoas que, somos descentes de pessoas que tanto sofreram na mão dos grandes, ou que se achavam ser os maiores, e que hoje na realidade somos

> descendentes desse povo, somos remanescentes deles. Somos um povo que vieram daquela nação que tanto sofreu, a nação negra. Que na realidade os escravos, eles só panhavam pra ser escravos, pessoas negras. Que eram, sempre foram os mais sofridos no mundo, não dizer só no Brasil, mas no mundo inteiro,é quem mais sofre. Nós somos descendentes daquele povo sofredor que são o povo negro. (José Conceição – Atual vice-presidente da associação – 19.12.2019).

O relato nos mostra a princípio a petrificação da ideia eurocêntrica transmitida ao denominar as pessoas que foram escravizadas como “descendentes de escravos”, como se o regime escravocrata não tivesse sido uma imposição. Percebemos também a noção da exploração e exclusão sofrida pelos grupos subalternos, mas fica evidente que as narrativas decoloniais já estão presentes na mentalidade ao afirmar que determinados grupos se “achavam” superiores, embora não sejam. É enfático ao dizer dos sofrimentos vividos pelos povos negros, e como a cor era uma das principais marcas para a segregação e comportamentos abusivos, fato que infelizmente ainda é motivo para diversas atitudes racistas e discriminatórias na sociedade atual.

Acredita-se que, em decorrência de todo sofrimento que os escravizados passaram é motivo de orgulho se reconhecer como oriundos desses povos, pois a atual realidade de vida dos povos descendentes dos que foram marginalizados e explorados é reflexo das resistências e buscas de emancipação de um povo. Assim, ter consciência da sua origem e história torna-os reflexivos e ativos na continuidade do legado de bravura e de protagonistas de uma história reelaborada e reconstruída pelos que de fato merecem o lugar de fala.

Compreender o significado de ser remanescente de quilombo possibilita além da autoafirmação, a consciência de pertencimento que desencadeia no orgulho de se reconhecer como negro e assim fortalecer a luta pela busca de direitos como demonstra Marina Santos Souza, moradora da comunidade de remanescente do Empata Viagem:

> É, muitas vezes as pessoas olham pra mim e diz assim: você é branca. Eu digo: Eu não sou branca, eu sou gaza por que eu sou filha de uma negra. A minha mãe era negra, pense numa negra, negra era minha mãe. E o meu pai era uma caboclo. Então eu sou uma mistura de negro com caboclo, então eu não sou branca, eu sou gaza, e eu assumo, eu sou quilombola, eu sou negra, né! Porque eu costumo dizer que antigamente, o escravo nascido do escravo, o branco nascido do escravo não era branco, ele era escravo, então eu sou. Então eu me assumo dessa maneira,eu sou negra.

> Então ser quilombola é assumir quem você é. É reconhecer a sua realidade, é reconhecer a sua origem. Então eu acho muito importante esse fato de nós sermos reconhecidos como quilombolas e eu aceito do fundo do coração, eu aceito esse título na minha vida. Eu sou quilombola e assumo isso. (Marina Santos Souza – membro da comunidade – 20.11.2019).

Figura 03: Marina Santos Souza

Fonte: Fotografias da pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

A cor da pele de uma pessoa nada tem haver com a sua ancestralidade, embora ainda assim no Brasil um país formado pela miscigenação, infelizmente a cor da pele ainda é o cartão de visita para muitos. Para Marina, ser atribuída a ela o termo “gaza” era uma forma de tirar-lhes a sua negritude, que ao enfatizar sua memória familiar ancestral sinalizando que sua mãe era negra e o pai era caboclo ela atribui sua identidade com raízes muito mais negras do que branca. É importante observar que, não se resume apenas às lembranças familiares, mas a auto-aceitação em se reconhecer e se sentir negra.

O sentir-se pertencente, alavanca para somar aos grupos que batalham para desmontar os jogos de interesses que precisam ser desfeitos, para que as

oportunidades sejam igualitárias, pois não se admite que a maioria da população brasileira, permaneça na obscuridade de direitos.

Os conceitos de Quilombo são diversos e cada vez mais, buscam ampliar seus horizontes objetivando contemplar todos os grupos subalternizados. Assim, para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), legalmente, estas comunidades são classificadas como:

> Grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca de prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. (BRASIL, 2015, s/p).

Não há o que se falar em homogeneidade ao se referir à maneira como essas terras foram ocupadas, as diferentes maneiras de ocupação, demonstram que todas as estratégias eram válidas para consolidar o objetivo final, a demonstração da insatisfação pelo regime escravocrata vigente.

É salutar ressaltar que diante de leis, conceitos sobre quilombo, foi criado um órgão específico afeiçoado ao Ministério da Cultura com desígnio de promover e preservar todos os valores provindos da influência negra na formação da sociedade brasileira. A Lei Nº 7.668, de 22 de Agosto de 1988.

> Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro no distrito Federal, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.
>
> Art. 2º A Fundação Cultural Palmares - FCP poderá atuar, em todo o território nacional, diretamente ou mediante convênios ou contrato com Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, cabendo-lhe:
>
> I - promover e apoiar eventos relacionados com os seus objetivos, inclusive visando à interação cultural, social, econômica e política do negro no contexto social do país;
>
> II - promover e apoiar o intercâmbio com outros países e com entidades internacionais, através do Ministério das Relações Exteriores, para a realização de pesquisas, estudos e eventos relativos à história e à cultura dos povos negros.
>
> III - realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das

> terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001)
>
> Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares - FCP é também parte legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001)

Significa que, a Fundação Palmares é legitimada para certificar toda comunidade que se auto-reconhece remanescente de quilombo e comprove tal veracidade. Como é o caso dos Remanescentes de Quilombos do Empata Viagem.

E reafirmando todo o processo de ressignificação que o termo quilombo vem passando, Arruti (2015) frisa:

> A ressemantização do conceito, que permitiu os usos que lhe são dados hoje, só foi possível à medida que este se fez espaço ou objeto de mediação discursiva entre dois movimentos sociais em princípio absolutamente distintos em suas pautas, ideologias, vocabulários e objetivos. Se a formulação e a proposição do artigo constitucional relativo aos quilombos foram produto do agenciamento dessa categoria enquanto símbolo ou metáfora da “resistência negra” a uma sociedade racista além de escravista, ele só ganharia efetividade, porém, quando recapturado e ressignificado por uma parcela do movimento camponês que, em sua militância pela regularização de territórios de uso comum, aos poucos percebia que sua ancestralidade escrava lhe atribuía uma singularidade social (ARRUTI, 2015, p.219).

Logo, a ressemantização de quilombo se afunila e se constitui atualmente após passar por fases. Inicialmente tais comunidades representavam a resistência cultural, buscando implantar no Brasil os moldes organizacionais políticos e sociais que os povos negros já viviam em suas terras de origem. Depois, a resistência era vislumbrada como enfrentamentos políticos entre dominadores e dominados. E por fim, se configura como a resistência do povo negro que se percebe capaz de lutar pelos seus ideais políticos e culturais, trazendo à tona toda sua ancestralidade.

Sendo assim, o quilombo representa uma gama de concepções desde histórica, social, cultural e principalmente política. Configura-se assim, um forte instrumento que bem analisado, não dissocia tais aspectos, mas os analisa interligadamente favorecendo a formação de uma identidade étnico-racial, pautada na amplitude que o termo representa para toda sociedade brasileira que em sua maioria almeja ser protagonista da sua própria história constituída por meio de lutas, resistência, empoderamento, busca de visibilidade, reconhecimento da heroicidade,

emancipação, equidade, liberdade e capacidade de ressignificar e colocar em prática a verdadeira democracia racial.

2.3 A comunidade do Empata Viagem se descobrindo como Remanescente

Quem nunca ouviu frases e histórias, em que Reis e Rainhas eram sempre heróis, exaltados e evidenciados em todo o livro didático, nas escolas e em toda sociedade? Quem já procurou durante longos dias e anos, livros teóricos que relatassem a visão do negro escravizado, sua real história e vida cotidiana e nunca conseguia encontrar? Os negros escravizados foram invisibilizados e silenciados durante séculos.

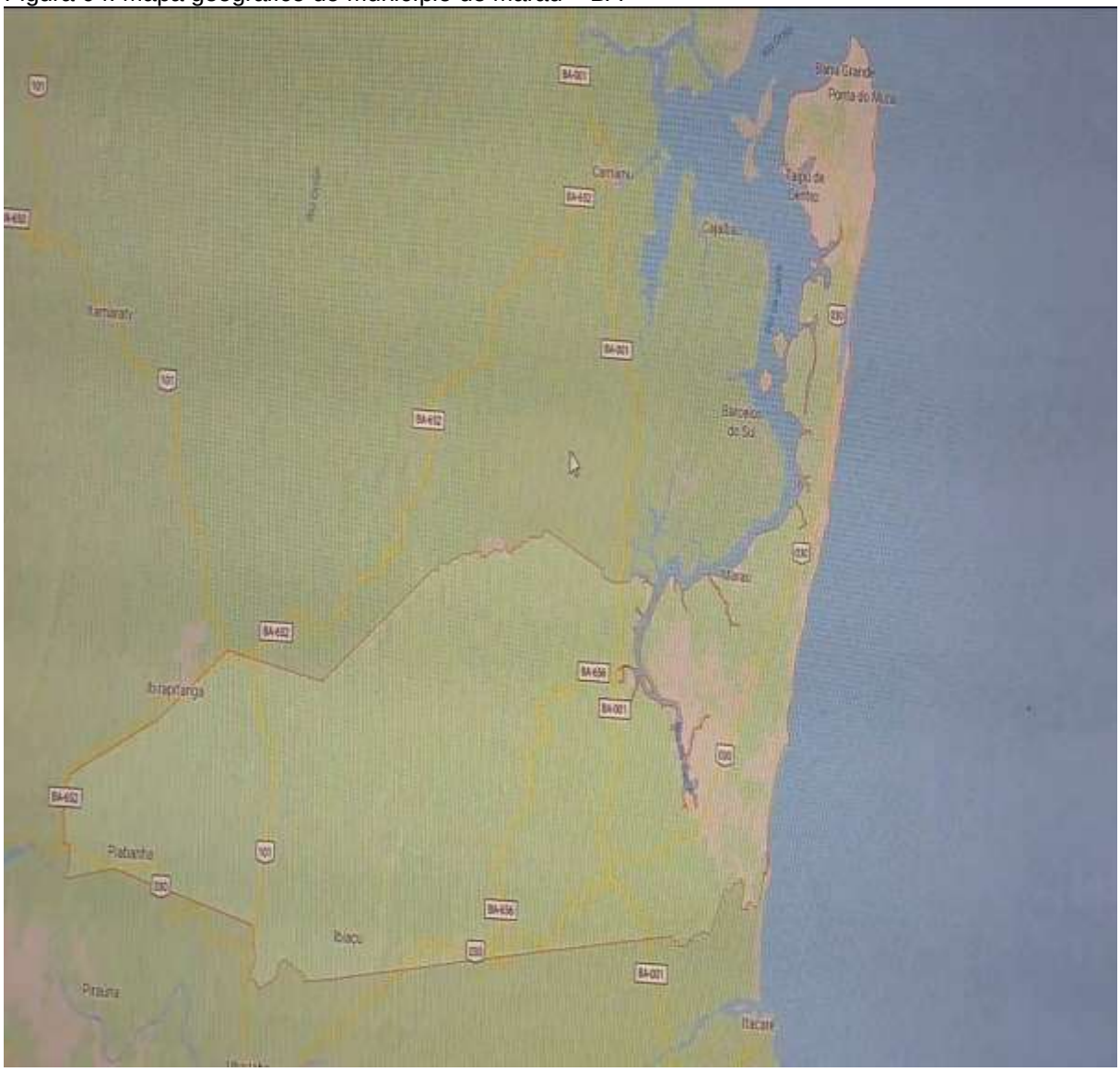
Ditados populares como: amanhã é dia de branco; negro que furta é ladrão, branco que furta é barão; Negro só sobe na vida quando o barraco explode; são utilizados diariamente em pleno século XXI no Brasil.

Infelizmente, quando uma nação desconhece suas origens ou as informações que se têm são distorcidas e camufladas, evidenciadas segundo os interesses de uma pequena classe dominante, esta sociedade fica aquém de conhecer legalmente suas origens e raízes de seus antepassados. E foi de forma ingênua e manipulada que se formou a mentalidade da maioria da população brasileira.

A Bahia se destaca por ser o Estado brasileiro que comporta o maior número de comunidades remanescentes de quilombos do país. Catalogados são 736 certificados pela Fundação Palmares. Nestes dados, destaca-se o Município de Maraú que comporta 6 (seis) remanescentes, sendo 5 (cinco) rurais e 1 (um) urbano. Dentre os rurais temos o do Empata Viagem que em decorrência da existência da Associação de Agricultores que fora criada em 2002 possibilitou tornar-se uma comunidade politicamente organizada e adepta de vários programas oferecidos para tais comunidades.

Geograficamente o Município de Maraú está localizado no Litoral Sul da Bahia.

Figura 04: Mapa geográfico do Município de Maraú – BA



Fonte:https://www.google.com/maps/place/Mara%C3%BA+-+BA/@-14.0761937,39.4676546,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x73ed1a3148467ad:0xf23a3cfc2b6ff3bd!8m2!3d-14.1039474!4d-39.015284. Acesso em 20.05.2020

Porém, o Remanescente de Quilombo Empata Viagem, encontra-se localizado em uma região de difícil acesso em meio a Mata Atlântica que comporta o município, portanto, não compõe a área litorânea.

O remanescente do Empata Viagem encontra-se a aproximadamente 52 km da sede do município.

Figura 05. Mapa[1] da comunidade do Empata Viagem

Fonte: Livro: Quilombos das Américas - Ipea

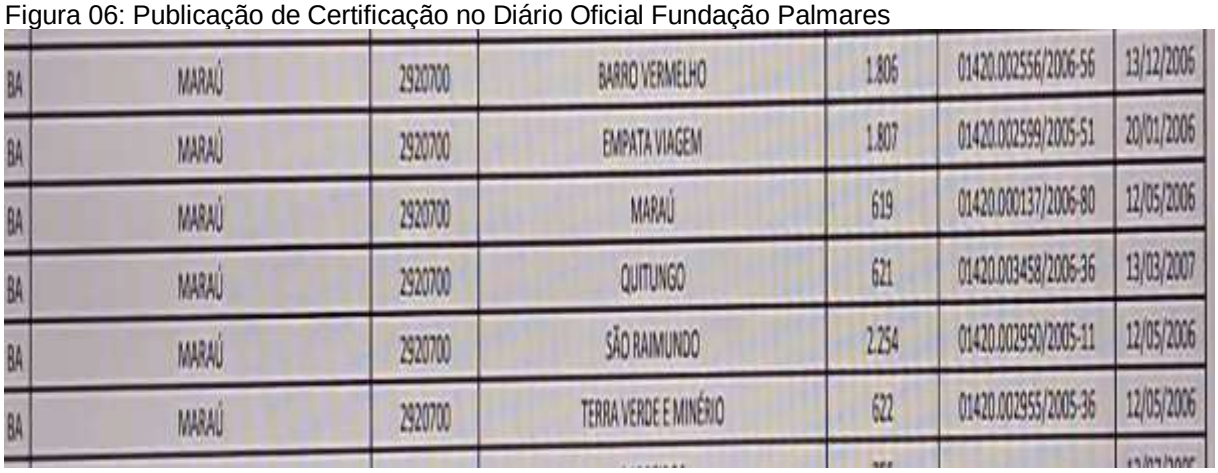
A comunidade do Empata Viagem de Maraú é um exemplo vivo desta realidade de uma população que durante muito tempo foi enganada por inverdades. Porém, diante dos trabalhos de reconhecimento, conscientização e valorização ético-raciais que vêm sendo desenvolvidos na Escola Municipal Tomé Monteiro segundo informações da atual diretora Maria Aparecida Souza Barbosa e no Colégio Estadual Clemente Mariani, no qual eu leciono juntamente com Diego Maradona da Hora Mendes e Maria Gilcélia Sacramento Pinheiro que desenvolvem estudos específicos na esfera pedagógica para Escolas Quilombolas e desenvolveram projetos diretamente na escola Tomé Monteiro, as palestras, oficinas e projetos desenvolvidos pelo INCRA, bem como as políticas públicas que estão sendo implantadas na comunidade, a mentalidade e postura dos membros da comunidade vêm passando por transformações, oportunizando-os resgatar sua origem por meio da história oral transmitida pelos mais velhos da comunidade, fazendo-os tomar posse de sua história e ancestralidade tendo ciência dos seus direitos e posicionando-se em busca destes, a fim de serem ressarcidos socialmente, etnicamente e moralmente. Contudo, acredita-se que o processo é lento e que existe

[1] Quilombos das Américas : articulação de comunidades afrorrurais : documento síntese. – Brasília : Ipea : SEPPIR, 2012. 79 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2413/1/Livro_Quilombo%20das%20americas.pdf>. Acesso em: 13.06.2020.(A baixa resolução da imagem advém da fonte que não era nítida).

necessidade dessas comunidades terem a oportunidade para aprenderem muito mais sobre sua real história.

Vale ressaltar que muitas destas mudanças ocorreram em decorrência do fato de que a comunidade em 01 de Março de 2004 foi oficialmente reconhecida como Remanescente de Quilombos pela Fundação Palmares em Salvador, tendo a publicação no Diário oficial da União ocorrido dia 04 de Março de 2004, vindo a ser lavrada em 12 de Dezembro de 2005 embora a publicação no Diário Oficial Fundação Palmares só ocorreu em 20 de janeiro de 2006. É salutar observar que conforme consta no documento de certidão de auto-reconhecimento que diz que conforme o Art. 1º da Lei nº 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, no referido remanescente de Empata Viagem ocorreu à identificação e reconhecimento, porém, até a presente data de 26 de junho de 2020 a delimitação e a demarcação das terras ainda não ocorreram, expectativa muito aguardada pelos membros da comunidade. Abaixo, temos a documentação:

Figura 06: Publicação de Certificação no Diário Oficial Fundação Palmares



BA	MARAÚ	2920700	BARRO VERMELHO	1.805	01420.002556/2006-56	13/12/2005
BA	MARAÚ	2920700	EMPATA VIAGEM	1.807	01420.002599/2005-51	20/01/2006
BA	MARAÚ	2920700	MARAÚ	619	01420.000137/2006-80	12/05/2006
BA	MARAÚ	2920700	QUITUNGO	621	01420.003458/2006-36	13/03/2007
BA	MARAÚ	2920700	SÃO RAIMUNDO	2.254	01420.002950/2005-11	12/05/2006
BA	MARAÚ	2920700	TERRA VERDE E MINÉRIO	622	01420.002955/2005-36	12/05/2006

Fonte: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/comunidades-certificadas/comunidades_certificadas_08-06-15.pdf. Acesso em: 20.04.2020.

Figura 07: Certidão de Auto-reconhecimento do Remanescente do Empata Viagem

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Empata Viagem**, localizada no município de Maraú, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 005, Registro n. 458, fl. 66, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, ***É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.***

Declarante(s):

José Conceição da Silva – CPF nº 529.249.475-53
Florisvaldo da Conceição Santos – CPF nº 329.001.045-72
Irênio N. do Nascimento – CPF nº 182.148.865-20
Marina Santos Souza – CPF nº 529.255.285-20
Jonas da Conceição da Silva – CPF nº 381.950.975-53

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 12 de dezembro de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

Fonte: Associação dos Quilombos do Empata Viagem

A comunidade do Empata Viagem se autodeclara remanescente e também utilizam o termo descendente, para afirmar que são legítimos tataranetos, bisnetos, netos de negros que foram escravizados.

Para compreendermos tal situação recorremos ao conceito dado pela Fundação Cultural de Palmares (1998) que conceitua o Quilombo:

> As denominações quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades de terreiro são expressões que designam grupos sociais afro-descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou,

> manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole. (FUNDAÇÃO PALMARES)

Diante desta classificação, compreende-se que os membros do Remanescente do Empata Viagem se enquadram e se reconhecem neste perfil de comunidade negra rural que sofreram, mas que resistiram. Atualmente o território geográfico que a comunidade ocupa vem se desenvolvendo fruto das lutas e resistências que contemplam a liberdade e autonomia que seus ascendentes tanto ensejaram.

Embora a comunidade do Empata Viagem tenha galgado preciosos passos de autonomia e reconhecimento de sua potencialidade ancestral, ainda assim, nos dias atuais é comum ouvirmos relatos de histórias vividas por seus antepassados enfatizando a vida do negro no período da escravidão, porém de maneira incerta e errônea quanto ao entendimento sobre quilombos e a libertação dos escravos. Desconhecem informações básicas que antecederam a Lei Áurea, como por exemplo, a Lei Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário, relação econômica entre Portugal e Inglaterra decorrentes da Revolução Industrial e assuntos relacionados. Como fica explícito na fala de um dos anciãos da comunidade, Irênio Monteiro:

> Que a filha do reis de princesa, aí, o rei de Portugal adoeceu e foi desenganado pelo cientista que a saúde dele estava na África. Qual foi na África? Se ajuntar com uma nega. Agora você vê como é as coisas de Deus, se Deus existe, existe mesmo com poder e bundância. O Reis chegou no palácio em Portugal conversou com a rainha. Contou a vida dele, ela disse: o que é que nós quer? É viver. Vá. Aí ele foi, chegou lá se encostou, porque o remédio dele era se encostar com uma nega. Aí hoje eu digo a você, nego é tão bom que serviu de remédio pro branco. Passou 5 (cinco) anos lá, curou a doença com a nega na África. Foi onde veio a princesa Isabel, quando ele veio pra Portugal, deixou a negona da Costa prenha [...]O pai deu permissão a ela. Chegou aqui no Brasil, ela viu o que os negros estava sofrendo, a princesa. Aí ela voltou a Portugal e disse: É pai, eu vi uma coisa lá no Brasil que não gostei. Ele disse: que foi filha? Os nego. Os nego lá trabalhando e tem nego trabalhando intéamarrado[...]Por que da onde eu vim papai, pai dela, de onde eu vim papai? Ele disse: Da África. Ela disse: então, aquele povo lá não são da África? Eu não me identifiquei não, mas ali é parente. Eu ainda tenho parente ali e é pra acabar com a escravidão. Aí ele pulou lá. Ah minha filha, pra acabar com a escravidão tem que morrer muita gente, porque quer é que quer que acabe com a escravidão?[...]Ele enfrentou, enfrentou e do lado dos que queriam que não acabasse, enfraqueceu, aí, levantou no dia 13 de Maio, você sabe o: Preto não é mais lacaio, preto não é mais senhor, o preto pode ser doutor, deputado e senador, não há mais preconceito de cor. Foi através da

> Princesa Isabel, Princesa Isabel que era filha de reis com Africano da África. Ai, aí, é história! (Irênio Monteiro – 19.12.2019).

Figura 08: Irênio Monteiro

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 12.12.2019

Fica evidente que a memória está sendo preservada e que dificilmente será modificada para as pessoas de maior idade da comunidade. O endeusamento que sempre foi dado à Princesa Isabel, a romantização dos fatos, a inferiorização do negro ao ser a mulher negra africana vista como objeto sexual, a data 13 de Maio sendo propagada como um fato histórico de grande valor para o negro e tantos outros relatos do tipo, acabaram petrificando-se na memória dos mais velhos. Uma história de cunho totalmente eurocêntrico. Contudo, existe uma real preocupação em

não permitir que tais relatos sejam propagados e internalizados pelas gerações atuais e futuras da comunidade do Empata Viagem e nem mesmo em nenhuma comunidade remanescente ou de descendências afins. Na verdade, além de justo é imprescindível que a autêntica história dos grupos que foram marginalizados seja evidenciada e ramificada com escopo de acrisolar com qualquer postura de alienação.

Em diálogos com membros da comunidade foi identificado que, ao serem certificados do autorreconhecimento, não foi esclarecido a estes povos o que significava em suma ser remanescente. Desta forma, existe uma lacuna que deve ser preenchida. Como relata, José Conceição que na época era o presidente da associação:

> Foi na época que eu era presidente, eu fui procurar os órgãos competentes para fazer isso. Na pessoa do INCRA que foi quem tanto nos ajudou nessa demanda até chegar na Fundação Palmares. Não foi uma coisa assim, que a gente correu direto na Fundação Palmares, mas a gente buscando o apoio do INCRA que teve aqui fazendo palestra, fazendo nós entender na realidade o que era ser quilombola. Que a gente não tinha esse conhecimento. Mas através do INCRA, o superintendente do INCRA, que foi uma pessoa muito boa na época, que tanto nos ajudou e junto do presidente do INCRA com outros funcionários. Teve nos orientando, como fazer veio aqui, fez palestras, passou filmes mostrando qual era a realidade de outras comunidades quilombolas que também era a nossa realidade e que nós não sabia isso.E a gente chegou a esse consenso através do INCRA. (José Conceição – Vice-presidente da associação – 19.12.2019).

Percebe-se que não basta certificar, é necessário conscientizar, informar, mostrar de fato qual o significado de ser remanescente. Não podemos permitir que mais uma vez esses povos sejam alienados e tratados como grupos sem importância ou valor. Muito mais importante que o papel timbrado é a consciência de pertencimento, de conhecimento de sua real história e a possibilidade de serem autores das obras que falam de negros.

O negro que foi tirado de suas terras, separados de suas famílias, que enfrentou longas viagens em navios tumbeiros, as mulheres negras que foram abusadas sexualmente, a falta de alimentação para estes povos, as condições precárias e desumanas de sobrevivência, as duras jornadas de trabalho, sua religião e crenças, sua cultura, sua bravura e resistência, as estratégias de corpo mole no trabalho para atrasar a produção, as tentativas de fuga, os amores proibidos, a

importância das amas de leite, a inteligência do negro, a diversidade na culinária, enfim, informações que a estes foram negadas e que fazem parte de sua história são por eles, na maioria das vezes, desconhecidas. É inadmissível que esse legado de falso relato da história de um povo, se perpetue. Para tanto, ter como informação principal um conceito base de quilombo é indispensável para engajar os membros da comunidade na luta pelo fim da falsa democracia racial, social e política. Para que isso se legitime de maneira concisa iremos tratar a seguir sobre o conceito de memória e identidade, enfatizando como a memória é resgatada, evidenciada, propagada e contribui para a formação da identidade dos remanescentes do Empata Viagem.

3 MEMÓRIA E IDENTIDADE

3.1 A história dos Remanescentes do Empata Viagem formada por meio da memória e da construção da identidade.

A História Oral propicia a rememoração do vivido transmitida por gerações e concede a revisitação a memórias que estão muitas vezes adormecidas e que trazem um valor identitário inigualável. Versando por este campo, para descrever a origem do nome do remanescente e a traçar parte do contexto histórico recorri à fala do ancião que é referência no conhecimento ancestral da comunidade, o respeitado Irênio Monteiro que diz,

> Empata Viagem foi por que naquele tempo, que a gente lembrar, que vamos dizer que foi quando descobriu o Brasil, começaram abrir aqui, Ibiaçú, Tabuleiro, e coisa e tal e é vai, essas estradas aqui, o outro lado tem uns encruzo que vai sair em Tabuleiro e coisa e tal e aí apareceu um homem e botou uma budega, e aí pronto, naquela época o movimento daqui era tropa. Tropa descia carregada e subia carregada. A mercadoria vinha de Salvador por barco e ali em Tremembé tinha o cais que era lugar de embarque e desembarque. O carro, a mercadoria vinha até, como é que chama, dois irmãos, que é Ubatã hoje, a mercadoria vinha pro barco e daí desse Tremembé a mercadoria subia em tropa de animal. A tropa descia carregada e subia carregada. A mercadoria pra Salvador. Então pra essa budega, chegou, ia subindo um cavaiadeiro com tropa carregada aí rodou a tropa e foi tomar uma, aí daqui a pouco, vai um descendo, um tropeiro. Tropa carregada aí, todo mundo conhecido, tropeiro, toma uma rapaz, toma uma aí, rodou a tropa e foi tomar uma com esse que já tava no ponto, aí toma uma, toma duas, aí o que ia subindo viajou, e o que ia descendo disse: é rapaz, eu não vou descer, não vou mais hoje pra Tremembé, não, eu vou descarregar a tropa que tinha racharia e vou dormir aqui e amanhã eu vou em Tremembé, descarrego a tropa, carrego e volto pra aqui. Aí soltou um cachacinha por lá e disse: Isso aqui é um empata viagem. Ta vendo? E aí, foi passando, passando, e eu nasci também na região Empata Viagem, aí depois apareceu gente querendo mudar o nome. Rapaz, Empata Viagem, tira esse nome. Eu digo não. Enquanto eu existir o nome é Empata Viagem mesmo. E vou contar o caso porque é Empata Viagem. Não foi por causa de outra coisa ruim não, foi por causa disso, de tropeiro carregando tropa e um desce outro outro sobre coisa e tal e aí criou o nome Empata Viagem. (Irênio Monteiro – ancião da comunidade – 19.12.2019).

Uma região entre a rota de tropeiros que ligava o povoado de Tremembé no Município de Maraú e Salvador na Bahia, uma rancharia de tropeiros. Foi criada ali uma “budega”, ou seja, um pequeno armazém onde vendiam alguns alimentos e bebidas alcoólicas, mais precisamente cachaças. Assim, passou a ser um ponto de

descanso dos tropeiros que paravam para descansar e aproveitavam tomando cachaça. O tempo de ócio e descontração no local deu origem ao nome da comunidade, por ser um local que “empata a viagem” dos tropeiros que frequentemente só seguiam viagem no dia seguinte. Assim, se constituiu a denominação da comunidade do Empata Viagem. Atualmente conhecida mundialmente como Empata Viagem, por ser um dos Remanescentes mais engajados com a consciência de pertencimento, formação de identidade e busca dos direitos e da equidade que lhes pertencem.

Valorizando as fontes bibliográficas de trabalhos que versam sobre o Empata Viagem, ressalto o livro “Quilombo das Américas” que descreve,

> O quilombo de Empata Viagem está localizado no município de Maraú, que tem área total de 774,45 km² e população de 19.079 pessoas, predominantemente rural. Situa-se no litoral sul da Bahia, denominada macrorregião Litoral Sul, totalmente inserida no bioma mata atlântica. [...].Em Empata Viagem (Brasil), a origem está referenciada na “rancharia de tropeiros de Alcebíades”, contexto histórico de 1880. [...] Havia relações com os quilombos vizinhos a partir do comércio, da realização de batizados e funerais. Percebe-se, assim, o desenho de um grande território negro rural na região de Maraú, envolvendo Empata Viagem, Quitungo, Tremembé, São Raimundo, entre outras comunidades, além da sede do município, Maraú – considerado um quilombo urbano. [...] O nome “Empata Viagem” advém do costume de paradas para descanso no entroncamento situado na rota comercialque ligava Ibiaçú ao porto deQuitungo, no qual os tropeiros acabavam estendendo-se por mais tempo que o planejado.Assim a região do quilombo ganhou esta denominação porque “empatava a viagem” dos viajantes. (QUILOMBO DAS AMÉRICAS, 2012 p.16-30).

Tudo que se sabe atualmente sobre o Empata Viagem é fruto das memórias evidenciadas através da história oral dos próprios moradores da comunidade que são colhidas via entrevistas e são transformadas em artigos, livros, documentários e fontes históricas afins. O Empata Viagem, mesmo estando em uma região de difícil acesso e coberta pela mata atlântica nunca esteve isolada, estando às pessoas que viveram e vivem na comunidade em constante troca cultural, social e econômica, com comunidades rurais e urbana do próprio município de Maraú e de outros municípios. Esta comunicação constante entre povos quilombolas desmistifica a ideia de que os quilombos eram isolados, como bem afirma, Gomes, 2015:

> O mais importante em qualquer período ou local foi o não isolamento. Houve quem dissesse que os quilombos/mocambos se isolaram do restante da sociedade e que tal isolamento via de proteção foi fundamental para sua reprodução[...]. No Brasil ao contrário de outras áreas escravistas nas

> Américas, as comunidades de fugitivos se proliferaram como em nenhum outro lugar, exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram. (GOMES, 2015, p.19-20).

Não diferente, o antigo quilombo e atual remanescente do Empata Viagem se inclui nesta esfera de articulação e relações econômicas, principalmente ao sinalizarmos que toda economia sempre foi provinda da agricultura local que cultivava produtos diversos como mandioca, cacau, coco, dentre outros.

Nos dias de hoje várias fazendas e povoados encontram-se nas proximidades da região como: Marizete, Cepel Agropecuária Limitada, Burizinho, Baités, Baixa Funda, Pé de Serra, Lealdade, Macadâmia e outras. Porém, o acesso ainda é difícil, principalmente nos dias chuvosos, pois a estrada é de chão (barro) o que ocasiona diversos atoleiros. Embora tenha passado por manutenção é inevitável que não a encontre intransitável no período do inverno, entretanto, vale ressaltar que já melhorou muito as condições para os transeuntes.

É salutar apontar que o fato de ter um acesso difícil, não significa dizer que é uma região isolada. Praticamente em todo trajeto da estrada vicinal que dá acesso ao remanescente de Empata Viagem, tem residências com moradores fixos.

A localização representa o conceito tradicional geográfico dos quilombos, como frisa Carril:

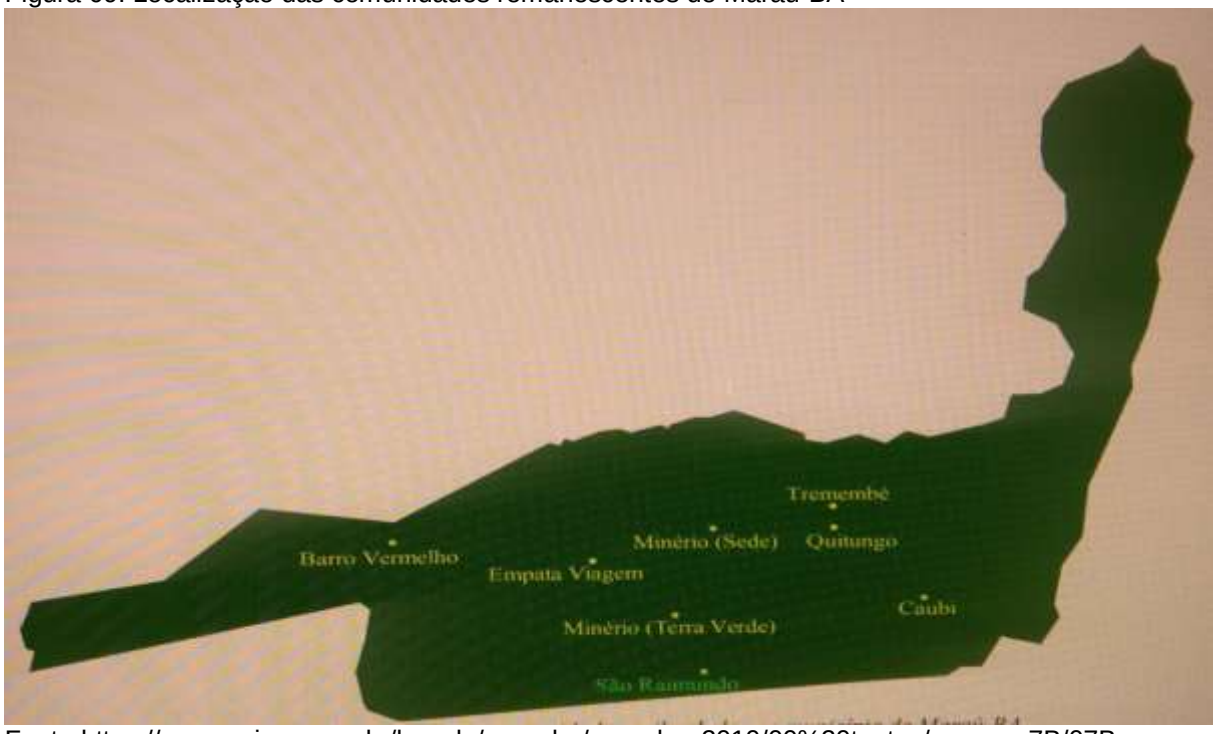
> Os quilombos eram, tradicionalmente, agrupamentos formados por escravos fugidos, em locais isolados e de difícil acesso. Atualmente, o termo passou a designar as terras habitadas por negros e originadas de doações de antigos senhores, de fazendas abandonadas com escravos, de terras da igreja, e, com o decreto da abolição, terras doadas a ex-escravos, etc. (CARRIL, 1997, p. 10).

Nos relatos anteriores já me posicionei em defender que não há o que se falar em quilombo ser formado por pessoas que se isolavam. Geograficamente eles poderiam estar localizados em locais de difícil acesso, mas não inviabilizava que estas comunidades traçassem relações e contatos com outros grupos que vislumbravam a mesma emancipação e autonomia social e política. Tal posicionamento tem respaldo efetivo quando analisamos todo o processo e a figura

que nós, povos negros, estamos ocupando na sociedade brasileira atual, fruto de muita luta e resistência que não ocorreram e nem ocorrem isoladamente.

No mapa[2] de geoprocessamento, podemos localizar as comunidades remanescentes de Maraú na Bahia e identificar a localização do Empata Viagem e confirmar que estas não estavam isoladas:

Figura 09: Localização das comunidades remanescentes de Maraú-BA



Fonte:https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_7B/07B-10.pdf>acessoem: 13/04/2020.

A memória é o coração de uma sociedade que está em constantes mudanças e transformações, acompanhar esse processo requer recorrer à memória não apenas no âmbito individual, mas coletivo como defende, Cunha, 2011, p 5:

> [...] trabalhando com a hipótese de que as memórias coletivas mesmo a individual sejam produto de uma cultura realizada numa determinada sociedade, num determinado período histórico. Neste enfoque os artefatos (materiais ou imateriais) do cotidiano que são importantes ou não para os indivíduos, guardam uma relação intima com a cultura e constituem um acervo de memória. Sendo assim a memória é em parte resultado do patrimônio cultural e histórico de uma localidade. (CUNHA, 2011, p. 5).

[2]Mapa do Empata Viagem. GEOPROCESSAMENTO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA CARACTERIZAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS. Leonardo Ciríaco de Oliveira, Carlos José de Almeida Pereira, Elis Cristina Fiamengue. < disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_7B/07B-10.pdf> acesso em: 13/04/2020.

Para fortalecer o conceito de memória e contrapondo a ideia de que a memória coletiva deve ser analisada partindo dos fatos sociais como coisas, Pollak defende que a análise deve partir do pressuposto de “como os fatos sociais tornam-se coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 3-15), justificando este parecer ao adotar o termo memória enquadrada, ao invés de memória coletiva. E defende:

> É, portanto absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz “enquadrada” diz “trabalho de enquadramento”. Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Este trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. (POLLAK, 1989, p. 9).

Aponta que, a memória, “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, (POLLAK, 1989, p.9) cria-se a partir de uma espécie de barreira buscando demonstrar o pertencimento em grupos sociais que normalmente divergem em tamanho, sejam eles associações, igrejas, família, partidos, aldeias, dentre outros, mas que estabelecem seus limites e onde coadunam experiências em comum, servindo de base para se ter uma alusão de limite, não podendo ser construída de modo aleatório. Logo, percebe-se como a massa dominante veiculou e sustentou seu passado em moldes preestabelecidos, enfatizando uma imagem forjada dos grupos que queriam se evidenciar como superiores e que servissem de modelos. Não cabe falar em memória coletiva, uma memória que nasce em uma sociedade que limitava a veiculação da memória em sua coletividade, assegurando apenas a determinados grupos o direito de grassar suas lembranças, tirando de outros, considerados subalternos, a oportunidade e direito de narrar suas vivências. Assim, por que não dizer, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 204- 205). Foi nessa linha que a memória brasileira se constituiu.

Embora a história coletiva brasileira por muitos séculos tenha sido uma história dos privilegiados, muitos saberes herdados da ancestralidade estão gravados na memória e são colocados em prática com emblemática valoração na figura das mulheres do remanescente do Empata Viagem que tão sabiamente carregam consigo um conhecimento nato que ultrapassa qualquer saber científico. É chegada

a hora do subalterno falar com riqueza e propriedade de assuntos que movem a vida do ser humano e como a simplicidade transforma a vida da população rural e urbana não estabelecendo limites e nem barreiras para sua prática. Diante de tantos legados ancestrais, saberes medicinais, culinários e a prática parturial que estão fortemente presentes no cotidiano dessas mulheres, só reafirmam a força da mulher negra na sociedade brasileira. Pois, quando a mulher negra fala, toda estrutura social se abala.

Para dona Miguelita Ferreira da Silva a rezadeira e benzedeira da comunidade os medicamentos para tratar diversas doenças são encontrados na própria natureza e relata:

> O remédio levanta espinhela eu aprendi com minha mãe a espinhela e dente caído eu aprendi. E ela também fazia remédio e tudo. Aí depois Deus me deu o dom mesmo e eu faço remédio. Eu vou e pego as folhas do mato e pego, eu sei. A osta, arruda, puejo, mantruz, coentro largo, tudo eu faço lambedor. Até pra Brasília, quando elas vieram aqui a primeira vez elas levou lambedor de coentro largo. Coentro largo também é bom pra cólica. Alecrim do sertão, alecrim verdadeiro, tudo eu tenho aqui, eu tenho muita osta aqui. Eu tô um pouco ruim da vista mas eu tenho muita osta aqui. A favaca grossa é muito bom pra inflamação pra útero, pra gripe, pra um bocado de coisa. A folha do kioio, e a folha da Maria preta, aí já é a folha do mato, né. Aí eu fiz o xarope e o banho, também quando eu levei o xarope dava a colherzinha que caía na camisola a tinta. (Miguelita Ferreira da Silva, Benzedeira e rezadeira – 20.11.2019).

Heranças transmitidas por gerações que representam fortemente o zelo, cuidado e a relação com a terra. Dona Miguelita é uma médica das folhas que não precisou ir à universidade para demonstrar seus saberes e o dom recebido, como a mesma defende. A farmacopéia embeleza o redor de sua residência que é decorada por folhas medicinais que para muitos são apenas folhas, mas com simplicidade e conhecimento singular dona Miguelita descreve minunciosamente as benfeitorias que as folham trazem para saúde do ser humano. Ao citar a variedade das folhas medicinais que existem, como arruda, poejo, mastruz, alfavaca grossa e tantas outras, ela ensina como devem ser usadas, muitas vezes são transformadas em xarope, chás, banhos, lambedores e instrumento para rezas. Assegurando o tratamento, frisa a eficácia das folhas ao restabelecer o útero, pulmões, coluna e qualquer parte do corpo que apresente enfermidade que mesmo não vindo a ser curada, possibilita um paliativo.

Dons ancestrais que movem os saberes, a fé, as crenças e o cotidiano de muitas pessoas. Esses dons devem ser respeitados, valorizados e buscados como por vezes, dona Miguelita parou seus afazeres domésticos e pessoais para cuidar dos que a ela procuraram, e assim relata:

> Um dia minha cunhada chegou com aquele menino, andou por tudo que é canto, médico e nada. Chegou com aquele menino, o menino já pra morrer [...], eu olhei assim pra aquele menino e rezei. Bota o menino assim aqui no colo, estica assim o dedo, estica, estica o do pé, estica assim as pernas, acabá coloca o menino de buço e vai tocando o pé do menino dedo grande na ponta da popozinha da bunda, acabá pega o menino suspendendo assim e levando, aí na porta aí, e levantando, se o menino for muito pesado, outra pessoa segura, levantando, levantando e caba reza assim: São Cosme, São Damião, um é médico outro é curgião, com a vossa cindereção, levanta o banto de sancristão. Trêz vez, aí reza o Pade Nosso e Ave Maria, agora eu sou crente, não rezo mais. E a espinhela também, eu sei de um bocado de tipo de espinhela, assim: as portas que abre e fecha, pras onda do mar sagrado, básimo, urca, arca aberta, chega teu lugar com o poder de Deus e da Virgem Maria, por as vez a pessoa tá com a espinhela caída, e não é a espinhela, é a arca ou a Urca. Aí a pessoa tem que rezar pra uma daquelas coisa tudo [...]. E sei de uns três modos. (Miguelita Ferreira da Silva, rezadeira e benzedeira, 20.11.2019).

Detalhes tão preciosos e uma sequência de gestos e palavras proferidos com fé se tornam rezas que curam. Entidades espirituais são recorridas e firmam a devoção de um povo. Percebe-se também como a interferência de outras crenças tentam dizimar dons tão preciosos das benzedeiras e rezadeiras, dons estes que são uma das grandes marcas da identidade do povo negro. É importante elucidar que, mesmo existindo determinadas religiões que criticam as práticas das rezadeiras e das benzedeiras, membros destas mesmas religiões buscam a estes tratamentos tradicionais e ancestrais, tais atitudes demonstram o poder manipulador, silenciador e discriminatório que algumas religiões propagam, porém, por outro lado, confirma como são fortes, resistentes e poderosas as práticas medicinais ancestrais.

As memórias de mulheres pretas marcam a história brasileira e nos ensinam como práticas científicas e práticas herdadas devem caminhar juntas.

Figura 10: Miguelita Ferreira da Silva

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

As vivências de dona Miguelita e o lugar de fala que ela ocupa servem para desconstruir pensamentos colonizadores que apontavam “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p.67). A mulher preta firma sua representatividade com precisão e esfacela as muralhas que a silenciava e a inferiorizava.

A “memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (POLLAK, 1992, p. 4), sendo assim, o momento atual, define que a memória é organizada doravante de duas égides, o presente e a parte herdada, sendo ela individual ou coletiva será resultado de pessoas, lugares e acontecimentos, sem limitação e exclusão de grupos e das culturas minoritárias e dominadas. Sendo assim, Pollak frisa:

> Essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e

> de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989. p.3)

Temos, portanto um momento de consolidação de lutas em que os grupos dominados e silenciados passam a questionar a “memória oficial” transformam o silêncio do passado que foram obrigados a manter, em resistência, desafiando e desarticulando os grupos que se intitulam como majoritários. Buscam trazer à tona a memória individual e coletiva na sua essência da palavra. O escopo é que essas lembranças que só eram transmitidas no seio familiar, passem a ser propagadas em espaços públicos e acessíveis a todos. Por isso, dona Maria Luiza da Conceição Souza, parteira da comunidade do Empata Viagem sente orgulho em falar para seus filhos, netos, vizinhos e visitantes sobre sua belíssima experiência no ofício de parteira que deu vida a tantas outras pessoas fazendo o legado ancestral firmar raízes e ver a população negra se multiplicar. Ela descreve:

> Aí sempre eu, às vezes tava em casa, mandava me chamar, eu ia né! Fazer o parto. Um não precisava dar chá, não precisava nada. Mas tinha outros que a gente fazia um chazinho de folha, bom. Nascia, a gente fazia remédio se despachava a pracenta, a gente, eu cortava um imbigo, dava banho, botava La na beira da cama (risos). E a temperada a gente fazia de folha de osta, salsa, água da levante, puejo, e colocava outras coisas, cebola, alho, essas coisas dentro pra ficar mais saborosa. Graças a Deus os partos que eu fiz nunca me deu trabalho, graças a Deus. Eu sempre agradeço a Deus por isso. Nunca precisou, a não ser essa que eu to falando que quando eu cheguei ela já tinha ganhado, aí quando eu cheguei, comecei a fazer remédio pra ela se despachar, ela desmaiou e a gente levou pra rua. Mas as outras nunca me deu trabalho. Peguei menino de cunhada, de filha, de neta, já pequei e dos conhecidos, sempre me ocupava e eu ia fazer o parto. Fiz base de uns 200 partos por aí, mas depois que sempre era mais difícil aqui na roça. Mas depois que, Deus abençoou que teve esses hospitais por aí, médicos, quando dava a dor eu dizia: leva pra rua, aí era isso, só isso mesmo. (Maria Luiza da Conceição Souza – parteira, 19.11.2019)

Percebe-se que, todo o ritual parturial era acompanhado por ervas medicinais que contribuíam para viabilizar o nascimento da criança, amenizar as dores do parto nas mães, bem como acelerar a cicatrização e limpeza dos órgãos, ou seja, existia todo um aparato de cuidados e experiências providas da memória passada pelos ascendentes. Percebe-se a preocupação e precaução em levar para os hospitais caso a gravidez e/ou o parto apresentassem complicações. Mas fica evidente o domínio, a eficácia e o êxito das práticas parturiais desenvolvidas que firmam o poder e o saber das mulheres pretas. A figura da parteira é símbolo fiel da

representatividade negra na medicina tradicional brasileira, assim como no vocabulário utilizado por estas que enriquecem nossa língua.

Figura 11: Maria Luiza da Conceição Souza

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Mediante as valiosas memórias que foram ocultadas, requer que a memória enquadrada que é vista facilmente nos museus, monumentos, bibliotecas, obras literárias, etc. e que são disseminadas como uma memória coletiva, sejam desmascaradas e desmistificadas a fim de a memória coletiva em seu real significado da palavra venha a ocupar estes espaços.

Diante dos grandes movimentos de resistência da atualidade, as memórias ditas subalternas não devem ficar restritas apenas à oralidade, pois, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e de grupo” (POLLAK, 1989, p. 3-15), que deve ser respeitada e construída sem enquadramentos. Desta forma:

> Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. (POLLAK, 1989, p.5)

Sabe-se que não é um enfrentamento de fácil resolução, mas, o Brasil vem caminhando para dizimar tais tabus. Um dos significativos passos de resistência, além dos emblemáticos demonstrados pelos negros que foram escravizados, tem o surgimento nos anos 70, mas que só ganhou fôlego nos anos 90 no Brasil o nascimento da História Oral, que com apoio da Associação Brasileira de História Oral, em 1994 viabilizaram o expandir dos relatos orais, tornando possível a formulação de documentos partindo de fontes orais que passaram a permitir que a história dos negros fosse contada pelos mesmos. Assim, Amado e Ferreira (2002, p.170), defendem: “Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”. A história oral ganha respaldo por viabilizar a oportunidade do subalterno falar.

Para Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira:

> “História Oral” é uma expressão mais especializada, que em geral se refere a um método de pesquisa, no qual se faz uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular. (AMADO; FERREIRA, 2002, p. 151).

A história oral ganha espaço tornando viável a evidenciação da memória viva de tantos grupos que foram tacitados, contribuindo para alavancar relatos que serão transformados em documentos escritos, valorando uma história de grupos que muito tem a contar e registrar.

Foi graças à memória dos moradores mais antigos que a comunidade do Empata Viagem conseguiu ser reconhecida como remanescente, pois não havia nenhum documento escrito que comprovasse a veracidade dos fatos. Porém, através dos relatos orais e dos locais expostos nas narrativas, configurou-se verdadeira a descendência. Como relata Irênio Monteiro:

> [...] a avó do meu pai foi escrava. Você ver falar aqui nessa estrada, a velha Honória, aí tinha até uma ponte aí embaixo no rio aí, que chamava ponte da velha Honória. Então essa velha Honória que eu não conheci mais, foi avó de meu pai. E ela foi escrava. Ela foi escrava. Que aqui em atravessa pra negão dessa estrada aqui de Minério, aí tinha uma presa muito grande, uma presa num rio muito grande e naquele tempo da escravidão o senhor dos escravos procurava riacho pra fazer presa pra escravo. Eles procurava muita água que era pras casa de farinha relar de noite e dia e quando tocava com mais força na roda, parava, né! Mas eles queria saber que era de noite e dia.(Irênio Monteiro do Nascimento – 19.12.2020).

Mais uma vez nos deparamos com o poder das mulheres na história brasileira, a velha Honória é parte fundamental para reativar essa consciência. Mulher negra que foi escravizada, que foi mãe, lutadora e resistente, criou sua família e cuidou de não deixar morrer sua memória de resistência. Deu nome a um rio na região do Empata Viagem que por séculos serviu para matar a sede e banhar todo aquele povo desprovido de direitos. Rio que com suas fortes, volumosas e abundante água molhava a terra, a plantação e suas águas serviam também para mover as máquinas nas casas de farinha que tinha a presença dia e noite dos negros escravizados nas suas longas e duras jornadas de trabalho. A velha Honória é uma referência para que as mulheres do Empata Viagem e toda mulher negra brasileira continue buscando legitimar seus espaços de fala.

Por ser uma comunidade de origem agrícola, durante muitos anos o principal produto cultivado na região foi a mandioca. Com o passar dos anos o cacau, a seringa, a banana, o café passaram a ser semeados e difundidos. O cacau em maior proporção contribuiu para melhorar a renda das famílias e dele era, e ainda são produzidos vários outros produtos como: mel de cacau, licor, banha de cacau, geléia de cacau, suco, cocadas e vários outros produtos que representam a culinária local. Embora o cacau tenha tido uma baixa em decorrência da vassoura de bruxa, ainda é um produto que contribui para a renda das famílias da região. Os demais produtos que são produzidos pela comunidade são levados até a feira do Município de Ubaitaba nos fins de semana onde são vendidos, representando mais um meio de renda. Logo, tudo que é cultivado na localidade serve para subsistência e para a comercialização mesmo que em pequena escala. O rio da velha Honória ainda existe e é a principal fonte de água que a região dispõe, porém, vem sofrendo secas em decorrência das alterações climáticas, poluição do solo por meio dos produtos químicos que são frequentemente utilizados no solo para acelerar a produção e

devido ao aumento de fossas construídas nas casas com o aumento da população. Sendo assim, a agricultura sempre foi a maior fonte de renda da comunidade e continua seu legado com as novas gerações.

A riqueza agrícola no Empata Viagem não se resume a plantar, colher e comercializar. Os produtos agrícolas são fontes para o empoderamento e futura independência financeira das mulheres da localidade que graças à diversidade de produtos aprenderam a desenvolver uma culinária diversificada e muito saborosa com produtos locais, como relata a moradora e secretária da associação do Empata Viagem, Antônia Conceição Oliveira:

> Eu sempre vivi aqui, nasci, me criei aqui, e to aqui até hoje. Gosto muito de viver aqui não tenho de que reclamar. Somos quilombolas, trabalho na zona rural mesmo, trabalho pra mim mesmo. Eu planto cacau, planto mandioca, faço farinha, faço beiju, faço tapioca. Do aipim faz o bolo, faz várias coisas de aipim, só que a gente faz mesmo pra gente comer, por que a gente não faz pra vender não, porque a gente não tem coisa assim pra gente vender, mas a gente gostaria de fazer pra gente vender porque era um sustente, era o próprio salário que a gente ia fazer pra gente mesmo pra ajudar os nossos filhos na escola, ter como eles fazer uma faculdade, alguma coisa sendo que a gente ia tirar do da gente mesmo. [...] Então, só tá aqui o que a gente aprendeu, mas a gente não desenvolveu pra fazer pra vender. A gente faz pra gente mesmo. (Antônia Conceição Oliveira, secretária da associação – 20.11.2019).

O orgulho de nascer e viver na comunidade transpassa qualquer barreira. A fortaleza que é a mulher brasileira é ainda mais visível quando nos deparamos com relatos deste tipo que demonstra que o lugar da mulher é onde ela quiser, seja na lavoura, na cozinha ou em um escritório. As diversas habilidades da mulher a torna a cada dia peça indispensável pela busca da igualdade e equidade de direitos. Antônia, como tantas outras mulheres pretas, utiliza as riquezas naturais agrícolas que a região dispõe para investir na culinária e traça metas que vão desde se tornar empreendedora como ampliar e contribuir com a renda familiar visando melhoria nas condições de vida. O mais extraordinário é que não perde de vista o caminho dos estudos que vislumbra para os filhos. A expectativa de mudanças e melhorias sempre esteve presente na vida da população negra e rural. Logo, os cursos e programas que viabilizam o respectivo desenvolvimento dessas populações são fundamentais e indispensáveis. Tudo isto comprova que o valor dos produtos agrícolas para essas comunidades é histórico, social e econômico, portanto deve ser muito respeitado.

Figura 12: Antônia Conceição Oliveira – Secretária da Associação

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro

Diante de tantas memórias o documento que legitima a comunidade do Empata Viagem como remanescente, tornou-se o abrir a porta para repensar sua história e contribuir para formação da identidade deste povo, pois confirmou o que os mesmos já presumiam que seriam estes descendentes de negros escravizados. Esta possibilidade era levantada ao ouvirem os relatos dos mais velhos que se valiam da memória para transmitir para as gerações seguintes suas histórias cotidianas. Memória que segundo Seixas, 2001, p. 89:

> ...é fundamentalmente “criação do passado”: Uma reconstrução engajada do passado (muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados) e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstroem sua identidade, inserindo-se nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. O que aqui é colocado em primeiríssimo plano é, portanto, a relação entre memória e (contra) poder, memória e política. A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas e comemorações). Noção de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) e controla(m). (SEIXAS, 2001, p. 89).

Uma memória que resgata uma vida, uma cultura esquecida ou reinventada de modo que atenda às necessidades atuais, uma memória que fala e reconstrói, que dá forma a vida representada na dança, nos folguedos, nos batuques, nos traços fortes da beleza negra, na comida colorida diversificada e bem temperada, nas ervas medicinais, uma memória que ao ser propagada através da fala faz renascer e ser visto um povo de coragem e inteligência que em um processo diário reconstrói sua identidade partindo de uma individualidade transformando-se coletiva como ressalta Halbwachs:

> Se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. A memória coletiva por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. (HALBWACHS, 2004, p. 53).

Uma memória não exclui, não exalta e nem inferioriza a outra, elas se complementam na medida em que se desenrolam. Ela é útil e serve como armazenadora do passado de forma constante e natural servindo para a formação de uma identidade inventada e reinventada. É seguindo estes conceitos de memória que a Comunidade do Empata Viagem conseguirá estabelecer uma relação entre a verdadeira consciência de identidade e não viver acreditando que apenas um documento dita a sua identidade. Resgatar o passado é ter como compromisso ver novos horizontes e transformar sua realidade. Para isto é necessário mergulhar profundo no conceito de memória como frisa Le Goff, 2003, p. 421:

> Os campos científicos que estudam a memória atualmente, como biologia, a psicologia, a neurofisiologia, a psicofisiologia e a psiquiatria, podem contribuir para a compreensão das características e dos problemas da memória social e histórica. Em contrapartida, os próprios estudos desenvolvidos por essas variadas ciências têm levado os pesquisadores à necessidade de aproximar a memória do campo das ciências humanas, na medida em que os resultados das pesquisas empíricas evidenciam uma relação intrínseca da memória com “[...] resultados de sistemas dinâmicos de organização”. (LE GOFF, 2003, p. 421).

A memória é tão importante para o desenvolvimento de uma sociedade e formação de uma identidade que são inúmeras as áreas que tentam desvendar seu potencial. Nessa dinâmica percebem que toda organização social e histórica tem como base a memória. Porém, neste aparato de informações, muitas memórias são caladas e esquecidas e para compensar a anulação da evidenciação de memórias que já foram silenciadas e distorcidas os governantes criaram políticas públicas para oportunizar um lugar no sol aos indivíduos que foram descendentemente colocados à margem da sociedade. Políticas públicas que dão oportunidades, mas não preenchem todas as lacunas deixadas aos longos dos tempos na vida e na história destes remanescentes, uma vez que estas são um dos passos dados decorrentes de muita luta por parte dos grupos negros. É sabido que o processo é lento e longo, mas não é impossível. Pois a comunidade é composta por cidadãos que anseiam conhecer sua origem e têm grande potencial para abarcar todo conhecimento histórico que está por vir, fortalecendo a sua luta pela igualdade e equidade.

A memória se ramifica alcançando diversas vertentes capacitando os grupos descendentes de povos que foram escravizados a se localizarem, e se identificarem acompanhando os novos sistemas e movimentos sociais nos quais estão inseridos buscando por meio da memória criar sua própria história para deixar seu legado escrito por quem de fato tem o direito de fala, para as futuras gerações.

Para Amado e Ferreira, 2002, p. 94:

> A memória para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar,social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais, imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (AMADO e FERREIRA, 2002, p. 94)

Toda memória parte de ações coletivas que representam o cotidiano de um povo. São essas memórias que transformam, encorajam e dão base para os próximos passos da humanidade, pois a história é filha do seu tempo, assim como a memória se transmuta por séculos, alimentando o legado de um povo.

Diante de tantos fatos e realidades distintas que compõem a história do negro e de grupos subalternos, acredita-se que antes de qualquer coisa é preciso respeitar a diversidade linguística, sociológica, psicológica, religiosa de cada um desses grupos, bem como respeitar que na sua evolução histórica muitos costumes foram agregados e muitos desapareceram, assim para Munanga “o essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que o liga ao seu passado ancestral o mais longínquo possível” (MUNANGA, 2012, p. 12), é ir em busca da sua gênese, seu DNA, se conhecer para se reconhecer e é a partir daí que a identidade começa a ganhar corpo e forma.

E é nesta perspectiva de conhecer sua história e ir construindo sua identidade que a comunidade do remanescente do Empata Viagem vem se inserindo processualmente.

A identidade não é algo estático, nem petrificado, ela se formula e se concebe com as experiências vividas individualmente e que na interação com o outro, ganha forma de coletividade.

Munanga, citado por Oliveira (2009, p. 47):

> A ancestralidade é praticamente o ponto de partida de todo processo de identidade do ser, para você criar sua identidade coletiva você tem que estabelecer um vínculo com a ancestralidade; Lá é sua existência como ser individual e coletivo. (MUNANGA, citado por Oliveira, 2009, p.47).

Sendo assim, não há o que se falar em identidade sem antes mergulhar na ancestralidade.

A ancestralidade que versa no visível e invisível, no aparente e oculto, mas que firma os valores e princípios dos negros desencadeando na formação da identidade que deve ser construída com bases sólidas não deixando lacunas e permitindo ser diminuída como fizeram por todo tempo da colonização como Santos, relata:

> Com relação aos africanos, também aprendi na escola várias versões. Uma delas é a de que pelo fato dos índios terem se rebelado contra o trabalho escravo os portugueses resolveram trazer o povo da África, porque esses seriam mais "dóceis", portanto, mais facilmente "domesticáveis". No entanto, os povos africanos, assim como os povos pindorâmicos, também se rebelaram contra o trabalho escravo e possuem as suas diversas autodeterminações. Os colonizadores, ao chamá-los apenas de "negros", estavam utilizando a mesma estratégia usada contra os povos

> pindorâmicosde quebra da identidade por meio da técnica da domesticação. (SANTOS, 2015, p. 16-17).

É inaceitável permitir que continuem subjugando nossa identidade, colocando-a em cheque ao ponto de permitirmos que nos rotulem como negros sem reconhecer nossa origem, ou até mesmo nos rotulem como “dóceis” como se fôssemos manipuláveis a atender regras preestabelecidas. Nós somos povos negros que sabemos e defendemos nossa ancestralidade e que bravamente descortinamos essa falsa espetacularização que exalta heróis brancos. Nos colocamos na história brasileira como pessoas encorajadas pela missão de representar nossos ascendentes e firmar definitivamente a identidade de um povo negro e que se orgulha de suas raízes.

Não existe um único caminho para se chegar à identidade, na verdade existe uma teia que vai se formando individualmente e coletivamente a partir das diferentes experiências vividas. A identidade, portanto, não chega pronta e formada, ela se constitui processualmente de diferentes maneiras. A população do Empata Viagem, estava formando a sua identidade, quando foram reconhecidos como remanescentes, passando assim a reformular sua identidade, constituídos de várias características oriundos dos seus povos ancestrais como também de características das sociedades atuais. Pois a identidade se constitui atrelada ao tempo e a sociedade a qual grupo está inserido. De acordo com Jacques D’Andesky:

> [...] a identidade para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento [...] (D`ANDESKY, 2001, p.76).

A memória transmitida pela oralidade é bem representada na fala de Manoel Freire de 85 anos, morador do remanescente do Empata Viagem que traz consigo a esperança que um dia lhe foi passada:

> Meu avô falava, negócio de escravo. Quer dizer que eles tratava os negros, era escravo. Então eu fui pegando aquele conhecimento. Mas sempre eles diziam, meu fio, vai vim um tempo que os negros que hoje trata como escravo, vai ter mais valor qual eles não dão hoje”. (Manoel Freire – 19.12.2019).

Significa dizer que, os negros escravizados longe de serem “coisas”, “mercadorias” e “burros”, tinham consciência do seu valor de ser humano e de seu potencial intelectual. Sabiam desde sempre embora que com muita luta dominariam seu lugar de direito e é com essa mentalidade que os remanescentes do Empata Viajem atuam, se reconhecem como descendentes de quilombolas e trazem no sangue e na mente a coragem e a garra para fazer valer todo sangue que seus ancestrais derramaram, partindo da busca pela educação de qualidade, valorização da agricultura fazendo dela meio de subsistência e de renda, conhecendo seus direitos fazendo uso das políticas públicas e atuando somando com a política municipal, nunca subordinado a ela. Acreditam que estão apenas começando a mudar a realidade dos grupos que infelizmente no Brasil ainda são vítimas de preconceito, racismo, discriminação e tentativas de serem silenciados e invisibilizados, mas acreditam que juntos são mais fortes, por isso buscam se engajar cada vez mais nos assuntos pertinentes à sua história e aos movimentos sociais negros e afins.

A memória abre o leque para que a identidade se construa e a identidade faz o ser humano querer construir história, história esta contada e escrita pelos verdadeiros personagens e heróis que o Brasil de fato teve. Avante população negra! “O movimento negro tem várias faces, mas sempre é uma continuidade da grande luta de libertação cujo maior líder e referência básica é Zumbi dos Palmares”. (Abdias do Nascimento, 2001).

Ainda debruçados sobre a memória, Manoel Freire um dos senhores mais idosos da comunidade relembra com entusiasmo as profecias que seu avô dizia:

> Meu bisavô foi escravo, ele morreu ali no Quitungo, num lugar que chama, ora, esqueci o nome, sei que é ali encostado ao Quitungo. Ele foi escravo, chamava Efonso, ele foi escravo. Quem era que queria saber, depois que gritou a liberdade que os negro se forrou, quem era que queria de dizer assim: a fulano, você foi escravo, ninguém queria saber, quando gritou a liberdade e o negro se forrou. Dalí em diante, o negro pegou a ter valor, que hoje ninguém vê, não tem branco, não tem negro, tudo é um. Mas de primeiro tinha aquelas escolhas. Uns milhorzinhos, outros quer ser mais mior, mas tudo é um. Tudo é um. (Manoel Freire - 19.12.2019).

Figura 13. Manoel Freire

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 19.12.2019

Na verdade não eram profecias, era a expectativa da consolidação do resultado dos objetivos traçados mediante as lutas e resistências diárias travadas pelo povo negro. A fala do avô de Manoel Freire representava a postura das pessoas negras que sabiam que venceriam a batalha travada e ocupariam espaço no novo mundo com a perspectiva de ter relações sociais, políticas e culturais baseadas na igualdade. O povo negro firmaria consistência da vitória, com o grito de liberdade que atualmente é dado todos os dias almejando a sua configuração total. Suas lembranças fazem menção a outro Quilombo do Município de Maraú, o remanescente do Quitungo, reafirmando que os remanescentes mantinham relações sociais frequentemente e desde então, já tinham consciência que os passos deveriam ser dados coletivamente. Percebe-se também, os ideais decoloniais ao afirmar que não existia melhor e nem pior todos eram só um, pretos e brancos. Frente a essa consciência as lutas pela igualdade e equidade se mantinham. Ainda não conseguimos de fato ecoar o grito de liberdade, mas continuamos existindo e resistindo objetivando desconstruir posturas e falas colonizadoras. Manoel Freire aponta mesmo que imperceptivelmente os ideiais decoloniais tão bem defendidos por Spivak que diz, “A tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços

por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a)". (SPIVAK, 2010, p. 14). O tempo de nós negros podermos falar e sermos ouvidos é o momento presente que perpetuará infinitamente, por este motivo as memórias de tantos subalternos devem ser vivificadas e propagadas. A luta mesmo que árdua nos faz colher vitórias como Santos, afirma:

> O lugar do convite para a luta traz o paradoxo do desânimo e da incitação. Desânimo pela repetição e ressemantização nas mais variadas vestes dos ataques de colonização. Desanima por que parece ser uma luta inglória. Ao mesmo tempo que incita para a luta em razão de as perdas nunca terem sido totais, as formas de resistência tem historicamente conseguido se impor e manter nacos da sua identidade resistida que se mesclam a facetas a outros fatores que se somam e ressignificam outras resistências a outros ataques da colonização, como ocorre no presente. (SANTOS, 2015, p. 60).

Em meio a repetidas cenas que tentam nos desencorajar ao apresentarem o forte reflexo colonizador ainda presente na sociedade brasileira, temos por outro lado a interpretação de que essas lutas nos impulsionam a seguir avante reafirmando a resistência cultural,que nos permite vencer os afrontamentos e as tentativas de romper com nossos ideais identitários. Temos em mente que as vitórias sempre superarão as perdas, por isso, recorreremos a todos os meios legais que permitem o esperado êxito.

Assim, no arcabouço que contempla memórias, lutas, resistências e identidade se completa com a busca pelos direitos. Desta forma, as políticas públicas ocupam espaço nesse cenário e é sobre elas que falaremos a seguir.

4. A TROCA DOS TRÊS “P” PARA OS TRÊS “F”: FIRMES, FORTES E FANTÁSTICOS: REMANESCENTES DO EMPATA VIAGEM A AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

4.1 Programas das Políticas Públicas para Comunidades de Remanescentes de Quilombos.

O Brasil é reconhecido por ser um país historicamente miscigenado, composto por povos indígenas nativos, negros africanos e brancos europeus. Um país marcado na sua trajetória histórica pela desigualdade, pelo desrespeito aos menos favorecidos e pelo silenciamento de grupos que cruelmente foram escravizados, explorados e marginalizados. Durante todo processo de escravidão e manipulação de direitos humanos que foram retirados dos povos negros escravizados, nos deparamos com leis que grosso modo pareciam benefícios ofertados aos escravizados, como: Lei Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre e Lei do Sexagenário. Embora, fossem leis sem nenhuma eficácia para a realidade desses grupos, como frisa Moura, 2010:

> A Lei do Ventre Livre não pretendia fornecer assistência social à criança ingênua. A proposta da lei era eliminar o último foco de manutenção da escravidão através do ventre da mulher escrava, e não amparar essa criança. Apesar da promulgação da Lei, o Governo Imperial não tinha se planejado para garantir as condições necessárias de moradia, assistência social, saúde e educação aos filhos livres da mulher escrava. (MOURA, 2010, p. 71).

É notória a falta de preocupação por parte dos governantes com o futuro daquelas crianças ao não contemplar na lei os direitos fundamentais que viriam a ser indispensáveis para uma sobrevivência digna dos filhos das mulheres escravizadas.Para a Fundação Palmares, 2018:

> A Lei dos Sexagenários ou Lei Sararaiva-Cotegipe, foi promulgada em 28 de setembro de 1885. Essa lei concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade e beneficiou apenas alguns escravos, pois eram raros os que atingiam esta idade devido o sofrimento que a escravidão oferecia por conta do trabalho árduo, agressões e péssimas condições de vida. (FUNDAÇÃO PALMARES, 2018).

Era na verdade, “Leis para Inglês ver”, pois, ao analisarmos criticamente é notória a estratégia lançada pelos governantes para tentarem manipular ou frear uma realidade que estava aparente, que seria do fim da escravidão, tanto pelas questões econômicas impulsionadas pela Inglaterra, quanto pelos movimentos de resistência dos grupos explorados que estavam enfraquecendo cada vez mais a manutenção do regime escravocrata. Segundo Emília Costa, 1998, p. 12:

> As leis emancipadoras aprovadas pelo Parlamento tiveram um resultado psicológico importante, pois condenaram a escravidão a desaparecer gradualmente. Isto forçou os proprietários de escravos a pensarem em soluções alternativas para o problema da mão-de-obra. Mas foi apenas quando os escravos decidiram abandonar as fazendas em números cada vez maiores, desorganizando o trabalho, que os fazendeiros se viram obrigados a aceitar, como inevitável a Abolição. (COSTA, 1998, p.12).

Percebe-se assim, que tais leis foram uma espécie de barreira para protelar o grande desfecho que seria o fim da escravidão levando os donos de escravos a ganhar tempo e buscar meios para se estruturarem com a troca da mão de obra. Porém, os movimentos dos grupos dos povos explorados foram ganhando força, tornando inevitável postergar a abolição da escravidão, vindo a ser sancionada por fim, a Lei Áurea que legitimava o fim da escravidão mas não apresentava meios que protegessem ou assegurassem direitos e perspectivas de vida social digna aos negros que fora escravizados. Como tão sabiamente explana Florestan Fernandes em sua obra “A integração do negro na sociedade de classes”, em 1964:

> A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. (FERNANDES, 1964, p. 3)

Infelizmente, todos os agentes de trabalho escravo foram invisibilizados não sendo amparados por nenhuma medida de assistência, reparação ou meios que viabilizassem segurança e expectativas de desenvolvimento de vida nos moldes adequados para a nova realidade, vindo a ser alvos frequentes de violência, crueldade, racismo e preconceito. Por muitos anos esse foi o cenário legal

apresentado pela Constituição Brasileira e facilmente tornou-se o reflexo da sociedade brasileira. Correlatos a esta realidade, já havia a presença de Quilombos e posteriormente de Remanescentes, ou seja, comunidades constituídas por negros que resistiram, fugiram e demonstraram sua insatisfação com a realidade vivida e se organizaram em diversas regiões do Brasil buscando começar ou recomeçar sua vida dignamente combatendo o regime político da época mesmo enfrentando toda a humilhação e empecilhos. Vale enfatizar que os Quilombos foram um dos principais marcos de resistência e luta pela busca de direitos que foram negados e usurpados dos negros escravizados.

Diante desse panorama histórico, atualmente o Brasil se insere em uma nova roupagem que vem sendo construída processualmente no que tange os direitos e o reconhecimento das comunidades remanescentes objetivando resgatar os direitos que destas foram retirados. Embora, tais conquistas vêm acontecendo em decorrência de muitas lutas e movimentos sociais organizados pelos grupos que ainda hoje estão na linha de frente buscando um reconhecimento de igualdade de direitos.

Dentre esses caminhos encontra-se a formação de associações nas comunidades rurais, que segundo o artigo 44 do Código Civil de 1988 diz “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. E foi por meio da Associação de Agricultores do Empata Viagem que foi criada em 11.08.2002, que a priori foi formada apenas para buscar meios para o desenvolvimento agrícola da comunidade e consequentemente melhorar a renda destes,que os membros da associação tomaram conhecimento da probabilidade de ser esta comunidade um remanescente de quilombo. Como relata o associado Manoel Marcolino de Souza:

> A gente não sabia o que era associação, aqui. Aí chegou um cidadão de Ipiaú, mora ali do outro lado. Aí em continuação ele chamou a gente: os meninos, umbora criar uma associação, que lá na residência que eu morava a gente criou uma associação e rendeu muito dentro da comunidade. (Manoel Marcolio de Souza, 20.11.2019).

O atual presidente da associação Reginaldo Conceição Nascimento, confirma a história ao dizer:

> [...] que a gente não deixamos de esquecer de falar de Laudelino Bernardo Sena, que vindo ali de Ipiaú, quando ele chegou aqui na região mais ou menos no ano de 1998 a 2000, ele veio falando que ele veio de uma comunidade ali de Ipiaú, que lá eles tinha uma associação e que através da associação eles conseguiram coisas muito boa pra aquela comunidade. Só que ele disse que não sabia como lidar com essa associação. Mas ele sabia que tinha como ir que a gente se manifestasse que a gente ia conseguir criar a associação dentro da comunidade e que a gente ia conseguir os objetivos pra comunidade. Então realmente a gente corremos atrás disso. A gente conseguiu através da CEPLAC, a gente peguemos pessoas na CEPLAC, no assentamento que já tinha aqui em Maraú que é a Santa Maria, a gente peguemos pessoas nessa CEPLAC, e nesse assentamento, nesses dois órgãos e lutamos e conseguimos nossa associação. Que em primeiro lugar foi a associação de Produtores da região do Empata Viagem, e com essa associação a gente veio conseguimos trazer pra comunidade projetos. Comecemos trazer projetos para a comunidade, foi aonde logo 22 pessoas foram beneficiadas no Projeto Café e Coco. (Reginaldo Conceição Nascimento, atual presidente da associação – 12.12.2019).

Logo, até este momento não há o que se falar em associação de remanescente, era apenas uma associação de agricultores rurais que já buscavam meios para o investimento e desenvolvimento agrícola na região e para isto buscaram ajuda da CEPLAC que os direcionaram para aquisição do Projeto Café e Coco, que tornou-se um grande passo na busca do desenvolvimento da comunidade partindo da utilização dos produtos locais.

A partir daí, houve uma informação de que a comunidade do Empata Viagem supostamente era um remanescente de quilombo, como relata Reginaldo Conceição:

> E a gente viemos através de Nivaldo, ele chegou até a gente e falou pra gente que ele descobriu do IBGE, que até esse momento, foi em 2004 por aí, a gente não sabia nada assim de quilombo, a gente era, uma coisa que a gente não sabia, foi que nem Laudelino falou, ficava escondido pela gente não ter acesso nenhum, associação ou algo assim, a gente não tinha conhecimento daquilo que era da gente pra gente buscar aquilo que é nosso. Aí veio senhor Nivaldo e falou pra gente que através do IBGE ele descobriu que a comunidade da gente era comunidade de quilombo, remanescente de quilombo. [...] Aí a gente veio e mudamos os documentos da associação, mas pra mudar os documentos da associação não era só assim, dizer: ah, eu sou comunidade de quilombo e eu preciso do certificado da fundação Palmares pra poder dizer que eu sou quilombola. (Reginaldo Conceição Nascimento, atual presidente da associação – 12.12.2019).

Com esta informação, os membros da associação passaram a correr contra o tempo para saber o que era um remanescente de quilombo e todas as informações necessárias. Foram feitas muitas viagens e visitas a órgãos responsáveis por estas questões. Essa comunidade composta por uma média de 250 famílias na época e

atualmente estima-se uma média de 350 famílias, seguindo informações do presidente da associação, porém apenas 80 são associadas e vivem diretamente da agricultura, foram legalmente certificadas pela Fundação Palmares sendo reconhecidos oficialmente como remanescentes de quilombos. Receber tal certificação significou o início de uma nova fase para essa comunidade que passou a buscar conhecer a verdadeira história dos seus antepassados, sua dinâmica de vida, seus legados, suas raízes e identidade, assim como passaram a ver a possibilidade de terem seus produtos que antes eram produzidos apenas em pequena quantidade utilizados tão somente para o consumo de subsistência, passassem a ser produzidos em grande escala e comercializados, trazendo uma nova dinâmica para vida social, econômica, cultural e política do remanescente, assim como, de mudança em todos os aspectos relevantes para uma vida mais próspera provinda de direitos adquiridos de igualdade. Diante desta nova realidade, buscou-se a resposta para alguns questionamentos: Quais são os programas ofertados como Políticas Públicas para Comunidades remanescentes de Quilombolas?

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 68 do ADCT de forma explícita defende o direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais. Acredita-se que ao contemplar tal texto constitucional o Brasil começou o seu processo de pagamento de dívida com tais povos que durante anos derramaram sangue inocente, tiveram seu lugar de fala ocupado por quem não tinha autonomia para falar sobre, foram surrados, menosprezados, chicoteados, abusados sexualmente, explorados, tratados desumanamente, mascarados, enfim, tiveram suas vidas e almas retiradas mesmo estando vivos. É a partir da Constituição de 1988 que passamos a ver a possibilidade de grupos étnicos-raciais serem mesmo que em pequena proporção lembrados. O guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas apresenta:

> São grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto 4887/2003) As comunidades quilombolas localizam-se em 24 estados da federação, sendo a maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Os únicos estados que não registram ocorrências destas comunidades são o Acre e Roraima, além do Distrito Federal. (BRASIL, 2013).

Grupos visivelmente de ancestralidade negra espalhados praticamente por todo o Brasil passam a ser identificados, reconhecidos, legitimados. O que parecia ser algo reduzido e minoritário ocupa grande parte do território brasileiro e comporta uma história que precisamente completa o quebra-cabeça do que se entende como Brasil, um país composto por uma população significativa negra que precisa ter seu lugar de fala para contar sua verdadeira versão da história, encorajar, empoderar, buscar respeito e direitos igualitários.

Os membros da comunidade do Empata Viagem foram em busca de colocar em prática o que diz às atribuições que confere à Fundação Palmares no art. 1º da Lei nº 7.688, de 22 de agosto de 1988, e considerando as atribuições conferidas à Fundação pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 a Fundação Palmares em sua portaria de nº 98 em 26 de novembro de 2007 que institui o cadastro geral de remanescentes a todas as comunidades autodenominadas terras de preto, comunidades negras, mocambos, quilombos, e outras denominações congêneres. Por saberem que tais lei e decretos, asseguravam-lhes benefícios que buscavam reparar ou ressarcir direitos que lhes foram negados e retirados durante anos.

Vale frisar que os grupos remanescentes de quilombos sempre foram referência no papel de luta pelo território e pela manutenção da cultura negra.

São essas comunidades que bravamente mantêm as tradições do povo negro, sendo representadas pela culinária, danças, festejos, cultura e identidade. Essa é a postura dos membros dos remanescentes que ao se posicionarem, como afirma Ribeiro (2017, p. 14) “... se colocar na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistência e re-existências”.

Muitos são os programas criados e disponibilizados para as comunidades remanescentes. Dentre eles destacam-se: Regularização fundiária (Decreto nº 4.887/2003; Habitação Rural – objetivando o desenvolvimento local e regional dessas comunidades. Tal programa se dá em parceria entre a SEPPIR e a Caixa Econômica Federal; Programa Luz para Todos – (Decreto nº 7.520/2011) com propósito de levar luz elétrica para toda população rural; Tarifa social – (Lei nº 12.212/2010) que viabiliza acesso ao desconto na conta de energia; Pronaf e PAA (Lei nº 10.698 de 02 de julho de 2003 e Decreto 5.873 de 15 de agosto de 2006) que

visa incentivar e financiar o cultivo e produção de produtos agrícolas; Plano Brasil sem Miséria (Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006; Construção de Escola Quilombola e Escola do Campo; Programa Nacional do Livro Didático - Campo; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Campo); Procampo (Saberes da Terra); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa Bolsa Família; Programa Saúde da Família; Programa Saúde Bucal; Telecentros; Rádios Comunitários; dentre outros como:

> Selo Quilombos do Brasil – É uma identificação de origem, que visa atribuir identidade cultural aos produtos de procedência quilombola, a partir do resgate histórico dos modos de produção e da relação das comunidades com determinada atividade produtora – Portaria SEPPIR nº 22 de 14 de abril de 2010; Portaria MDA e SEPPIR nº7 de 13 de janeiro de 2013. (BRASIL, 2013).

É um programa que objetiva conceder identidade cultural aos produtos enfatizando e divulgando que a sua origem é oriunda de práticas artesanais, manuais, naturais e tipicamente rurais, produzidos por cidadãos especificadamente de remanescentes. Infelizmente a Comunidade do Empata Viagem, mesmo desenvolvendo atividades ligadas à culinária e a colheita e venda de produtos agrícolas que são comercializados na feira do Município de Ubaitaba ainda não dispunham do selo para identificar seus respectivos produtos e divulgar sua produção.

Diante de tantos programas significativos para o desenvolvimento e reconhecimento dessas comunidades e inserção dos membros na sociedade sem perder suas raízes, ressaltamos as propostas voltados para a educação, como se destaca o programa:

> Educação Quilombola – visa à valorização e a afirmação dos valores étnicos-raciais na escola, proporcionando instrumentos teóricos e conceituais necessários para compreender e refletir criticamente sobre a educação básica oferecida na comunidades remanescentes de quilombos. (BRASIL, 2013).

Não basta ofertar uma gama de programas sociais. Programas relativos à educação são primordiais para um país que durante séculos formou seus cidadãos

seguindo uma única vertente histórica que era pautada em uma versão errônea e distorcida da realidade de seu povo. A nova geração tem por obrigação e dever conhecer, saber e valorizar sua história real, reconhecendo seus verdadeiros heróis sendo capazes de traçar elos entre a sociedade atual, sem perder de vista sua identidade e seu legado cultural e histórico. O estudo voltado para o reconhecimento e evidenciação das comunidades remanescentes de quilombos deve ser obrigatório para tais comunidades, assim como para todas as escolas brasileiras. Precisamos formar cidadãos mais conhecedores da nossa história raiz para assim diminuirmos a desigualdade, o desrespeito, preconceito, racismo e discriminação. Tanto porque no período escravocrata os escravizados não dispunham de direito à educação, imputando aos dias atuais uma lacuna no que concerne o acesso ao mercado de trabalho, às universidades públicas por parte dos descendentes desses grupos, tanto pelo preconceito e racismo que enfrentam, como pelas dificuldades em ter acesso aos instrumentos tecnológicos que viabilizam os estudos na sociedade atual deparando-se assim, com uma visível disparidade de igualdade na concorrência pelas vagas. Logo, as políticas públicas referentes à educação, devem ser bem elaboradas e postas em prática visando, abolir tal lacuna. Para afirmar tais medidas, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, traz:

> **Art. 23.** Fica assegurada a participação da população negra em igualdade de oportunidades nos espaços de participação e controle social das políticas públicas em educação, cabendo ao Poder Público promover o acesso da população negra à educação em todas as modalidades de ensino, abrangendo o Ensino Médio, Técnico e Superior, assim como os programas especiais em educação, visando a sua inserção nos mundos acadêmicos e profissional. (ESTADO DA BAHIA, 2014).

Bem como, §1º “O Estado implementará programa específico de reconhecimento e fortalecimento da identidade e da autoestima de crianças e adolescentes negros [...]”. Garantir tais direitos é oportunizar a valorização da identidade desenvolvendo nas crianças, adolescentes e adultos a capacidade de se verem como peças importantes e pertencentes de fato a uma sociedade podendo nela contribuir com igualdade de oportunidades e de direito.

No aspecto educacional, no que concerne às políticas, podemos campear a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 bem como foi acrescida pela lei nº 10.639/2003:

> Art. 26 – A § 1º "O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil". (BRASIL, 2003).

Nas questões voltadas para o desenvolvimento econômico, tivemos em 2007, instaurada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040). No Decreto nº 6.261, criou-se a Agenda Social Quilombola.

Na esfera que busca promover a igualdade racial, tivemos em 2010 com a Lei nº 12.288 a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial. E para fortalecer, foi instituído no Estado da Bahia com a Lei 13.182 de 06 de junho de 2014 o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa que por meio do Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SISEPIR) tem "a finalidade de efetivar o conjunto de ações, políticas e serviços de enfrentamento ao racismo, promoção de igualdade racial e combate à intolerância religiosa". O respectivo Estatuto defende os Direitos Fundamentais: Direito à vida, à saúde, à educação, cultura, esporte, lazer, como também, acesso à terra, direito ao trabalho, ao emprego, à renda, ao empreendedorismo, ao desenvolvimento econômico, ao combate ao racismo institucional, a comunicação social, às mulheres negras, a juventude negra, a acesso à justiça, ao direito à segurança pública, ao combate ao racismo e à intolerância religiosa e da defesa da liberdade religiosa.

Em suma, atualmente no Brasil, temos várias leis e políticas públicas que contemplam os povos negros, embora, ainda assim, a afetividade e eficácia destas requerem uma minuciosa análise, pois, embora estejam legalmente previstas, ainda assim os grupos aos quais estas leis e políticas públicas são direcionadas ainda sofrem para terem acesso ou não surtem o efeito que deveriam. Contudo, os passos estão sendo dados e as lutas pelas garantias e valoração dos direitos dos povos negros estão sendo bravamente conquistados e defendidos.

Não se vence uma batalha sem luta e não se faz leis para ficarem apenas no papel. Tais conquistas são para serem vividas e desfrutadas com honra, orgulho e certeza de que o legado dos povos escravizados não foi esquecido e nem tão pouco, adormecido.

4.2 Remanescente do Empata Viagem e o seu empoderamento com as Políticas Públicas

Ao serem legalmente intitulados como Remanescentes de Quilombos a Comunidade do Empata Viagem viu sua realidade ganhar proporções inimagináveis até então.

O primeiro passo foi alterar o nome da associação que até então era Associação de Produtores da região do Empata Viagem passando a ser Associação dos Quilombos da Região do Empata Viagem.

É salutar evidenciar que mesmo antes de serem reconhecidos como remanescentes, a associação já havia dados seus primeiros passos para o desenvolvimento da comunidade, como relata Reginaldo Conceição Nascimento, atual presidente da associação:

> Comecemos trazer projetos para a comunidade, foi aonde logo 22 pessoas foram beneficiadas no Projeto Café e Coco. No qual meu pai aqui pegou o financiamento pra plantar 4 (quatro) hectares . Duas de café e duas de coco. Que a região estava precária mesmo naquela época e graças a Deus através daquele projeto a gente já conseguimos levantando a comunidade. Aí a gente fomos lutando, lutando. Aí depois conseguimos outros projetos como Crédito Amigo, e tal pra comunidade, que foi, é do Banco do Nordeste também e a comunidade graças a Deus foi levantando, e também com um conchavo com o poder público, então já foi melhorando.(Reginaldo Conceição nascimento, atual presidente da associação -19.12.2019).

A comunidade que sempre viveu da agricultura, recorreu a projetos destinados a trabalhadores rurais e a financiamentos, bem como a parcerias políticas para minimizar as dificuldades econômicas enfrentadas em decorrência da precariedade advindas da vassoura de bruxa que atingiu toda produção cacaueira da região,

produto que era a base para o trabalho e consequentemente sustento da maioria das famílias rurais.

Com o reconhecimento de comunidade remanescente passou a fazer adesão de vários programas, destinados a estas, dentre eles, destacam-se: Luz para Todos; Bolsa Família; Pronaf; PAA; Tarifa Social; Programas relacionados à Educação, que lhes renderam a construção e inauguração em 12.03.2017 da primeira escola quilombola do Município que recebe alunos do fundamental I e fundamental II; Programas que contemplam a saúde, Habitação Rural e Telecentros.BR.

Os membros da comunidade participam especificamente no segundo domingo de cada mês, tendo início às 14h, de reuniões promovidas com o objetivo de atualizá-los sobre os novos programas decretados e que poderão vir a ser implantados na comunidade, abordam sobre o andamento das aquisições obtidas, bem como qualquer conteúdo relevante para manutenção e desenvolvimento da comunidade. Embora das 350 respectivas famílias que habitam na região, apenas 80 famílias são associadas, muitas das políticas publicas adquiridas, tornam-se um bem coletivo, abrangendo todos os moradores.

Figura 14. Reunião da Associação dos Quilombos da Região do Empata Viagem

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro – 13.10.2019

Desta forma, o presidente e o vice-presidente sempre que necessário viajam para Salvador, Brasília ou para onde tiver necessidade de participarem de reuniões

e eventos em que as tratativas sejam para buscar programas e projetos a serem aderidos que visem angariar benefícios para toda comunidade.

A comunidade remanescente de quilombo do Empata Viagem era mais uma comunidade formada por pessoas pretas, carentes, que viviam da agricultura, com uma economia de subsistência, compostas por algumas pessoas idosas e/ou adultas que não puderam ter acesso a escola e por adultos, adolescentes e crianças que tiveram acesso à escola e dependiam exclusivamente da terra. As mulheres cuidavam do lar e ajudavam na lavoura e assim, como mais um grupo de pessoas que viviam e sobreviviam às duras realidades que populações com esse perfil sempre enfrentaram no Brasil.

Segundo a Constituição Federal que diz:

> **Art. 5º.**Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

A lei brasileira sempre apresentou lacunas nos seus textos e na prática deixa visível sua ineficácia. Não se pode falar em igualdade quando parte dos brasileiros vivem assolados pelo esquecimento, pela exclusão e pela falta de oportunidades. A lei não ampara a todos de maneira justa, possibilitando caminhos para um sucesso por meio de uma educação de qualidade e igualitária. Com atendimento à saúde que priorize a vida saudável, uma segurança sem distinção de raça, gênero ou escolha religiosa. Limita o acesso ao novo, ao diferente e ao progresso. Todos esses percalços se sustentam frente a uma sociedade doente de conhecimento. Contudo, basta que um decida lutar em busca dos seus direitos que as transformações começam a desabrochar e encoraja outros a buscarem a aplicabilidade das leis homogeneamente mesmo frente aos nós legitimamente apresentados.

Atualmente a comunidade do Empata Viagem é composta por uma média de 350 famílias, conforme relatos de pessoas da comunidade, embora documentos apontam para uma média de 250 famílias. Passou e vem passado por todo esse processo de emancipação do conhecimento e de reconhecimento dos seus direitos e sua força para conquistá-los. Bastou apenas um conversa informal para que a comunidade percebesse que juntos seriam mais fortes, traduzindo isto para a

formação de uma associação como relata o morador e atual presidente da associação dos quilombos da região do Empata Viagem, Reginaldo Conceição nascimento.

> A associação pra comunidade nem dizer só pra mim, pra comunidade é uma coisa muito importante, é uma coisa que a gente considera que caiu do céu. Caiu do céu pra gente pelo motivo que a gente vivia nessa comunidade, né, comunidade de quilombo, desprezado dos políticos, do poder público, e através dessa associação, a gente conseguiu se achar, se encontrar no meio deles. (Reginaldo Conceição Nascimento – Presidente da Associação- 19.12.2019).

A comunidade ansiava dias melhores, e viam na formação de uma associação o pontapé principal para iniciar o que viria a ser a verdadeira descoberta de sua origem. Como já foi dito, a priori, a associação formada era intitulada como Associação de Produtores da região do Empata Viagem e através dela e com auxílio fundamental da CEPLAC obtiveram seu primeiro projeto aprovado, vindo a beneficiar muitas famílias da comunidade.

Tem um ditado popular muito vinculado entre as pessoas de baixa renda que diz: “o pouco com Deus é muito” e foi com esse pensamento que o Empata Viagem viu a realidade de sua comunidade melhorar. Percebe-se, portanto, a importância das parcerias como tiveram com a CEPLAC e das políticas públicas destinadas às comunidades rurais. As 22 (vinte e duas) famílias beneficiadas entenderam que podiam ter mais e não se curvaram. Buscaram outros projetos como o Crédito amigo pelo Banco do Nordeste, oportunizando empréstimos financeiros para serem investidos na agricultura e melhorar a renda da comunidade. Mal sabiam que muitos outros projetos iriam fazer parte da realidade deles.

É importante que saibamos que a necessidade de conhecer suas origens, suas raízes é fundamental para legitimação dos seus direitos. A comunidade do Empata Viagem desconhecia a importância de sua história e a gama de direitos já determinados por leis e decretos eram ignorados, até então. Assim, serem reconhecidos como remanescentes era a peça que faltava para completar o quebra-cabeça que por vezes tiveram dicas ao ouvirem os relatos dos anciãos da comunidade.

Era algo extremamente novo para uma comunidade desprovida de conhecimentos acerca da realidade do que vinha a ser remanescente de quilombo. Pelo fato do novo assustar, algumas pessoas da comunidade tiveram receio em internalizar a informação, como afirma José Conceição da Silva (vice presidente da associação), que na época era presidente da associação “Ser quilombola, porque assim, enquanto pessoas que a gente foi criado chegou até anos o conhecimento, algumas pessoas não aderiu bem a proposta, mas eu, eu fui uma das pessoas que mais aderi essa situação”. Mas o desejo por transformar a realidade da comunidade falou mais alto e alguns representantes buscaram conhecer o que era ser remanescente de quilombo e solicitaram ajuda da CEPLAC e do INCRA que os oportunizaram palestras, cursos explicativos sobre ser remanescentes de quilombos. Pois é dominando o conhecimento sobre suas raízes que passariam a ter maior capacidade de buscar seus reais direitos.

Após palestras, vídeos, orientações, estudos, análises, troca de informações obtidas através do INCRA se sentiram prontos para lutar pela certificação. As informações foram essenciais para mudar a realidade de toda a comunidade.

Os passos seguintes foram ir a Salvador na Fundação Palmares, provar a remanescência. Reginaldo fala que não foi tão simples o processo:

> Aí a gente indo em Salvador na Fundação Palmares eles disse que pra poder dar esse certificado a gente, eles tinham que vir na comunidade pra ver na verdade se a comunidade era quilombola, que pra ser tinha que ter a marca, a marca foi a marca que meu pai falou da velha Honóra, o Didi,tudo aqui dentro da comunidade que foram os escravos se refugiaram. Aqui tinha as represas que foi feita na época dos escravos, casa de farinha, chão da casa de farinha e tal. Aí a gente conseguimos provar pra eles que sim, aqui era aqui que a gente estava correndo atrás. Aí a Fundação Cultural Palmares deu a gente o certificado como comunidade quilombola, aí graças a Deus hoje a gente somos certificados. (Reginaldo Conceição Nascimento – Presidente da Associação - 19.12.2019).

Após provar com relatos orais e mostrar locais na comunidade que representavam ambientes frequentados e ocupados por pessoas escravizadas, confirmaram que eram verdadeiramente uma comunidade de pessoas descendentes de pessoas escravizadas. Com a certificação, a associação passou a ser registrada como Associação dos Quilombos da Região do Empata Viagem.

Finalmente autodeclarados remanescentes de quilombos, todo cenário de vida da comunidade mudou e vem sofrendo alterações positivas frequentemente. Atualmente a associação é composta por 80 famílias associadas. Mas como explicita José da Conceição:

> E com respeito a projeto, a política pública, tudo aqui que hoje está acontecendo na nossa comunidade, são lutas nossa. Não é porque o governo está mandando de lá pra cá por que somos bonzinhos, não. É por que nós somos lutadores e vivemos cobrando essas políticas. [...]. É uma política pública, é. Mas pra gente ainda permanece parecendo uma política privada por que gente não chega da forma que deveria chegar até a gente. Então, são lutas nossas. (José da Conceição da Silva – Vice presidente da associação - 19.12.2019).

Percebe-se que, agora conhecedores de suas origens e trajetória eles apresentam uma postura correspondente a dos seus povos originários. Posicionam-se buscando seus direitos por meio das políticas públicas que é fruto dos movimentos de resistência, de pertencimento, de lugar de fala, de muito tempo. Direitos tão brutamente negados aos negros que foram escravizados. Sinaliza que mesmo sendo políticas públicas, as dificuldades apresentadas para terem acesso a elas ainda são os grandes problemas que as comunidades remanescentes enfrentam. Ressalta-se assim, que a luta é diária e que toda a comunidade precisa estar engajada com a causa, pois a batalha é vencida com a participação e colaboração de todos.

O pensamento de coletividade é visível na fala de toda comunidade, que defende que tais avanços se deram principalmente com a criação da associação.

Segundo, o pastor da comunidade, Genário Conceição da Silva:

> A associação ela é importante no que diz trazer os benéficos pra comunidade e depois, é uma forma muito importante de unir os moradores da comunidade, é, pra decidir, ver as necessidades da comunidade e tentar conseguir juntos formas de resolver. Talvez não conseguimos resolver tudo, mas ameniza as dificuldades da comunidade. Essa é minha visão da associação. (Genário Conceição Silva – Pastor da comunidade - 20.11.2019).

Para, Marina Santos de Souza:

> Eu acho que a associação em si ela é uma família e nós fazemos parte dessa família. A associação eu sempre digo,a associação não é só você buscar projeto, não é só você se associar e dizer: eu vou encher meu bolso de dinheiro, não. A associação é amor, a associação é companheirismo, né verdade!? A associação é conhecimento, então nós temos que ter conhecimento. A associação ela é uma família, e essa família é pra se ajudar. Não só pra correr atrás de projeto de governo, mas em si, a gente aprender a se ajudar. Então eu acho que a associação é uma coisa muito, muito importante na vida do ser humano. E quem não é sócio não sabe o que é ser amigo, ele não sabe o que é ser irmão, o que é ser companheiro em muitas vezes, por que, o que é ser companheiro? É quando você tem alguém e você precisa de alguém, você precisa ajudar esse alguém, e você precisa ser ajudado por esse alguém. Então, isso é companheirismo, isso é cumplicidade, então, quem não é sócio, não sabe o que quer ser cúmplice um do outro. Eu estou falando cumplicidade em bondade, em amor, né!? Não é cumplicidade em maldade. (Marina Santos de Souza – Associada – 20.11.2019)

É unânime o pensamento da comunidade em defender que a associação não se restringe apenas a buscar projetos, mas é um espaço para estabelecer laços familiares e fraternos, onde a meta principal é a ajuda mútua e a solidariedade. Visam o diálogo para estabelecer metas com escopo de coletivamente alcançar benéficos para todos. Em suma, acreditam que a associação contribui para fortalecer os laços, para melhorarem e crescerem como pessoas, pois só assim sanarão as dificuldades enfrentadas na comunidade. Tais atitudes e comportamentos demonstram que as políticas púbicas não são vistas apenas como vantagens advindas do poder público, mas como ferramentas para auxiliar no desenvolvimento da comunidade em todos os âmbitos, não apenas no econômico e territorial. Essa relação de companheirismo nos remete a entender de fato as raízes biológicas dessa população. Pessoas preocupadas com o cuidar do outro, com o compartilhar, com o solidarizar frente a dias de constantes lutas.

E com esses ideais, vêm contribuindo para o desenvolvimento da localidade do Empata Viagem. Um dos feitos foi à construção da sede da associação. Que foi inaugurada no dia 13 de Outubro de 2019, recebendo toda a comunidade, autoridades políticas, visitantes e amigos. É o reflexo da luta pela permanência do homem no campo que visa viver com qualidade, se eximindo do êxodo rural e capaz de se inserir em todo desenvolvimento cientifico, tecnológico e intelectual que a

sociedade vem acompanhando, sem necessariamente se desprender de suas raízes.

Figura 15: Antiga sede da Associação de Quilombo e região do Empata Viagem

Fonte: Fotografia da pesquisa de campo de Ramille Roque Pinheiro em 13.10.2019

Figura16: Atual sede da Associação de Quilombo e região do Empata Viagem

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 13.10.2019

Grande destaque advindo das políticas públicas foi, a construção de uma escola que atende da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II (Pré até o 9º ano), possibilitando aos estudantes a oportunidade ao estudo, ao conhecimento, ao emprego, a valorização dos próprios membros da comunidade que passaram a atuar

na escola. A Escola foi inaugurada dia 12 de Março de 2017. Como Relata Reginaldo:

> Aí a gente viemos através da associação a gente conseguimos o Ginásio que é do Pré ao 9º (nono) ano, dentro da comunidade, o qual também gerou emprego, gera renda. Se gera emprego, gera renda. Então, através da associação esse guerreiro velho, Irênio Monteiro, a gente vem conseguindo essas políticas. (Reginaldo Conceição Nascimento - 19.12.2019)

A escola que recebeu o nome de Tomé Monteiro, por ser o nome do pai de Irênio Monteiro o doador do terreno onde foi construída a escola e grande defensor da educação de qualidade para a comunidade e para as famílias rurais. A escola na comunidade oportuniza membros da própria comunidade a terem uma renda própria oriunda do trabalho na unidade escolar que comporta os 28 (vinte e oito) funcionários, sendo19 (dezenove) da comunidade 9 (nove) do outras regiões.

Figura 17. Escola Municipal Tomé Monteiro (atual escola da comunidade)

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 13.10.2019

A satisfação em ter uma escola de porte médio na comunidade é justificada por várias vertentes. A primeira por possibilitar atender o maior número possível de

crianças e jovens advindos da região, pois a escola anterior só ofertava o ensino primário e tinha uma estrutura física muito aquém da atual.

Figura 18. Antiga Escola da Comunidade do Empata Viagem – Escola Vitório Magalhães

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 13.10.2019

Escola esta que durante muitos anos garantiu uma alfabetização e escolarização para muitos membros da comunidade, assim como sua construção se deu pela força e pela vontade do senhor Irênio Monteiro um dos senhores mais velhos e conhecidos na comunidade que objetivava ver aquela comunidade se desenvolvendo com pessoas que soubessem escrever seu próprio nome, sem precisar para isto ter que sair da comunidade. Assim, relata:

> Muitas coisas que quando eu nasci, me criei aqui, meu pai me tirou daqui três anos pra um grande povoado daqui, você conhece? Quitungo. Conhece? Pois eu passei ali três anos que meu pai me botou pra lá pra eu aprender a assinar o nome. Três anos, aí, quando eu via o povo da roça naquele tempo, chorava e acabava caderno caindo lágrima em cima, tomava bolo, palmatória, e é vai, e é vai, e eu dizia: Se um dia eu me chamar Irênio, dentro da minha propriedade eu vou criar uma escola. Pra não acontecer com meus filhos e outros e outro o que está acontecendo comigo, os pais tirar pra fora pra aprender a assinar o nome [...]. Mas aí não tinha estrada boa. Tinha uma estrada ali por Pedro Celestino era um coisa muito perigoso. Às vezes a vasculhante vinha com bloco e areia e largava aí em um lugar que tinha uma geniíba que era um lugar ruim mesmo e a vasculhante não descia, largava lá e eu carregava em lombo do burro pra aqui. Bloco, areia e com toda dificuldade até que fiz esse ginásio aí, Vitório Magalhães. (Irênio Monteiro - 19.12.2019).

Acreditar que a educação é o meio mais propício para transformar uma sociedade é permitir que a dignidade, a igualdade além de ser conquistada, seja

vivida por todo um povo que acredita nela e que por séculos foram taxados como “coisas”, e incapazes de aprender, portanto, lhes tiraram o direito ao acesso aos estudos, como menciona Aranha, 2006, p.329:

> [...] Diferentemente dos indígenas, que, desde o início da colonização, tiveram a atenção dos missionários empenhados na catequização e, muitas vezes, na sua proteção, os negros que para cá vieram nunca mereceram atenção especial dos padres e de quem quer que fosse. [...] Ao contrário, eles o tinham em pouca conta. [...] De qualquer modo, os jesuítas estavam entre as pessoas, como fazendeiros, advogados, médicos, que produziram a ideologia de depreciação do negro como indivíduo semi-humano e destinado ao trabalho servil. Aliás, faz parte da mentalidade do escravizador justificar os maus – tratos pela inferiorização da capacidade de compreender e de comportar-se desses seres considerados primários. (ARANHA, 2006, p.329)

O negro escravizado foi inferiorizado e excluído, justificando assim a não presença destes nos ambientes educacionais no período escravocrata. Sabendo do potencial cognitivo desses grupos explorados, excluí-los foi forma de privá-los de mostrar sua latente eficiência e ter que competir de igual para igual com estes, assim utilizar a estratégia de silenciá-los e excluí-los foi a medida tomada. Contudo, na atualidade vários programas e leis foram criados para inserir o negro e valorizar toda sua cultura e propagar o combate ao racismo, à intolerância religiosa, contemplar a trajetória histórica e resistência coletiva.

É com consciência de pertencimento e orgulho de ser remanescente que Maria Aparecida Barbosa, atual diretora da Escola Municipal Tomé Monteiro relata:

> E esses meninos estudam dentro da comunidade, e fortalece também a identidade desses meninos, por que eles têm a chance de estudar a história da própria comunidade, ver como era, quais foram os avanços que a gente conseguiu de lá pra cá e a responsabilidade, né!? De nós como educadores também temos com esses alunos. E as possibilidades também que essa Escola veio e trouxe pra nós, por que assim, eu só consegui terminar minha faculdade por que eu tive uma oportunidade de trabalhar, por que né, pagar todos os meus estudos que eu tive até hoje, eu consegui trabalhando nessa escola, me capacitando. E todos os conhecimentos que eu adquiri, eu hoje estou retribuindo na minha comunidade. Hoje, eu como gestora da escola eu procuro dar o melhor que eu posso pra esses alunos por que eu sei a realidade desses alunos, conheço essa realidade e o que eu posso fazer para transformar essa realidade, eu venho fazendo. E a importância dessa Escola na comunidade na verdade eu não tenho nem palavras pra descrever a importância dessa escola na comunidade. (Maria Aparecida Souza Barbosa, atual diretora da escola - 19.12.2019).

Figura 19: Maria Aparecida Souza Barbosa – Diretora da Escola

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro – 19.11.2019

A construção da escola possibilitou além de afirmar a identidade, conhecer a própria história da comunidade, bem como favoreceu mais uma opção de mercado de trabalho, além da agricultura, a escola emprega vários jovens e adultos da comunidade sendo, portanto, uma oportunidade de emprego e consequentemente melhoria da renda familiar, bem como estimulou adolescentes estudarem e ingressarem no ensino superior, como também, permitiu que muitos adolescentes voltassem a estudar, pois antigamente, para dar continuidade aos estudos era preciso se deslocar para o Distrito de Ibiaçú, tendo que andar em caminhão pau de arara, correndo riscos de vida, principalmente nos dias de chuva. Com a presença da escola na comunidade, muitos adolescentes se sentem motivados a estudar e conseguem conciliar com o trabalho desenvolvido na agricultura. No respectivo ano de 2020 a escola atende cerca de 295 alunos sendo maioria da própria comunidade e outros das comunidades vizinhas.

A comunidade por meio dos projetos da escola passou a apresentar a história e a cultura afro-brasileira representada na culinária, na dança, na música, nas vestimentas, nas indumentárias, no vocabulário, nos adereços e nos objetos enfatizando valores que resgatam e exaltam a importância no negro na sociedade. Os respectivos projetos além de contemplarem o aspecto pedagógico colocam em prática a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-

brasileira e africana em todas as escolas brasileiras, promove o despertar para a socialização e o engajamento dos assuntos pertinentes à descendência dos membros da comunidade do Empata Viagem fazendo-os buscar conhecer e aderir aos programas ofertados com as políticas públicas direcionadas aos remanescentes, bem como implementar no currículo escolar a lei 10.639/03.

Dentre os inúmeros programas o de Aquisição de Alimentos (PAA) se destaca como precursor que alavancou para que a comunidade chegasse ao patamar de desenvolvimento e reconhecimento que tem hoje. Com o PAA, a comunidade de desenvolveu bastante, pois segundo Reginaldo Conceição, “a gente conseguimos aqui também o PAA, no período de 6 (seis) anos a gente desfrutando desse projeto do governo a gente conseguimos quase 3 (três) milhões de reais para dentro da comunidade”. Os membros da comunidade puderam cultivar, produzir e comercializar seus produtos com instituições do Município de Maraú, tendo essa renda revestida na própria comunidade pelos agricultores que investiram na terra e em seus interesses particulares.

Com o Programa Luz para Todos e Tarifa Social, toda a comunidade comemorou, pois passou a não depender mais de vela e candeeiro, a mobilidade foi facilitada, puderam motorizar as casas de farinha, aderiram máquinas de processar frutas para fazer polpas, proporcionou melhor armazenamento dos alimentos que requerem refrigeração, contribuiu para os estudos e acesso à internet, e tantos outros benefícios afins.

A Habitação Rural permitiu que a qualidade de vida melhorasse, pois boa parte da comunidade vivia em casas de tábuas e taipas e passaram a ter mais segurança, conforto e melhores condições de vida principalmente por terem acesso a banheiros na residência. Vale destacar que ainda existem moradias nos moldes antigos, porém, boa parte da comunidade já reside em casas de bloco. Todavia, a comunidade ainda não dispõe de saneamento básico, o que implica numa possível contaminação das águas dos rios e fontes existentes na área, principalmente pelo uso da fossas sépticas, as quais são utilizadas pelos moradores devido à ausência de rede de esgoto.

Figura 20: Casa do Programa Habitação Rural

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro – 20.04.2020

Figura 21: Casa de moradores da Comunidade Remanescente do Empata Viagem

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro – 20.04.2020

A aquisição do Programa Bolsa Família é praticamente unânime dentre todos os membros da comunidade, representa, uma renda complementar à adquirida com os trabalhos da lavoura.

Atualmente, foi reformada na antiga escola, uma sala que foi transformada em três salas que servirão para o atendimento da comunidade pela equipe da saúde (médico, enfermeira, auxiliar de enfermagem), que nos dias estabelecidos farão os respectivos atendimentos. Ainda não houve a inauguração em decorrência da pandemia do covid-19. Atualmente, a comunidade se desloca para o Distrito de Ibiaçú, que também pertence ao Município de Maraú, para passar pelo atendimento médico no PSF da localidade. Mas a comunidade remanescente almeja obter uma

Unidade de Saúde da Família para que os atendimentos sejam realizados diariamente na própria comunidade.

Em meio a uma leva de melhorias e transformações, passaram a ter uma melhor qualidade de vida e de assistência na saúde e na educação, o que proporcionou aos membros da comunidade permanecerem na localidade sem necessidade de procurarem emprego em outras cidades como acontecia antes. Outro pronto positivo pós adesão aos programas de políticas públicas foi a facilidade dos adolescentes do Empata Viagem ingressarem nas instituições de nível superior.

É válido salientar que a palavra empoderamento é nova para os membros da comunidade, contudo, a sua essência já foi internalizada em suas práticas diárias mesmo que imperceptivelmente.

É frequente a visita de estudiosos, pesquisadores e demais comunidades na região buscando informações e levando conhecimentos para a comunidade e desenvolvendo projetos que estimulem e empoderem os membros da comunidade, principalmente as mulheres e os jovens, instigando-os a se reconhecerem como remanescentes tanto nos seus discursos, como nas vestimentas, cabelos e produção agrícola. Nesse âmbito, o termo empoderamento pode ser entendido como Barliwala, frisa:

> O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (BATLIWALA, 1994, p. 130).

O remanescente do Empata Viagem se destaca como já foi dito, como uma comunidade politicamente organizada, sendo esta postura a válvula mestra para estarem à frente de muitas outras comunidades remanescentes do Município de Maraú. O engajamento e o empoderamento fazem toda a diferença que configura a presente realidade. Para Costa, 2004:

> Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. (COSTA, 2004, p. 7).

O empoderamento dos membros deste remanescente de quilombo se dá de maneira pontual onde as mulheres puderam aprimorar a culinária utilizando produtos locais como já foi dito anteriormente. Acredita-se que no processo de evolução que a comunidade vem passando, existe uma grande probabilidade de que os produtos cheguem a ser produzidos para um consumo além de subsistência.

Os homens passaram a produzir uma diversidade de produtos agrícolas antes não produzidos, passando a aumentar a quantidade de produção tornando possível a comercialização, o que consequentemente acarretou ganhos econômicos que foram revertidos para melhorar a renda familiar.

Até o presente momento não existe nenhum documento que estabeleça com precisão os limites territoriais pertencentes ao Remanescente do Empata Viagem, a associação ainda aguarda uma posição do IBGE.

Diante de todas as benfeitorias que as políticas públicas trouxeram para a comunidade é gratificante reconhecer que todas as aquisições só foram possíveis graças ao reconhecimento de serem remanescentes e à formação da associação.

O pensar na coletividade, na ajuda mútua é uma das grandes marcas desse remanescente e fica muito evidente na fala dos membros da comunidade. Acreditam que o trabalho só se desenvolve quando é feito em comum acordo objetivando amenizar os problemas enfrentados pela comunidade. Para Ribeiro (2017, p. 14) “...se colocar na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistência e reesistências”.

As Políticas Públicas, portanto, representam para esta comunidade o caminho para despertar o interesse pelo conhecimento que desencadeia numa consciência de pertencimento, de formação de identidade, bem como fortalece a busca pelos direitos. Sendo assim, não são as políticas públicas, “presentes”, mas o resultado de lutas, esforços, trabalho, manifestações, empoderamento de uma classe que reconhece e sabe seu valor, seus direitos e sua capacidade de fazer uso de tudo que lhes pertence por total e igual direito.

5. MUSEOTECA DO EMPATA VIAGEM: UM MERGULHO NA MEMÓRIA, IDENTIDADE, VALORIZAÇÃO E CONQUISTAS DE UM POVO.

Há aproximadamente 10 anos atrás quando eu era gestora escolar que recebia alunos do remanescente do Empata Viagem e assinava as primeiras listas de entrega do PAA, em uma conversa informal com o atual presidente da associação do remanescente, falei a ele que um dia ainda iria desenvolver um projeto e o objeto de estudo seria a comunidade do Empata Viagem. Os anos se passaram e no dia 13 de Outubro de 2019, ao visitar o remanescente para conversar com a comunidade sobre as entrevistas que iria fazer, a comunidade estava em festa, era a inauguração da nova sede da associação. Estavam presente a prefeita do Município de Maraú, vereadores, secretários, amigos, visitantes e a comunidade. Todos muito felizes e receptivos serviram um variado café da manhã com uma culinária típica da região em que todos os pratos advinham de produtos da região como aipim, canjica, bolo de milho, bolo de aipim, café, chocolate, suco de frutas variadas, pãozinho de mandioca, dentre outros.

Figura 22: Café da manhã na inauguração da sede da associação.

Fonte: Fotografia da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 13.10.2019

Após o café da manhã, teve inicio a cerimônia em que todos os representantes políticos e da comunidade falaram, assim como eu fui convidada a falar também. Vale salientar que o senhor Irênio Monteiro foi o homenageado do dia, por ser uma das pessoas mais idosas e um dos líderes comunitário muito respeitado na comunidade. Após a fala de todas as pessoas que compunham a mesa, a comunidade reivindicou da prefeita a construção do campo de futebol que foi desfeito ao ter a área em que este se encontrava, doada pelo senhor Irênio para a construção da escola. Os adolescentes alegaram ser o campo de futebol um dos poucos atrativos que estes têm para o lazer e vários deles entraram utilizando o uniforme dos times masculino e feminino da localidade, sendo garantida a construção do novo campo por parte da gestora municipal. Houve também a apresentação de dança afro-brasileira, apresentada pelos adolescentes da comunidade, resgatando a cultura raiz de seus ancestrais.

Figura 23: Grupo cultural estudantil do remanescente do Empata Viagem

Fonte:https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01Im8EQ90qBKDGXhJW25alx_VfLg:1598863339757&source=univ&tbm=isch&q=empata+viagem&sa=X&ved=2ahUKEwj46OLhsXrAhWPm1kKHTZPBWsQ7Al6BAgFEDQ&biw=1920&bih=937

Embora parte da comunidade seja evangélica e não tenham grupos de folguedos na comunidade atualmente, os adolescentes se caracterizam com vestimentas e apresentam as danças com todas as características afrodescendentes, tanto na associação como nos eventos das escolas. Vale lembrar que no período colonial, tais folguedos e festejos eram vistos pelos senhores pelo lado negativo temendo as fugas e pelo lado positivo, acreditavam que os negros escravizados estavam reverenciando os santos católicos, bem como estavam felizes e em consequência, trabalhariam mais e melhor no dia seguinte aumentando assim a produção e os ganhos econômicos. Mas os negros estavam de fato reverenciando seus próprios deuses e orixás.

A prática de esporte está presente no cotidiano dos/das adolescentes da comunidade como um dos únicos meios de lazer que dispõem. Por isso, reivindicaram a construção do novo campo de futebol.

Figura 24: Time de futebol masculino e feminino do Empata Viagem

Fonte:https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01Im8EQ90qBKDGXhJW25alx_VfLg:1598863339757&source=univ&tbm=isch&q=empata+viagem&sa=X&ved=2ahUKEwj46OLhsXrAhWPm1kKHTZQ7

Por fim, ocorreram os agradecimentos e foi servido um delicioso almoço.

No dia 10 de Novembro de 2019 estive novamente na reunião da associação, para conversar com a comunidade sobre a pesquisa e o produto final. Pois atualmente só é permitido desenvolver pesquisas na comunidade se a associação aprovar. Antes da minha fala, o atual presidente Reginaldo Conceição fez questão de lembrar à comunidade que desde o início da certificação deles, eu, enquanto diretora escolar na época, sempre os ajudei assinando os documentos contribuindo assim para o desenvolvimento da comunidade. Expliquei sobre o projeto para todos e por unanimidade concordaram e logo se colocaram à disposição para serem entrevistados, mesmo alguns demonstrando timidez.

Foram selecionadas as pessoas e agendada a data da entrevista. As entrevistas seriam feitas de maneira informal, partindo de diálogos do cotidiano dando voz e lugar as narrativas vivenciadas pelos participantes selecionados. Vale frisar que entre as pessoas selecionadas estavam: os dois mais idosos; o presidente e o vice-presidente da associação; a secretária da associação; duas representantes mulheres da associação; um representante homem; o pastor da comunidade; a parteira da comunidade; a benzedeira e rezadeira da comunidade; e a diretora escolar.

As entrevistas ocorreram em forma de conversação nos dias agendados 20.11.2019 e 19.12.2019 na residência de cada um dos entrevistados e fui acompanhada pelo vice-presidente da associação José Conceição da Silva, que a todo o momento mostrou-se solícito.

O produto final foi pensado a partir de uma conversa minha com Maria Aparecida Conceição Souza Barbosa, atual diretora da Escola Municipal Tomé Monteiro que ao me ouvir explanar a ideia de fazer uma museoteca, relatou que um morador da comunidade que reside em outro Estado, já havia sinalizado o sonho de criar um museu na comunidade, assim, como forma de tornar realidade um desejo de um descendente que jamais esqueceu suas origens e oportunizar a Comunidade do Empata Viagem a valorizar e resgatar a memória e identidade e correlato a isso, serem protagonistas da sua própria história. O produto final planejado seria uma museoteca física na comunidade, em uma sala da antiga escola, que seria composta

por banners informativos com imagens e relatos dos entrevistados, maquetes das escolas, sedes das associações e casas, que seriam confeccionadas pelos alunos,objetos antigos e que representam a comunidade e que seriam doados pelos moradores, bem como livros de autores negros que estariam expostos para leitura e fotos da comunidade. Teria membros da comunidade trabalhando e estaria aberta para comunidade e visitantes. Seria uma parceria entre comunidade, associação, escola e eu. Tudo havia sido conversado e traçado toda a programação. Porém, em decorrência da pandemia do covid-19, dia 18 de março houve a suspensão das aulas no município de Maraú e fechamento de acesso ao município, assim como ao remanescente do Empata Viagem que de imediato deram início ao isolamento social.

Sendo assim, todo meu contato com a comunidade passou a ser por telefone e virtualmente. Verificamos a impossibilidade de concretização da museoteca física para aquele momento ou até um momento hábil a tempo de apresentar os resultados para o mestrado.

Em comum acordo com toda comunidade remanescente, representada pelo presidente e vice-presidente da associação e pela diretora escolar, acordamos a inviabilidade do nosso projeto para o momento atual que o Brasil vem passando. Contudo, nos responsabilizamos colocá-lo em prática assim que tivermos assegurados de que a pandemia acabou e as coisas estiverem normalizadas.

Entretanto, resolvemos transformar a museoteca física em museoteca virtual por acreditar que, sendo a história filha do seu tempo e buscando inserir a comunidade do Empata Viagem ao mundo globalizado e tecnológico, a museoteca virtual abarcaria tal propósito. Portanto, como produto final, foi criado um blog, em que toda a comunidade, instituições, visitantes e pessoas afins poderão ter acesso. Será alimentado pela própria comunidade e por mim, contendo relatos da história da comunidade; eventos festivos promovidos na comunidade; apresentação da culinária; a beleza das mulheres da comunidade; objetos que representam a comunidade; imagens das conquistas obtidas pela comunidade; reuniões; cotidiano; rezas; crenças; poemas e letras de música criadas pelos membros da comunidade e todo tipo de produtos que evidenciam os saberes e fazeres da comunidade. Será disponibilizado em PDF livros de autores negros que poderão ser baixados e lidos,

bem como artigos científicos sobre a comunidade do Empata Viagem. Vale salientar que os(as) professores(as) irão trabalhar em sala de aula com os alunos com as obras disponibilizadas no blog quando as aulas retornarem.

Acredita-se, portanto, que a museoteca virtual oportunizará a comunidade a buscar conhecer ainda mais sobre a sua história, para assim, disponibilizá-la para que se torne ainda mais conhecida e sintam-se construtores da sua história, sendo, portanto, os personagens principais. Bem como desenvolvam a postura de pertencimento de serem descendentes de quilombolas.

Sobre essa ótica Souza 2005, p. 27 salienta:

> O pertencimento a um grupo é definido em contrate com outros. Essa classificação identifica singularidades que podem ser submetidas a uma hierarquização, segundo os parâmetros superiores / inferior bom / mau feio / bonito, civilizado / primitivo. (SOUZA, 2005, p. 27).

A ideia de superioridade e inferioridade se desfalece quando internalizamos que todos nós somos diferentes, seja diferença física, genética ou comportamental. E é justamente essa diversidade que nos permite evoluirmos ao ponto de traçarmos um elo entre pertencimento e identidade, pois a ideia de pertencimento é simplesmente a capacidade que temos de nos identificarmos como seres humanos singulares e que nos tornamos plurais quando desenvolvemos a consciência de que por sermos humanos não vivemos isolados, logo, o diferente não nos diminui, mas nos permite fazer uso da nossa racionalidade para respeitar o que diverge de nós.

Desenvolver na comunidade do Empata Viagem a consciência pela busca da igualdade e equidade de oportunidades, bem como o respeito ao diferente. Pois, são esses alguns dos alicerces para construção da identidade, como defende Stuart Hall, 1997, p 11.

> A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real” mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 1997, p 11.)

Assim, a interação dos remanescentes do Empata Viagem tanto física como virtual entre eles e o resto do mundo, acarretará na formação da identidade destes, partindo do pressuposto que a identidade de um indivíduo se forma constantemente com a relação do seu eu e com a sociedade na qual está inserido, vindo a ser alterada com o passar do tempo e em decorrência das experiências vividas.

Para desmistificarmos as classes exploradas, a leitura de obras construídas por estas pessoas serão fundamentais para o desenvolvimento do intelecto, da sociabilidade e dos enfrentamentos cotidianos. Por isso, para Lélia Gonzalez, 1982b, p. 3:

> Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (GONZALEZ, 1982b, p. 3).

Em suma, é necessário dar uma nova roupagem aos fatos. O grito pela igualdade e equidade ecoa na boca de nós, mulheres, crianças, idosos e homens negros que tanto temos a ensinar e a somar de fato para que toda sociedade compreenda a verdadeira história do povo negro que foi escravizado. Desta forma, os relatos dos remanescentes do Empata Viagem contribuem para começarmos a montar esse quebra-cabeça e assim, nasceu a Museoteca do Remanescente de Quilombola do Empata Viagem em forma de blog que pode ser visitada por meio do endereço eletrônico: https://museotecaempatavia.wixsite.com/museoteca

A representatividade da população negra deve estar presente em todas as instituições, seja ela pública, privada e até mesmo digital. De forma que esteja acessível a todas as raças, etnias e classes sociais de maneira igualitária.

Figura 25. Capa do blog: Museoteca de Remanescente de Quilombola do Empata Viagem

Fonte: https://museotecaempatavia.wixsite.com/museoteca

Toda a pesquisa foi desenvolvida levando em consideração a história oral dos membros da comunidade, bem como fazendo uso de teóricos que abordam sobre a temática almejando que este seja mais um trabalho que viabilize que a nossa identidade, povos negros, seja ressignificada como bem Santos, diz:

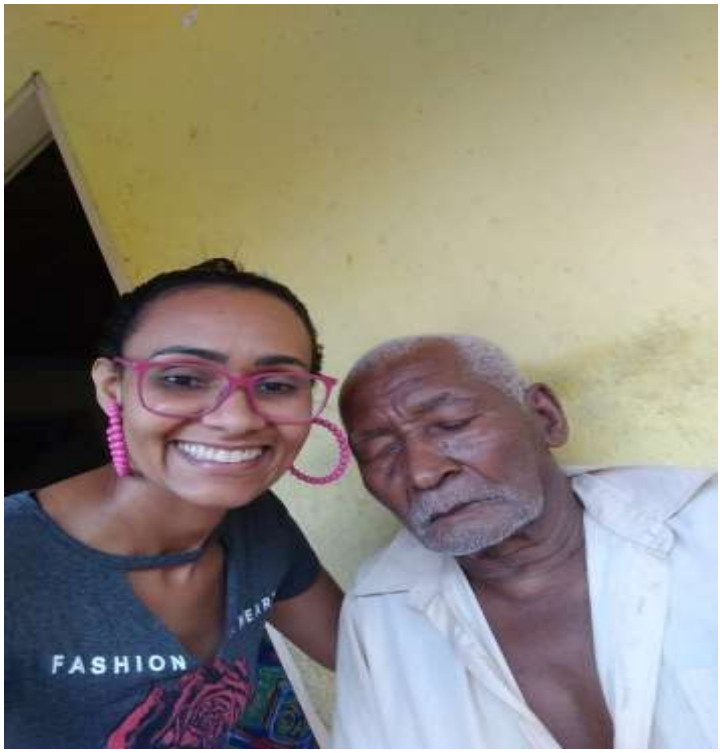
> Se a identidade coletiva se constitui em diálogo com as identidades individuais e respectivamente pelos seus valores, não é preciso muita genialidade para compreender como as identidades coletivas desses povos foram historicamente atacadas. No entanto, na perspectiva da resistência cultural, essas identidades vêm sendo ressignificadas como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado contra povos afro-pindorâmicos e os seus descendentes. (SANTOS, 2015, p. 21).

Reconfigurar nossa identidade requer reativarmos a memória tanto individual quanto coletiva, pois só assim completaremos de fato o livro da vida dos povos subalternizados. Em meio a tantas particularidades em que nos deparamos com atitudes racistas e preconceituosas, estarmos fortalecidos e assegurados da potencialidade que é nossa identidade, nos torna mais preparados para dizimar qualquer forma de atitudes que tentem calar ou invisibilizar o negro. Por isso, dar voz e visibilidade às memórias, saberes, fazeres e conquistas dos remanescentes do Empata Viagem é tão fundamental.

De maneira sintetizada, veremos a seguir por meios das entrevistas feitas em forma de conversação com os membros da comunidade, como a memória, a

identidade e as políticas públicas caminham juntas no Remanescente do Empata Viagem:

Figura 26: Irênio Monteiro



Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 19.12.2019

Irênio Monteiro, 82 anos– Ancião e referência na comunidade do Empata.

> E eu sempre fui uma pessoa muito interesseiro pela região, um dia eu to aqui chegou Gracinha, bom querendo criar esse outro ginásio [...]. Ela tinha que fazer esse ginásio como se o povo tivesse doado. [...] Eu disse pronto dona Gracinha, eu sou uma pessoa que quero ver a região crescer. [...] Mas aqui pode continuar com os papel, pode continuar com seus projetos aí que o terreno tá liberado pra senhora fazer o ginásio. Aí, fez aí o ginásio, que graças a Deus eu sempre me interessei pela minha região.

Construiu a primeira escola com apoio de Vitório Magalhães, prefeito do Município de Maraú na época e atualmente, a pedido a atual gestora municipal Gracinha Viana, Sr. Irênio doou o terreno para construção da Escola Municipal Tomé Monteiro, atual escola da comunidade. Sempre acreditou e defendeu que a

educação deve ser ofertada de maneira igualitária, oportunizando a população da zona rural a ter acesso a uma educação de qualidade.

Figura 27: Manoel Freire

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 19.12.2019

Manoel Freire, 85 anos, um dos mais idosos e grande referência na comunidade.

> Gosto, gosto, que eu sou negro! Eu tenho orgulho, eu tenho orgulho! Graças a Deus! Outra coisa eu digo assim: Eu dou graças a Deus, ter enviado minha mãe saber me criar. (Manoel Freire - 19.12.2019).

O orgulho de ser negro é fortemente evidenciado na fala dos moradores do remanescente do Empata Viagem. Bem como, demonstra como a presença da mulher e dos laços familiares foram primordiais para reforçar o legado do povo negro. Sr. Manoel, expressa com firmeza suas raízes ancestrais.

Figura 28:Miguelita Ferreira da Silva

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Miguelita Ferreira da Silva, 65 anos – benzedeira e rezadeira da comunidade.

> Outro [...] tava ruim ali, mas ele é crente, mas o filho dele tava trabalhando aqui, disse: é os fi levando pro banheiro e trazendo [...], é mas hoje em dia esse pessoá tudo crente ninguém faz mais um remédio de folha de nada. Aí disseram: Mas Miguelita aqui é crente, mas faz. Aí ele chegou aqui me dizendo eu fique quieta. Quando foi de tarde eu saí aqui catando, catando por aí, Deus me amostrando. Quando eu topanhando, to pedindo a Deus, me amostra Deus e faz a obra Jesus. Aí eu disse: esse daqui é pra cozinhar pra beber e esse é pro banho, aí, [...] falou que quando deu o banho de noite que chegou, deu o banho. Aí quando foi de noite ele já foi pro banheiro sozinho. Não abusou mais ele. Quando foi no outro dia, ele tava andando. Com uns três dias [...] chegou aqui, irmã, pai já arrumou a sacola e foi embora, nem Deus lhe pague. [...] ficou bom de derrame. (Miguelita Ferreira – 20.11.2019)

Mesmo atualmente sendo evangélica, ela continua fazendo os remédios, banhos de folha e rezas para olhado e espinhela caída para quem pede sua ajuda. A mesma relatou que aprendeu com a mãe e acredita que herdou o dom dos negros escravizados. Dona Miguelita é sem dúvidas uma referência nos cuidados com a saúde da comunidade.

Figura 29: Domingas Maria da Conceição

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Domingas Maria da Conceição, 60 anos – Associada e agricultora.

> Eu me sinto orgulhosa de eu morar aqui no Empata Viagem. E gosto de morar aqui e gosto do Empata Viagem. Eu tenho, eu só considero eu, como sou orgulhosa nisso, de eu ser uma pessoa negra. Passo pros meus neto, passo pros meus bisnetos. Sou associada no quilombola. Eu sendo sócia do Empata Viagem, da associação, trouxe benefício pra mim [...] Eu rente com ela. (Domingas da Conceição – 20.11.2019).

A satisfação e a consciência da importância de transmitir para as futuras gerações o orgulho de ser remanescente e negra e se sentir pertencente à comunidade é visível na fala de Domingas, bem como o reconhecimento que as políticas públicas trouxeram para a comunidade por meio da associação. Uma mulher negra que sempre teve seu sustento e de seus familiares provindos da agricultura local.

Figura 30: Manoel Marcolino de Souza

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Manoel Marcolino de Souza, 60 anos – Associado e agricultor

> “Aí a gente se reuniu e prontamente criou a associação. E graças a Deus tem dado muito bem dentro da comunidade. Teve gente que comprou roça depois disso. Que não tinha, hoje tem, através dela. Pra gente é uma importância muito boa, porque a gente não tinha esse conhecimento e através da associação e do Banco do Nordeste foi descoberto que a gente era recente de quilombo, que a gente não sabia, não tinha esse conhecimento. Aí daí pra cá a gente teve esse conhecimento que a gente não tinha”. (Manoel Marcolino – 20.11.2019).

Com a criação da associação na comunidade, houve um grande desenvolvimento na agricultura e melhor aproveitamento dos produtos produzidos que serviam anteriormente apenas para a subsistência e passaram a ser comercializados, trazendo renda para as famílias que puderam ampliar sua produção e o conhecimento acerca do ser remanescente. Todas as conquistas se deram por meio de parcerias com órgãos públicos.

Figura 31: Maria Luiza da Conceição

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Maria Luiza da Conceição, 56 anos – Parteira da comunidade

> As minhas parteiras também, eu tive 15 filhos, tudo na roça com as parteiras. Aqui na comunidade mesmo. Só a última que foi Cesário, mas eu tive 14 tudo na mão das parteiras. Só quando completou fui pro hospital, aí foi Cesário o parto.(Maria Luiza da Conceição - 20.11.2019).

Era cultural os partos acontecerem na própria localidade no Empata Viagem, assim como, nos próprios quilombos antigamente. Era feita a temperada, uma bebida feita com folhas e cachaça que servia para limpar os restos de parto da mulher parida, já que não tinha feito acompanhamento pelo médico, como também era servida para os visitantes em comemoração a chegada do filho. Dona Maria Luiza, deu continuidade ao ofício das parteiras que já existiam na comunidade significa, portanto, que é uma prática passada entre gerações. Atualmente Maria Luiza não faz mais partos pois, as gestantes fazem acompanhamento com o médico no PSF de Ibiaçú e são encaminhadas para a cidade de Itabuna na hora do parto. Mas a mesma relatou que caso haja muita necessidade, ela fará. E exalta o orgulho em ter ajudado tantas outras mulheres.

Figura 32: Marina Santos Souza

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 19.12.2019

Marina Santos Souza, 58 anos – Associada e funcionária pública

> Ele deveria reconhecer a sua origem, né! E reconhecer a sua nação, o seu nascimento. Da onde ele veio, né? De que origem ele veio? De quem ele é filho? Reconhecer essa realidade da vida dele. E não dizer, ah! Eu sou, eu não sou negro não, eu sou assim, eu sou clarinho. Não existe isso. Ou ele é branco na realidade ou ele é negro. Então eu assumo isso, eu sou negra. (Marina Souza – 19.12.2019).

É notória a noção de pertencimento e reconhecimento de ser negra e quilombola, mesmo diante olhares que a intitulam como branca ou gaza. Dona Marina defende a importância de conhecer e valorizar suas raízes negroides. Tal postura enfatiza quão orgulhosa se sente ao ser símbolo da representatividade para outras mulheres se afirmarem negras, reconhecendo de fato sua gênese.

Figura 33: Genário Conceição da Silva

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 19.12.2019

Genário Conceição da Silva, 53 anos - Pastor da comunidade

> E concernente as religiões afro-descentente justamente temos que respeitar o direito de cada um. Temos a lei que dá o direito a cada um ter o direito de escolha de religião, então a gente tem que respeitar o direito dele, apesar de eu ser evangélico, mas sempre respeitei e vou continuar respeitando o direito de cada um, o seu direito de escolha de religião. Eu sempre respeitei e vou continuar, mesmo sendo evangélico, pastor vou continuar respeitando porque é o direito de cada um. (Genário Conceição da Silva – 19.12.2019).

Embora sendo pastor evangélico, acredita que o respeito entre as diferentes religiões devem existir. Defende que a liberdade de escolha religiosa é direito de todos. E tem conhecimento da religião afrodescendente, por isso prega o respeito à diversidade religiosa. Apesar de que, na comunidade parte das pessoas são evangélicas ou católicas e não existem grupos que se apresentem seguidores de outras religiões.

Figura 34: Maria Aparecida Souza Barbosa

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 19.12.2019

Maria Aparecida Souza Barbosa, 31 anos – atual Diretora Escolar

> A importância da escola na nossa comunidade eu diria que até hoje, eu tenho 32 anos, nasci e me criei aqui nessa comunidade e é também onde eu trabalho, já tem 12 anos que eu trabalho, eu diria que é a maior conquista que a comunidade já teve até hoje, é a Escola. Porque, você sabe que um povo sem educação é um povo fracassado e a nossa comunidade, com essa conquista que é a escola abriu-se várias portas. Eu não falo só da questão do trabalho, do emprego para as pessoas da comunidade que trabalha hoje na escola em termo de renda, mas eu falo em termo de conhecimento para os nossos alunos, por que se, a minha história já é diferente. (Maria Aparecida Barbosa – 19.12.2019).

Uma comunidade que conhece o valor e a significância que uma escola e uma educação têm para seu povo demonstra que estão no caminho certo de luta em busca do conhecimento. Pois conhecimento é poder e sinônimo de dominação de direitos. Demonstra também que o lugar da mulher é onde ela quiser, seja na lavoura ou na administração de uma escola. As mulheres vêm ocupando seus espaços de fala.

Figura 35: José Conceição da Silva

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 19.12.2019

José Conceição da Silva, 52 anos – Vice-presidente da associação e agricultor

> Entre todas as necessidades de políticas públicas na nossa comunidade, entre todas, eu hoje colocaria, como prioridade, uma unidade básica de saúde da família, por que eles, dizem que por lei hoje só pode ter aonde tem uma comunidade acima de 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias pra poder ser instalada uma unidade básica de saúde, mas pela necessidade na nossa comunidade, pra mim, seria uma prioridade essa unidade de saúde. Por que a gente temos dificuldade de transporte, dificuldade de chegada de um médico até aqui. Então, com essa segurança de uma unidade de saúde aqui, eu acho que seria mais viável pra gente pra poder viabilizar melhor.(José Conceição da Silva – 19.12.2019).

A busca pelo desenvolvimento e bem estar da comunidade é um desejo contínuo, para isto, a saúde é uma prioridade que vem sendo levada em consideração na comunidade como meio de melhorar a qualidade de vida da população e tentativa de diminuir e/ou minimizar as dificuldades enfrentadas.

Figura 36: Antônia Conceição Oliveira

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Antônia Conceição Oliveira, 40 anos – Secretária da Associação e agricultora

> Na associação a gente fez um curso em Ubatã e foi muito importante. Porque a gente aprendeu muitas coisas que se faz com aipim, se faz com mandioca, banana. A gente aprendeu a fazer muita coisa, cocada, doce, várias coisas a gente aprender, suco, até suco de aipim a gente aprendeu, sorvete, outros, outros, outros. Outros tipos de bolo que a gente não sabia, a gente aprendeu. (Antônia Conceição Oliveira – 20.11.2019).

As oportunidades advindas de cursos possibilitaram às mulheres da comunidade ampliar a diversidade da culinária partindo do uso de produtos que são oriundos da região. Tais aprendizagens oportunizam que sejam produzidos em larga escala para serem comercializados e consequentemente ser uma renda extra para essas empreendedoras, embora ainda não sejam feitos para a comercialização.

Figura 37: Reginaldo Conceição Nascimento

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Reginaldo Conceição Nascimento, 44 anos – presidente da Associação e agricultor.

> Só que hoje a gente não tem o suficiente que a gente queremos para o futuro. Por que [...] e para as crianças a gente já tem algo para o futuro das crianças? Não. Tem agora para o presente porque a gente já tem uma escola e tudo. Mas pro futuro a gente necessita de creche, a gente necessita de área de lazer, a gente necessita de várias coisas que a gente precisa na comunidade que isso é pro futuro e a gente vamos correr atrás. A comunidade vai correr atrás juntamente com a associação e a gente pretende conseguir isso aí, pra comunidade.(Reginaldo Nascimento – 19.12.2019).

Uma comunidade que visa expansão, desenvolvimento, qualidade de vida, saúde, educação para todos, é uma sociedade com olhar coletivo e esta é a grande marca para o sucesso. Tornando assim uma grande representante da luta e reconhecimento do valor dos povos subalternos que vem conquistando bravamente seu espaço. E para configurar a visão de povos que sempre estiveram à frente do seu tempo e só lhes faltaram oportunidades, os remanescentes do Empata Viagem, afirmam que pensar no futuro das novas gerações é pensar avante, é buscar

consolidar a luta travada há séculos atrás que sempre almejou que o futuro de seus descendentes fosse vivido com respeito e dignidade.

Figura 38: Café da manhã na inauguração da sede da associação

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 13.10.2019

Figura 39: Reunião da Associação no dia que fui apresentar o projeto

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 10.11.2019

Figura 40: Reunião da Associação no dia que fui apresentar o projeto

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 10.11.2019

Figura 41: Imagens das mulheres negras que presenteei à associação feitas por Thais Santana Vieira

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 10.11.2019

Figura 42: Imagens das mulheres negras que presenteei à associação feitas por Thais Santana Vieira.

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 10.11.2019

Figura 43: Crianças da comunidade remanescente de Empata Viagem

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Figura 44: Crianças da comunidade remanescente de Empata Viagem

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 20.11.2019

Figura 48: Pés de Manoel Freire

Fonte: Fotografias da Pesquisa de Campo de Ramille Roque Pinheiro em 19.12.2019

6. Conclusão

Os caminhos até agora percorridos pela população negra brasileira ampliou o campo de estudo para diversas áreas científicas até então nunca visto, acoplando o científico e o cotidiano dando maior visibilidade a esta classe.

Os relatos orais extraídos da memória dos membros dos remanescentes do Empata Viagem focou nas particularidades que formam a coletividade que caracterizam aquela comunidade, sendo relevante, pois, possibilitou a quebra de barreiras oportunizando pessoas comuns a deixarem seus legados registrados, compartilhando suas vivências para servirem de modelo e/ou referência a outros grupos seja na esfera regional, nacional como até mesmo mundial.

Ficou evidente que as leis e decretos que asseguram às classes subalternas direito, visibilidade, lugar de fala e consciência de pertencimento é o resultado das lutas que a população negra e as comunidades remanescentes de quilombos bravamente vêm conquistando, buscando legitimar igualdade e equidade política, cultural, econômica, social e religiosa que há séculos se almeja e são travadas fortes lutas e movimentos para tal êxito. O direito de termos pessoas negras sendo advogadas, professoras, médicas, engenheiras, promotoras, secretárias, motoristas, jornalistas, empresárias, agricultoras, ou seja, a profissão que quiserem, sem ser necessariamente impostas ou pré-determinadas vem se fortalecendo. Ressignificando a memória e tendo bases sólidas para formação da identidade, como afirma Milton Santos:

> O território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS apud ANJOS, 2009, p. 96).

Desta forma, conhecer sua gênese por meio da memória transmutada em fala permite o esfacelar de estereótipos eurocêntricos e ressignifica o papel do negro na sociedade, permitindo que este se perceba como parte fundamental desta.

Ao evidenciar o Remanescente de Quilombo Empata Viagem viu-se a oportunidade de ser mais um degrau para esta comunidade que vem galgando firmes passos em busca de serem considerados protagonistas da sua própria

história, pois vem superando as barreiras de uma sociedade racista e desigual onde o negro sempre foi preterido. Afirmam sua cultura, sua identidade e constroem autonomia, suprimindo o poder imperialista, eurocêntrico que os amordaçou durante séculos. Reconhecem que tal patamar se deu provenientemente da busca em conhecer suas reais raízes e em decorrência dos movimentos dos grupos subalternos e das Políticas Públicas.

Para Spivak, o subalterno é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (2010, p.12).

Almeja-se que esse subalterno consiga se encontrar, se perceber na sociedade, como parte dela, opinando, reformulando, construindo valores e ideologias.

Percebeu-se que os mais idosos ainda carregam consigo uma versão eurocêntrica da participação do negro na sociedade brasileira. Contudo, os mais jovens apresentam uma visão pautada na nova roupagem que vem sendo propagada sobre o negro que foi escravizado no Brasil, versão essa contada e escrita por quem de fato tem propriedade para, ou seja, os próprios negros.

Demonstraram que inicialmente as políticas públicas eram vistas apenas como oportunidades para o desenvolvimento agrícola das comunidades rurais, sem maiores efeitos identitários. Contudo, ao passar dos anos vem internalizando que estas são na verdade os direitos e oportunidades que foram tirados de seus ascendentes por entenderem que estes eram apenas “coisas”. Logo, não tinham direitos.

Acreditam também que através da educação que desencadeará conhecimento e poder, serão capazes de ampliar as leis destinadas às comunidades remanescentes, bem como para todos os grupos de subalternos. Vêem nos estudos, e na luta constante o melhor caminho para atingir a igualdade e a equidade que tanto anseiam.

Defendem que o fato de residirem na zona rural não lhes diminuem como cidadãos de direitos, pelo contrário, se sentem motivados a levar para a comunidade todo o desenvolvimento necessário para que não precisem sair da região. Por isso,

acreditam que quanto mais engajados com as causas das populações menos favorecidas, mais força e conhecimento terão para mudar esta realidade.

Para tanto, acreditam que a criação da museoteca fomentará a propagação do conhecimento à cerca da história, cotidiano, vivências, fazeres e políticas públicas que contribuíram para o desenvolvimento, empoderamento, informações, oportunidades, esclarecimentos, engajamento, dos membros de remanescentes do Empata Viagem passando a ser referência no Município de Maraú como uma comunidade à frente das demais que estão localizadas no município servindo, portanto, de espelho para outras tantas que possivelmente venham a fazer uso de tais políticas públicas com o escopo de atingirem um desenvolvimento e reconhecimento semelhante, por isto, contribuíram veementemente na coleta das imagens que compõe o blog e fizeram questão de ter suas imagens, relatos e acervos postados. Vale salientar que, a maior parte do acervo fotográfico que integra a museoteca foi disponibilizada pela própria comunidade, outros foram oriundos da minha pesquisa de campo e pesquisas virtuais.

Em suma, espera-se que mais programas sejam criados, que a população brasileira no geral seja educada e orientada para respeitar, valorizar e conhecer a história e vida da população remanescente de quilombos e de toda população negra. Que cheguemos a um nível de maturidade, respeito e empatia para com o outro onde não exista espaço para o preconceito, a discriminação e o racismo. Bem como, a memória seja valorizada e as identidades sejam formadas partindo do pressuposto que não existem classes superiores nem inferiores umas às outras e que o direito à dignidade deve ser unâmime e de fato, real. O remanescente de Empata Viagem já está fazendo a sua parte.

REFERÊNCIAS

ABA, Associação Brasileira de Antropologia. 1994. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais** (Rio de Janeiro, 17-18 de outubro de 1994).

ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Morais. **Usos e abusos da História oral.** – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____.**Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).Art 68**. ConstituiçãoFederal.1988.Disponível:<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/C1988_12.07.2016/art_68_.asp>. Acesso em : 22.03.2020.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna. 2006

ARRUTI, José Maurício. **MOCAMBO – história e antropologia do processo de formação quilombola.** Bauru/ São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2006.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos e cidades: breve ensaio sobre processos e dicotomias. In: BIRMAN P, et al (orgs.). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes:** ordens e resistências. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015, p. 217-238.

BATLIWALA, S. (1994).**The meaning of women's empowerment: new conceptsfrom action. In. G. Sen, A. Germain&L.C.Chen** (eds.), Population policies reconsidered: health, empowerment and rights, p.127-138. Boston: HarvardUniversity Press.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 mai.2020.

CARRIL, Lourdes. **Terra de Negros: herança de quilombos**. São Paulo: Scipione, 1997. 71 p. Ponto de Apoio.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. A química das mulheres, Salvador, março 2004.

COSTA, Emília Viottida.**Coroas de glória lagrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paiilo. Companhia das letras, 1998. 415p.

CUNHA JUNIOR, H. A. **Quilombo: patrimônio histórico e cultural**. Paraná: Revista Espaço Acadêmico, n. 129, fev.2012. Disponível em:<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14999>. Acesso em 01.05.2020

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. **Quilombo: patrimônio histórico e cultural**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá (UEM), nº 129, p. 158-167, fev. 2012.

D'ANDESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas,2009.

_____. **Decreto n° 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 20/04/2019.

_____.**Decreto nº 5.873**, de 25 de Agosto de 2006. Brasília (DF). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Decreto/D5873.htm>. Acesso em: 03.04.2020.

_____.**Decreto nº 7.520**, de 08 de Julho de 2011. Brasília (DF). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7520.htm> Acesso em: 03.04.2020.

_____.**Decreto nº 4.887**, de 20 de Novembro de 2003 .Brasília (DF). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>Acesso em: 03.04.2020.

_____.**Decreto nº 6.261**, de 20 de Novembro de 2007 .Brasília (DF).Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6261.htm>Acesso em: 03.04.2020.

_____. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília (DF). <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm>.Acesso em: 20/04/2019

_____.Entrevista. Abdias do Nascimento : **"Uma vida dedicada a um ideal"** 17/12/01 - entrevista e fotos: Jader Nicolau Jr. - edição: Milton C. Nicolau. apoio - Muene e José Paixão de Sousa**.** Disponível em: https://www.portalafro.com.br/dados_segurança/entrevistas/abdias/internet/abdias.htm. Acesso em: 02.06.2020.

_____. **Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia**. Leiº 13.182 de 06 de Junho de 2014.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. Rio de janeiro: GB, 1964, p.3

_____. **Fundação Cultural Palmares**. Disponível em:<http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 15.03.2020

_____; GOMES, Flávio. **Histórias dos Quilombos, Memórias dos Quilombolas no Brasil:** Revisitando um Diálogo Ausente na Lei 10.639/03. Revista da ABPN, v. 5, n. 11, jul.-out 2013. Disponível em: http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article. Acesso em 12.12.2015.

GONZALEZ, Lélia. **De Palmares às escolas de samba, estamos aí. Mulherio**, São Paulo, ano II, n. 5, p. 3, jan./fev. 1982b. Disponível em:<https://www.pensador.com/frases_sobre_a_consciencia_negra/>. Acesso em: 13.03.2020.

_____.Google Mapas. **Mapa do Município de Maraú Bahia.** Disponível em<https://www.google.com/maps/place/Mara%C3%BA++BA/14.0761937,39.4676546,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x73ed1a3148467ad:0xf23a3cfc2b6ff3bd!8m2!3d-14.1039474!4d-39.015284>.Acesso em 20.05.2020.

_____.Google imagens.**Imagens do Empata Viagem**. Disponível em<https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01Im8EQ90qBKDGXhJW25alx_VfLg:1598863339757&source=univ&tbm=isch&q=empata+viagem&sa=X&ved=2ahUKEwj46OLhsXrAhWPm1kKHTZPBWsQ7Al6BAgFEDQ&biw=1920&bih=937>. Acesso em: 20.05.2020

HALBWACHS, Maurice. **Fragmentos da la Memoria Coletctiva**. Seleção e tradução. Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). Universidad Autónoma Meropolitana-Iztapalapa Licenciatura em Psicologia Social. Publicado originalmente em Revista de Cultura Psicológica, Año1, Número 1, México, UNAM- Faculdad de psicologia, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural no pós – modernidade**. Tradução:Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª edição.

HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Editora Paz e Terra S/A.

_____. INCRA. **Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária**. http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/comunidades-certificadas/comunidades_certificadas_08-06-15.pdf. Acesso em: 20.04.2020.

LEAL, Hermes. **Quilombos: uma aventura no vão das almas**. São Paulo: Mercuryo, 1995.

_____. **Lei nº 12.288**, de 20 de Julho de 2010. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 03.04.2020

_____. **Lei nº 13.182**, de 03 de Novembro de 2015. Brasília (DF). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13182.htm> Acesso em: 03.04.2020

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 03.04.2020

_____. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 03.04.2020

_____. **Lei nº 11.346**, de 15 de Setembro de 2006. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm> Acesso em: 03.04.2020

_____. **Lei nº 10.698**, de 02 de Julho de 2003. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.698.htm> Acesso em: 03.04.2020

_____.**Lei. 7.668/88**, de 22 de Agosto de 1988. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7668.htm>. Acesso em: 03.04.2020

LEITE, Ilka Boaventura (1996**). Antropologia da Viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

LE GOFF, Jacques. História. In: LE GOFF, Jacques **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 1-171.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

_____. **Mapa do Empata Viagem**. GEOPROCESSAMENTO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA CARACTERIZAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS. Leonardo

Ciríaco de Oliveira, Carlos José de Almeida Pereira, Elis Cristina Fiamengue. < disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_7B/07B-10.pdf> acesso em: 13/04/2020.

_____. MEC**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em :<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 mai. 2020.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2004.

MOURA, Clóvis. **Influência da escravidão negra na estrutura e comportamento da sociedade brasileira.** (8ª Sessão do 1º Seminário Internacional Brasil-África no período de 4 a 7 de agosto de 1981- Rio de Janeiro) In: Estudos Afro-Asiáticos. Rio de 39 Janeiro: Cadernos Cândido Mendes – Centro de Estudos AfroAsiáticos, (6-7):249-58, 1982.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **Crianças e adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos** / Humberto Miranda (organizador). – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. 198 p.

MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3.ed. Belo Horizonte: Autentica. (Coleção humanidades). 2012.

NUER. **Regulamentação de terras de negros no Brasil**. Boletim informativo Nuer, v. 1, n. 1, 1997.

O' DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995

OLAVO, Antônio**, Documentário Quilombos da Bahia**, 2004.

_____ Portaria nº 98 de 26 de Novembro de 2007. Brasília (DF). Disponível em: <>. Acesso em 15.03.2020.

_____ Presidência da República. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

OLIVEIRA, Lizete Dias de. **Arte Rupestre como Signo: uma abordagem semiótica do fenômeno infocomunicacional**. In: Global Rock Art, 2009, São RaimundoNonato. Global Rock Art. 2009.

POLLAK, Michael. **"Memória e identidade social".** In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michel. "**Memória, esquecimento, silêncio**". In: Estudos Históricos, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

_____.**Portaria nº. 98/2007**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em: 17.04.2020.

_____. Povo Negro. **Quilombos e Revoltas no Brasil** "Nos achamos em campo a tratar a liberdade" Revista USP, São Paulo (28):14-39. Dezembro/Fevereiro 95/96

_____. Presidência da República. **Lei n.9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20/04/2019.

_____.**Quilombos das Américas** : articulação de comunidades afrorrurais : documento síntese. – Brasília : Ipea : SEPPIR, 2012.

_____**Quilombos das Américas** : articulação de comunidades afrorrurais : documento síntese. – Brasília : Ipea : SEPPIR, 2012. 79 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2413/1/Livro_Quilombo%20das%20americas.pdf>. Acesso em: 13.06.2020.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Djamila**. O que é lugar de fala?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, quilombos modos e significados. Brasília,Junho de 2015.

SEPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2004. _____. Programa Brasil Quilombola: Relatório de Gestão. Brasília, 2013

_____. Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR). **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF, 2015.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Brasília, DF, 2013.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história**. História, São Paulo, Edunesp, nº20, 2001.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis negros no Brasil escravista.** História de festa de coroação de Reis Congo. Editora UFMG. Humanista.

SPIVAK, GayatriChakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. Ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THOMPSON, Paul. **Avoz do passado**. Trad. LólioLorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **VadeMecum Saraiva**/Obra coletiva de autoria da Editora saraiva com a colaboração da Lívia Céspdes e Fabiana Dias da Rocha. – 25. Ed. Atual. E ampl. _ São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ANEXOS

Manoel Freire da Silva, 85 anos - Um dos mais idosos da comunidade. Agricultor aposentado.

Entrevista realizada: 19.12. 2019

Meu avô falava, negócio de escravo. Quer dizer que eles tratava os negros, era escravo. Então eu fui pegando aquele conhecimento. Mas sempre eles diziam, meu fio, vai vim um tempo que os negros que hoje trata como escravo, vai ter mais valor qual eles não dão hoje. Meu bisavô foi escravo, ele morreu ali no Quitungo, num lugar que chama, ora, esqueci o nome, sei que é ali encostado ao Quitungo. Ele foi escravo, chamava Efonso, ele foi escravo. Quem era que queria saber, depois que gritou a liberdade que os negro se forrou, quem era que queria de dizer assim: a fulano, você foi escravo, ninguém queria saber, quando gritou a liberdade e o negro se forrou. Dalí em diante, o negro pegou a ter valor, que hoje ninguém vê, não tem branco, não tem negro, tudo é um. Mas de primeiro tinha aquelas escolhas. Uns milhorzinhos, outros quer ser mais mior, mas tudo é um. Tudo é um.

Minhas mãe, nós ia, e eu tava, um pai casou com outra, ela ficou me criou. Nós ia pra uma festa e eu já rapaz, a festa muita menina e eu tava de dentro. Dez, onze horas vá dormi, já arranjei um canto pra você dormir, eu chegava lá naquele canto, me deitava, ela onde ia levava o cobertor. Botava, os pessoa lá dançando e eu queto, queto, queto, até quando o sono me pegava. Umbora, umbora... mas de desse dez hora, doze hora e eu ficava (gesto dançando) nada, nada. Hoje em dia filho quer saber mais de conselho de pai e de mãe.

E eu tava aqui e a senhora passasse e perguntasse alguma coisa, eu... não sei. Quem sabe é minha mãe. Quando a senhora incubria lá, eu: ê minha mãe, quem é aquela? Aquela é assim, assim, assim. Quanto eu tô falando alguma coisa, não saber o nome, diga assim: a bença. Eu não sabia (risos).

Gosto, gosto, que eu sou negro! Eu tenho orgulho, eu tenho orgulho! Graças a Deus! Outra coisa eu digo assim: Eu dou graças a Deus, ter enviado minha mãe

saber me criar. Porque se ela não tivesse essa criação comigo, eu não tivesse mais vivo.

E eu acho que mesmo que eu já esteje nessa idade, mas tem meus filhos, tem meus netos, se eu ainda tiver vivo, mas eu fico satisfeito, fico satisfeito.

Só tem uma coisa que eu fico triste as vez pensando... uma pessoa mata um parente do senhor, ou meu ou do senhor a justiça, a polícia, vai panhar, prende hoje, quando é amanhã...

Vou dizer uma coisa, nós até hoje, nós explica, mas o povo de hoje, os filhos de hoje não quer escutar eu digo, o que o senhor mais velho diz, ele só quer... Eu sempre falo pro meu pessoa, pros meus netos, sempre eu falo,bom, só puxa pra aquilo que é bom, mas os pais de hoje, não importa.

Sobre viver de emprego, sabe porque, tem muitos que tem roça deixa se perder, se possível, não quer plantar, só quer viver de emprego. O pessoal tem um dizer: um servo só não pode servir a dois senhor . Só quer viver de emprego e esquece o que o senhor tem. Às vezes tem uma roça. Que nem eu digo pra muitos aí, eu digo aí e onde for possível. Aqui no Empata Viagem aquele povo todo que mora ali tem sua roçazinha, tinha seus lugarzinho fora, mas só planta ali, tá vendo!

Pai, avó, criou nós, criou seu pai, criou tudo, não foi em emprego, foi na roça, na roça, roçando, derrubando, queimando, plantando mandioca. Hoje em dia, o senhor daqui não ver sair uma farinha. Minha mulher, eu trabalhei, um ano, dois anos na Cepel, toda sexta-feira ela mandava os menino ir levar de tarde, oito, dez latas de farinha pra eu vender. Os trabaiadô, e bejú. Bejú, ia assim ô, as bacias de bejú., pra vender.

Irênio Monteiro do Nascimento, 82 anos – Um dos mais idosos da comunidade

Agricultor e aposentado

Entrevista realizada: 19.12.2020

De quilombola é porque o meu pai, a bisavó do meu pai foi escrava. Aliás, a bisavó não, a avó do meu pai foi escrava. Você ver falar aqui nessa estrada, a velha Honória, aí tinha até uma ponte aí embaixo no rio aí, que chamava ponte da velha Honória. Então essa velha Honória que eu não conheci mais, foi avó de meu pai. E ela foi escrava. Ela foi escrava. Que aqui em atravessa pra negão dessa estrada aqui de Minério, aí tinha uma presa muito grande, uma presa num rio muito grande e naquele tempo da escravidão o senhor dos escravos procurava riacho pra fazer presa pra escravo. Eles procurava muita água que era pras casa de farinha relar de noite e dia e quando tocava com mais força na roda, parava, né! Mas eles queria saber que era de noite e dia. Então, como é que se diz, meu pai, essa velha Honória foi escrava nesse lugar aí onde tem a ponte, pra cá, não, pra cá é um pouquinho de Negão. Ai coisa, vamo lutando, a velha Honória morreu, ficou os filhos e evamo, evamos,e evamo, e inclusive meu pai era neto e aí, Empata Viagem foi por que naquele tempo, que a gente lembrar, que vamos dizer que foi quando descobriu o Brasil, começaram abrir aqui, Ibiaçú, Tabuleiro, e coisa e tal e é vai, essas estradas aqui, o outro lado tem uns encruzo que vai sair em Tabuleiro e coisa e tal e aí apareceu um homem e botou uma budega, e aí pronto, naquela época o movimento daqui era tropa. Tropa descia carregada e subia carregada. A mercadoria vinha de Salvador por barco e ali em Tremembé tinha o cais que era lugar de embarque e desembarque. O carro, a mercadoria vinha até, como é que chama, dois irmãos, que é Ubatã hoje, a mercadoria vinha pro barco e daí desse Tremembé a mercadoria subia em tropa de animal. A tropa descia carregada e subia carregada. A mercadoria pra Salvador. Então pra essa budega, chegou, ia subindo um cavaiadeiro com tropa carregada aí rodou a tropa e foi tomar uma, aí daqui a pouco, vai um descendo, um tropeiro. Tropa carregada aí, todo mundo conhecido, tropeiro, toma uma rapaz, toma uma aí, rodou a tropa e foi tomar uma com esse que já tava no ponto, aí toma uma, toma duas, aí o que ia subindo viajou, e o que ia descendo disse: é rapaz, eu não vou descer, não vou mais hoje pra Tremembé, não, eu vou descarregar a tropa que tinha racharia e vou dormir aqui e amanhã eu vou em Tremembé, descarrego a

tropa, carrego e volto pra aqui. Aí soltou um cachacinha por lá e disse: Isso aqui é um empata viagem. Ta vendo? E aí, foi passando, passando, e eu nasci também na região Empata Viagem, aí depois apareceu gente querendo mudar o nome. Rapaz, Empata Viagem, tira esse nome. Eu digo não. Enquanto eu existir o nome é Empata Viagem mesmo. E vou contar o caso porque é Empata Viagem. Não foi por causa de outra coisa ruim não, foi por causa disso., de tropeiro carregando tropa e um desce outro outro sobre coisa e tal e aí criou o nome Empata Viagem.

E quilombos é como eu lhe disse, minha bisavó, minha vó, não, minha bisavó foi escrava aqui embaixo, tem a presa, uma presa enorme que fizeram e minha avó foi escrava nesse lugar. Quando terminou a escravidão, ela ficou com os filhos na região por onde o senhor trabalhava, aí ficou o nome velha Honória, velha Honória,até hoje tem o lugar aí. Ponte da velha Honória, que tinha uma ponte, ponte mesmo de madeira que o rio era fundo. E os escravos foi por isso, minha avó foi escrava.

Muitas coisas que quando eu nasci, me criei aqui, meu pai me tirou daqui três anos pra um grande povoado daqui, você conhece? Quitungo. Conhece? Pois eu passei ali três anos que meu pai me botou pra lá pra eu aprender a assinar o nome. Três anos, aí, quando eu via o povo da roça naquele tempo, chorava e acabava caderno caindo lágrima em cima, tomava bolo, palmatória, e é vai, e é vai, e eu dizia: Se um dia eu me chamar Irênio, dentro da minha propriedade eu vou criar uma escola. Pra não acontecer com meus filhos e outros e outro o que está acontecendo comigo, os pais tirar pra fora pra aprender a assinar o nome. E isso, meu pai me tirou mesmo pra fora, eu aprendi a assinar o nome e quando eu vim, ele me tirou com 09 (nove) anos eu vim com 12 (doze). Passei uns três nãos por lá. Quando eu cheguei aqui, com uns 15 (quinze) anos eu peguei empenar. Empenar, saindo da companhia do meu pai e foi o ponto que eu cheguei a trazer na política de Vitório Magalhães, esse colégio aí, fui política pra Vitório, só assim na Escola. Mas aí não tinha estrada boa. Tinha uma estrada ali por Pedro Celestino era um coisa muito perigoso. Às vezes a vasculhante vinha com bloco e areia e largava aí em um lugar que tinha uma geniíba que era um lugar ruim mesmo e a vasculhante não descia, largava lá e eu carregava em lombo do burro pra aqui. Bloco, areia e com toda dificuldade até que fiz esse ginásio aí, Vitório Magalhães.

E eu sempre fui uma pessoa muito interesseiro pela região, um dia eu to aqui chegou Gracinha, bom querendo criar esse outro ginásio. Aí disse que remexeu o Município todo de Quitungo, Tremembé, Paulo Rico e não conseguiu um terreno pra fazer um ginásio desse. Por que era doado. Ela tinha que fazer esse ginásio como se o povo tivesse doado. Se o povo tivesse doado, era faziria mais de um, não tinha feito só um mas ela contou o caso dela. Eu disse pronto dona Gracinha, eu sou uma pessoa que quero ver a região crescer. Até doado, eu to topando terreno aí de 20 mil, bom. E Quitungo e Tremembé a senhora não conseguiu terreno não? E de quem é aqueles terrenos, não da prefeitura não? Ela disse: Nada, aqueles terreno é de fulano, é de Zeca do Vinho... Mas aqui pode continuar com os papel, pode continuar com seus projetos aí que o terreno tá liberado pra senhora fazer o ginásio. Aí, fez aí o ginásio, que graças a Deus eu sempre me interessei pela minha região.

E outra coisa de quando eu nasci, hoje de qualquer maneira só não tá rico, rico no modo de dizer, de passar bem, quem não quer. Preguiçoso, porque naquela época de escola, meu pai me botou na escola e eu cheguei aqui com 13 anos, pra começar a trabalhar, pra mim, pra ir pra roça de manhã trabalhar o dia todo existia, sabe o que era? Uma tal de jacuba, você sabe o que é jabuba? (risos). Tinha pimenta de preferência, né? Pimenta de cumarim, sargada, ou pimenta de cheiro, fazia o molho, pegava água, nem precisava ser morna, fria, despejava dentro da porcelana, despejava aquele molho, aquela pimenta ali e jogava a farinha e ó, cumia. Cansei de fazer isso pra ir pra roça.

Que a filha do reis de princesa, aí, o rei de Portugal adoeceu e foi desenganado pelo cientista que a saúde dele estava na África. Qual foi na África? Se ajuntar com uma nega. Agora você vê como é as coisas de Deus, se Deus existe, existe mesmo com poder e bundância. O Reis chegou no palácio em Portugal conversou com a rainha. Contou a vida dele, ela disse: o que é que nós quer? É viver. Vá. Aí ele foi, chegou lá se encostou, porque o remédio dele era se encostar com uma nega. Aí hoje eu digo a você, nego é tão bom que serviu de remédio pro branco. Passou 5 (cinco) anos lá, curou a doença com a nega na África. Foi onde veio a princesa Isabel, quando ele veio pra Portugal, deixou a negona da Costa prenha. Aí nasceu, ele deu toda condições de viver, criou essa menina lá por Portugal, quando ela tava aos 16 (dezesseis) anos ela veio a Portugal. Aí, chegou

afilha do rei! Chegou a filha do rei! O que é a filha do reis? É rainha! O que é a filha do reis? É rainha! Aí, 3 (três) dias de festa. Aqui no Brasil tá rolando escravidão. Aqui no Brasil tá rolando escravidão. Ela permaneceu, passou lá os dias dela e coisa. Aqui no Brasil tá rolando escravidão e ela sabendo. Aí ela perguntou ao pai: Ê pai! Eu quero ir conhecer o Brasil. O pai deu permissão a ela. Chegou aqui no Brasil, ela viu o que os negros estava sofrendo, a princesa. Aí ela voltou a Portugal e disse: É pai, eu vi uma coisa lá no Brasil que não gostei. Ele disse:que foi filha? Os nego. Os nego lá trabalhando e tem nego trabalhando inté amarrado. Bom. Aí ele disse. E é pra acabar com aquilo. Eu acho, acho não, eu ali tenho até parente. Por que da onde eu vim papai, pai dela, de onde eu vim papai? Ele disse: Da África. Ela disse: então, aquele povo lá não são da África? Eu não me identifiquei não, mas ali é parente. Eu ainda tenho parente ali e é pra acabar com a escravidão. Aí ele pulou lá. Ah minha filha, pra acabar com a escravidão tem que morrer muita gente, porque quer é que quer que acabe com a escravidão? Bom. Homem, senhor, como ele chamava aquele dos escravos, era o senhor, com 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) homem trabalhando só a troco do pirão e mal vestido, quem é que quer? Ela disse: não importa. Tem que acabar. E aí ele disse: mas pra acabar com a escravidão tem que morrer muita gente. Ela disse: não importa. E ai ele foi revisando tudo, e é coisa e é vai e aí, quando anunciou a guerra os cabeçudos deu a testa pra não acabar a escravidão, aí é vai , é vai. Ele enfrentou, enfrentou e do lado dos que queriam que não acabasse, enfraqueceu, aí, levantou no dia 13 de Maio, você sabe o: Preto não é mais lacaio, preto não é mais senhor, o preto pode ser doutor, deputado e senador, não há mais preconceito de cor. Foi através da Princesa Isabel, Princesa Isabel que era filha de reis com Africano da África. Ai, aí, é história!

Miguelita Ferreira da Silva, 65 anos – Benzedeira/rezadeira- agricultora

Entrevista realizada dia: 20.11.2019

Eu casei com 12 anos, hoje em dia eu to com 65 ano, sou mãe de 12 filhos, morre, tenho 9, mas sou mãe de 12 filho. Ganhei tudo em casa. Os remédios que minha mãe fazia que sabia do menino com três mês, que sentia, minha mãe batia um purgante com toda folha de osta, eu achava ruim, aí eu bebia. Aí meu marido comprava (quando eu morava) gota salvadora, aqueles remédios, aí eu bebia pro menino desenvolver. Aí quando tava com menino de novo, aí mãe batia outro purgante, pra limpar o intestino. Pra Limpar o parto, limpar tudo. E o menino no dia que nascia, no outro dia ela botava dentro da bacia de água pra não empatar dar banho, e dava uma colherzinha de rico, o menino, pra limpar o intestino do menino também, né. Aí ficava, fazia tudo, ela não queria que eu descesse pro chão, era três dias em cima da cama, ali deitada. Era tudo em cima da cama. [...]

O remédio, levanta espinhela eu aprendi com minha mãe a espinhela e dente caído eu aprendi. E ela também fazia remédio e tudo. Aí depois Deus me deu o dom mesmo e eu faço remédio. Eu vou e pego as folhas do mato e pego, eu sei. A osta, arruda, puejo, mantruz, coentro largo, tudo eu faço lambedor. Até pra Brasília, quando elas vieram aqui a primeira vez elas levou lambedor de coentro largo. Coentro largo também é bom pra cólica.

Alecrim do sertão, alecrim verdadeiro, tudo eu tenho aqui, eu tenho muita osta aqui. Eu tô um pouco ruim da vista mas eu tenho muita osta aqui. A favaca grossa é muito bom pra inflamação pra útero, pra gripe, pra um bocado de coisa.

A folha do kioio, e a folha da Maria preta, aí já é a folha do mato, né. Aíeu fiz o xarope e o banho, também quando eu levei o xarope dava a colherzinha que caía na camisola a tinta.

Mal-me-quer, vassoura fina, murfina, a osta, a folha da costa [...] tudo eu tenho. Eu pego, Maria catingosa, ninguém sabe, eu sei, né. [...] Cainana, cipó de sabão, folha de maracujá sul, é bom pra coceira [...] andorinha, [...].

Um dia minha cunhada chegou com aquele menino, andou por tudo que é canto, médico e nada. Chegou com aquele menino, o menino já pra morrer [...], eu olhei assim pra aquele menino, e rezei. Bota o menino assim aqui no colo, estica assim o dedo, estica, estica o do pé, estica assim as pernas, acabá coloca o menino de buço e vai tocando o pé do menino dedo grande na ponta da popozinha da bunda, acabá pega o menino suspendendo assim e levando, aí na porta aí, e levantando, se o menino for muito pesado, outra pessoa segura, levantando, levantando e caba reza assim: São Cosme, São Damião, um é médico outro é curgião, com a vossa cindereção, levanta o banto de sancristão. Trêz vez, aí reza o Pade Nosso e Ave Maria, agora eu sou crente, não rezo mais.

E a espinhela também, eu sei de um bocado de tipo de espinhela, assim: as portas que abre e fecha, pras onda do mar sagrado, básimo, urca, arca aberta, chega teu lugar com o poder de Deus e da Virgem Maria, por as vez a pessoa tá com a espinhela caída, e não é a espinhela, é a arca ou a Urca. Aí a pessoa tem que rezar pra uma daquelas coisa tudo [...]. E sei de uns três modos.

E remédio eu faço, faço remédio pra sinusite, faço pra coluna, faço pra gastrite, sabe o que é capim de aruana, pessoal campim de cacho? Muitas pessoa vem buscar aqui. [...]

Outro [...] tava ruim ali,mas ele é crente, mas o filho dele tava trabalhando aqui, disse: é os fi levando pro banheiro e trazendo [...], é mas hoje em dia esse pessoa tudo crente ninguém faz mais um remédio de folha de nada. Aí disseram: Mas Miguelita aqui é crente, mas faz. Aí ele chegou aqui me dizendo eu fique quieta. Quando foi de tarde eu saí aqui catando, catando por aí, Deus me amostrando. Quando eu topanhando, to pedindo a Deus, me amostra Deus e faz a obra Jesus. Aí eu disse: esse daqui é pra cozinhar pra beber e esse é pro banho, aí, [...] falou que quando deu o banho de noite que chegou, deu o banho. Aí quando foi de noite ele já foi pro banheiro sozinho. Não abusou mais ele. Quando foi no outro dia, ele tava andando. Com uns três dias [...] chegou aqui, irmã, pai já arrumou a sacola e foi embora, nem Deus lhe pague. [...] ficou bom de derrame.

É dom dos negros que a gente ver contar tantas histórias mesmo. E de primeiro, cansei de ouvir minha mãe dizer: que no fim do século, ia ter muito médico

e doença que ninguém ia dar jeito. E de primeiro o remédio que eu dava a meus fio, era purgante de ríço, que eu dava. [...]

Vem pedir pra fazer o remédio. As vezes to na associação chega um pra fazer remédio pra mim. Fazer um, dois. Fazer um pra mim e outro pra Ubaitaba. Até pra São Paulo já foi esse remédio.

Domingas Maria da Conceição, 60 anos – associada, agricultora

Entrevista realizada dia: 20.11.2019

Eu me sinto orgulhosa de eu morar aqui no Empata Viagem. E gosto de morar aqui e gosto do Empata Viagem. Eu tenho, eu só considero eu, como sou orgulhosa nisso, de eu ser uma pessoa negra. Passo pros meus neto, passo pros meus bisnetos. Sou associada no quilombola. Eu sendo sócia do Empata Viagem, da associação, trouxe benefício pra mim [...] Eu rente com ela.

Terra e vida, eu não quero sair não. Meu pai não me passava nada. Meu avó é que contava. Que a avó, a mãe dele foi pegada em dente de cachorro, daquele tempo antigo. Foi topada no mato, não sei lá, caboca, né? Ai eu ainda alcancei minha bizavó, doente.

Meu avó dizia, oi minha fia, vai ter o tempo que a gente vai ter muita fartura e não vai topar quem come. E também vai ter, que cacau vai virar pau de pororoca, a gente vai voltar a comer, (a gente não que eu sei que não vou alcançar mais isso), mas seus netos, seus bisnetos, seus tataranetos vai arcançá. E a gente vai comer o inhame da banana da prata, isso meu avó passava pra mim. Mas meu pai não me passava nada. Ele não ligava pra nada disso.

Desenvolveu, aquele Empata Viagem ali, quando eu cheguei, me transformei pra lutar, ir pra lá e tal, só inxistia duas casas. Era o Empata Viagem aqui, onde é o Preto, e lá no véi Tomé. Ali no Empata Viagem mesmo é aqui, saindo aqui, né!? Que eles botaram o nome, naquele tempo que andava o pessoal de tropa de burro, aí fazia a tropa ir no Tabuleiro e passava aqui, que essa estrada aqui era dessa largurinha aqui (gesto de estreita). Aí chegava mais ali tinha uma venda, né, onde Preto mora hoje. Aí chegando lá o que fazia, pegava a tomá uma aí esquecia da viagem. Aí, tirava as cargas dos animá, ali e ficava ali, só tomanouma, tomano uma. Aí no outro dia que ele reagia, ia pra Ibiaçú aqui por dentro da Serra da Barriguinha. Era por ali que eles andava por Ibiaçú, Faisqueira, era por ali que eles andava. Daí pra cá, Viagem veio vindo, vendo vindo, que agoratá uma cidade.

Eu mesmo passo pra meus fio, eu mesmo passei bastante pros meus fios, o que meu avó dizia [...] naquele tempo dele e dos mais velho dele, tinha um cativeiro.

Eu quero, eu quero. Eu acho importante. Eu quero que Deus abra a mente deles pra eles aprender. Por que se a gente passa, eles acha que tá errado, mas lá ele vai topá. Aí ele vai explicar direitinho, é desse modo, é desse outro. Eu acho importante uma coisa maravilhosa. Se a gente não tem. Se a gente topa quem dê, a gente tem que acatar, né!?

Manoel Marcolino de Souza, 60 anos – Associado e agricultor

Entrevista realizada dia: 20.11.2019

Pra mim aqui na comunidade o povo me recebeu bem. Gosta de mim. Em respeito a associação a comunidade desenvolveu muito depois da associação aqui. A comunidade. A gente não sabia o que era associação, aqui. Aí chegou um cidadão de Ipiaú, mora ali do outro lado. Aí em continuação ele chamou a gente:os meninos, umbora criar uma associação, que lá na residência que eu morava a gente criou uma associação e rendeu muito dentro da comunidade. Aí a gente se reuniu e prontamente criou a associação. E graças a Deus tem dado muito bem dentro da comunidade. Teve gente que comprou roça depois disso. Que não tinha, hoje tem, através dela.

Pra gente é uma importância muito boa, porque a gente não tinha esse conhecimento e através da associação e do Banco do Nordeste foi descoberto que a gente era recente de quilombo, que a gente não sabia, não tinha esse conhecimento. Aí daí pra cá a gente teve esse conhecimento que a gente não tinha.

É importante que as outras gerações, as pessoas mais novas saibam dessas informações? E é importante que nas escolas se ensine a história do negro que foi escravizado?

É de direito, passar pra eles saberem o que é. Claro, é de direito.

Eu, minha mãe mesmo era negra, cabelo, duro,duro, duro. Meu pai que era branco e o cabelo era mole, cabelo liso. Mas minha mãe era negra, negra, negra, cabelinho durinho mesmo.

Marina santos Souza, 58 anos – Associada e funcionária pública

Entrevista realizada dia: 20.11.2019

Nasci e me criei aqui, tenho 58 anos a prendi com meus pais, muitas coisas, como, cozinhar, a nossa comida mesmo, porque são comidas que a gente aprende e deixa saudade porque são coisas boas do passado. Eu mesmo sou franca em lhe dizer, eu não comparo o passado com o presente. O passado nos deixa muita saudade. E eu aprendi muitas coisas com meus pais, é principalmente a educação moral. Existe um provérbio que diz que a educação moral vem de berço, né. E isso nós temos que aprender de berço realmente. Então, nós aprendemos a como respeitar, a respeitar as pessoas idosas, é pessoas que muitas vezes a gente nem conhecia, não sabia nem quem era. Mas a gente aprendia a respeitar, porque era uma educação que nossos pais nos dava e que hoje nós gostaríamos de dar também pros nossos filhos e coisas que muitas vez não se torna possível, né verdade!? Enquanto a ser associada, eu sou associada, sim. Por que eu acho que a associação em si ela é uma família e nós fazemos parte dessa família. A associação eu sempre digo,a associação não é só você buscar projeto, não é só você se associar e dizer: eu vou encher meu bolso de dinheiro, não. A associação é amor, a associação é companheirismo, né verdade!? A associação é conhecimento, então nós temos que ter conhecimento. A associação ela é uma família, e essa família é pra se ajudar. Não só pra correr atrás de projeto de governo, mas em si, a gente aprender a se ajudar. Então eu acho que a associação é uma coisa muito, muito importante na vida do ser humano. E quem não é sócio não sabe o que é ser amigo, ele não sabe o que é ser irmão, o que é ser companheiro em muitas vezes, por que, o que é ser companheiro? É quando você tem alguém e você precisa de alguém, você precisa ajudar esse alguém, e você precisa ser ajudado por esse alguém. Então, isso é companheirismo, isso é cumplicidade, então, quem não é sócio, não sabe o que quer ser cúmplice um do outro. Eu estou falando cumplicidade em bondade, em amor, né! Não é cumplicidade em maldade.

Ser quilombola eu acho uma coisa muito importante, porque ser quilombola principalmente você assume quem você é. Certo!? Porque inxiste pessoas que ele

não sabe se assumir o que ele é na verdade. Ele é negro e quer ser branco, ele não aceita o fato dele ser negro. É, muitas vezes as pessoas olham pra mim e diz assim: você é branca. Eu digo: Eu não sou branca, eu sou gaza por que eu sou filha de uma negra. A minha mãe era negra, pense numa negra, negra era minha mãe. E o meu pai era uma caboclo. Então eu sou uma mistura de negro com caboclo, então eu não sou branca, eu sou gaza, e eu assumo, eu sou quilombola, eu sou negra, né. Porque eu costumo dizer que antigamente, o escravo nascido do escravo, o branco nascido do escravo não era branco, ele era escravo, então eu sou. Então eu me assumo dessa maneira,eu sou negra. Então ser quilombola é assumir quem você é. É reconhecer a sua realidade, é reconhecer a sua origem. Então eu acho muito importante esse fato de nós sermos reconhecidos como quilombolas e eu aceito do fundo do coração, eu aceito esse título na minha vida. Eu sou quilombola e assumo isso.

Ele deveria reconhecer a sua origem, né! E reconhecer a sua nação, o seu nascimento. Da onde ele veio, né? De que origem ele veio? De quem ele é filho? Reconhecer essa realidade da vida dele. E não dizer, ah! Eu sou, eu não sou negro não, eu sou assim, eu sou clarinho. Não existe isso. Ou ele é branco na realidade ou ele é negro. Então eu assumo isso, eu sou negra.

Maria Luiza da Conceição Souza, 56 anos – Parteira da comunidade e agricultora

Entrevista realizada dia: 20.11.2019

Aí sempre eu, às vezes tava em casa, mandava me chamar, eu ia né, fazer o parto. Um não precisava dar chá, não precisava nada. Mas tinha outros que a gente fazia um chazinho de folha, bom. Nascia, a gente fazia remédio se despachava a pracenta, a gente, eu cortava um imbigo, dava banho, botava La na beira da cama (risos). E a temperada a gente fazia de folha de osta, salsa, água da levante, puejo, e colocava outras coisas, cebola, alho, essas coisas dentro pra ficar mais saborosa. Graças a Deus os partos que eu fiz nunca me deu trabalho, graças a Deus. Eu sempre agradeço a Deus por isso. Nunca precisou, a não ser essa que eu to falando que quando u cheguei ela já tinha ganhado, aí quando eu cheguei, comecei a fazer remédio pra ela se despachar, ela desmaiou e a gente levou pra rua. Mas as outras nunca me deu trabalho. Peguei menino de cunhada, de filha, de neta, já pequei e dos conhecidos, sempre me ocupava e eu ia fazer o parto. Fiz base de uns 200 partos por aí, mas depois que sempre era mais difícil aqui na roça. Mas depois que, Deus abençoou que teve esses hospitais por aí, médicos, quando dava a dor eu dizia: leva pra rua, aí era isso, só isso mesmo.

Bom, eu penso que sim. Porque até hoje eu nunca escutasse que alguém falou mal de mim.

As minhas parteira também, eu tive 15 filhos, tudo na roça com as parteiras. Aqui na comunidade mesmo. Só a última que foi Cesário, mas eu tive 14 tudo na mão das parteira. Só quando completou fui pro hospital, aí foi Cesário o parto.

A senhora acredita que esse dom foi dos negros que foram escravizados?

Naquele tempo tudo era mais difícil, não era como hoje. Eu acredito sim, é.

Tá na faixa de uns 5 anos a última que eu peguei. Assim né, se ser uma coisa ligeira, se ser uma coisa ligeira,eu tano aí em casa e mandano me chamar eu vou, agora pra eu mesmo pegar esse encargo que nem eu fazia, não quero mais não. Por que as coisas hoje tá difíci, tá tudo difíci.

José Conceição, 52 anos – Vice presidente da associação e agricultor

Entrevista realizada: 19.12.2020

Ser quilombola, porque assim, enquanto pessoas que a gente foi criado chegou até anos o conhecimento, algumas pessoas não aderiu bem a proposta, mas eu, eu fui uma das pessoas que mais aderi essa situação. Até por que na época eu era presidente, estava iniciando um governo como presidente da associação e eu levei isso a sério. Fui correr atrás de conhecimento pra que a gente pudesse tá recebendo a proposta bem. Fui procurar conhecimento e levei muito a sério essa situação e comecei já a correr atrás da documentação, de solicitação de reconhecimento de comunidade quilombola, fui direto na Fundação Palmares. Foi na época que eu era presidente, eu fui procurar os órgãos competentes para fazer isso. Na pessoa do INCRA que foi quem tanto nos ajudou nesse demanda até chegar na Fundação Palmares. Não foi uma coisa assim, que a gente correu direto na Fundação Palmares, mas a gente buscando o apoio do INCRA que teve aqui fazendo palestra, fazendo nós entender na realidade o que era ser quilombola. Que a gente não tinha esse conhecimento. Mas através do INCRA, o superintendente do INCRA, que foi uma pessoa muito boa na época, que tanto nos ajudou e junto do presidente do INCRA com outros funcionários. Teve nos orientando, como fazer veio aqui, fez palestras, passou filmes mostrando qual era a realidade de outras comunidades quilombolas que também era a nossa realidade e que nós não sabia isso.E a gente chegou a esse consenso através do INCRA. E com respeito a projeto, a política pública, tudo aqui que hoje está acontecendo na nossa comunidade, são lutas nossa. Não é porque o governo está mandando de lá pra cá por que somos bonzinhos, não.

É por que nós somos lutadores e vivemos cobrando essas políticas. Eu tive lá com o professor Diego na universidade, e eu citei na minha fala, citando sobre isso. Sobre essa questão da gente dizer: ouvi dizer que nós temos direito, e na realidade, não vê chegar até a gente. Se é um direito que temos, mas não é executado esse direito, mas a gente falando sobre vagas nas universidades, a gente falando sobre vários projetos, que a gente só ouve dizer que na realidade nós não alcançamos

esse projeto, essa política pública. É uma política pública, é. Mas pra gente ainda permanece parecendo uma política privada por que gente não chega da forma que deveria chegar até a gente. Então, são lutas nossas. O que acontece de escolas, de PAA, de essas outra que tá saindo agora, de Bahia produtiva, tudo é uma luta nossa e acreditando, por que não adianta, dizer assim, eu to acreditando, por que não adianta dizer assim, eu to lutando e não to acreditando que isso vai acontecer. Eu credito muito na política pública mas da forma que a gente faz, da forma da gente tá correndo atrás para que isso aconteça.

[...] Não adianta dizer que tem se a gente não correr atrás pra conquistar.

CEFI Quilombola, que é o cadastro de Ambientação Rural, nós estamos com essa pendência. É uma política pública. Existe, é uma pendência da nossa parte por não tá cobrando. Esses dias teve uma reunião em Valença, se eu não me engano, pra discutir sobre o CEFI, e não foi pessoas da nossa comunidade. Então isso é uma coisa que às vezes nos entristece, por que não tá havendo um esforço assim, da nossa parte. Por que tem que ter, por que as coisas quando acontece não é só vim de lá pra cá de mão beijada. Não. A gente tem que tá correndo atrás. Você, vê, sabe da questão da educação quilombola, currículo, né. Que tá sendo discutido no nosso Município, está sendo discutido na nossa comunidade. Mas a gente vê outras comunidades de braços cruzados. Enquanto, tava , eu, se falando no grupo de whatsapp, e dizendo, pessoal, quilombola a gente tem que reunir o povo do nosso território litoral sul, por que não é que as vezes diz assim, não, Itacaré pode tá avançado ou Maraú tá mais avançado. Não! Está na mesma situação e precisamos ter pessoas compromissadas com isso. Por que as coisas não acontecem por um acaso, acontece pela prova dos nossos esforços.

Vivia dizendo que nós somos descentes de escravos, somos pessoas que, somos descentes de pessoas que tanto sofreram na mão dos grandes, ou que se achavam ser os maiores, e que hoje na realidade somos descendentes desse povo, somos remanescentes deles. Somos um povo que vieram daquela nação que tanto sofreu, a nação negra. Que na realidade os escravos, eles só panhavam pra ser escravos, pessoas negras. Que eram, sempre foram os mais sofridos no mundo, não dizer só no Brasil, mas no mundo inteiro,é quem mais sofre. Nós somos descendentes daquele povo sofredor que são o povo negro.

Entre todas as necessidades de políticas públicas na nossa comunidade, entre todas, eu hoje colocaria, como prioridade, uma unidade básica de saúde da família, por que eles, dizem que por lei hoje só pode ter aonde tem uma comunidade acima de 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias pra poder ser instalada uma unidade básica de saúde, mas pela necessidade na nossa comunidade, pra mim, seria uma prioridade essa unidade de saúde. Por que a gente temos dificuldade de transporte, dificuldade de chegada de um médico até aqui. Então, com essa segurança de uma unidade de saúde aqui, eu acho que seria mais viável pra gente pra poder viabilizar melhor.

Genário Conceição da Silva, 53 anos – Pastor da Comunidade e agricultor

Entrevista realizada dia: 20.11.2019

A associação ela é importante no que diz trazer os benéficos pra comunidade e depois, é uma forma muito importante de unir os moradores da comunidade, é, pra decidir, ver as necessidades da comunidade e tentar conseguir juntos formas de resolver. Talvez não conseguimos resolver tudo, mas ameniza as dificuldades da comunidade. Essa é minha visão da associação.

E depois concernente, aos negros, o importante de ser quilombola é a nossa orige, é a nossa pele, a gente tem que sempre defender a nossa orige, e isso pra mim, eu ser filho de um negro da comunidade e nasci e me criei na comunidade, é isso é muito importante defender a nossa orige. Pra mim é muito importante defender nossa orige.

E concernente as religiões afro-descentente justamente temos que respeitar o direito de cada um. Temos a lei que dá o direito a cada um ter o direito de escolha de religião, então a gente tem que respeitar o direito dele, apesar de eu ser evangélico, mas sempre respeitei e vou continuar respeitando o direito de cada um, o seu direito de escolha de religião. Eu sempre respeitei e vou continuar, mesmo sendo evangélico, pastor vou continuar respeitando porque é o direito de cada um.

Reginaldo Conceição Nascimento, 44 anos – Presidente da Associação

Entrevista realizada: 19.12.2020

A associação pra comunidade nem dizer só pra mim, pra comunidade é uma coisa muito importante, é uma coisa que a gente considera que caiu do céu. Caiu do céu pra gente pelo motivo que a gente vivia nessa comunidade, né, comunidade de quilombo, desprezado dos políticos, do poder público, e através dessa associação, a gente conseguiu se achar, se encontrar no meio deles, e chegando aqui na comunidade que a gente não deixamos de esquecer de falar de Laudelino Bernardo Sena, que vindo li de Ipiaú, quando ele chegou aqui na região maios ou menos no ano de 1998 a 2000, ele veio falando que ele veio de uma comunidade ali de Ipiaú, que lá eles tinha uma associação e que através da associação eles conseguiram coisas muito boa pra aquela comunidade. Só que ele disse que não sabia como lidar com essa associação. Mas ele sabia que tinha como ir que a gente se manifestasse que a gente ia conseguir criar a associação dentro da comunidade e que a gente ia conseguir os objetivos pra comunidade.

Então realmente a gente corremos atrás disso. A gente conseguiu através da CEPLAC, a gente peguemos pessoas na CEPLAC, no assentamento que já tinha aqui em Maraú que é a Santa Maria, a gente peguemos pessoas nessa CEPLAC, e nesse assentamento, nesses dois órgãos e lutamos e conseguimos nossa associação. Que em primeiro lugar foi a associação de Produtores da região do Empata Viagem, e com essa associação a gente veio conseguimos trazer pra comunidade projetos. Comecemos trazer projetos para a comunidade, foi aonde logo 22 pessoas foram beneficiadas no Projeto Café e Coco. No qual meu pai aqui pegou o financiamento pra plantar 4 (quatro) hectares . Duas de café e duas de coco. Que a região estava precária mesmo naquele época e graças a Deus através daquele projeto a gente já conseguimos levantando a comunidade. Aí a gente fomos lutando, lutando. Aí depois conseguimos outros projetos como Crédito Amigo, e tal pra comunidade, que foi, é do Banco do Nordeste também e a comunidade graças a Deus foi levantando, e também com um conchavo com o poder público, então já foi melhorando. Aí, através disso aí, veio um agente de desenvolvimento do Banco do

Nordeste por nome Nivaldo, que foram pessoas que ajudaram a gente que a gente não podemos esquecer e trabalhar com a gente e através do Bando do Nordeste que hoje a tem Moura hoje cobrindo essa área. E a gente viemos através de Nivaldo, ele chegou até a gente e falou pra gente que ele descobriu do IBGE, que até esse momento, foi em 2004 por aí, a gente não sabia nada assim de quilombo, a gente era, uma coisa que a gente não sabia, foi que nem Laudelino falou, ficava escondido pela gente não ter acesso nenhum, associação ou algo assim, a gente não tinha conhecimento daquilo que era da gente pra gente buscar aquilo que é nosso. Aí veio senhor Nivaldo e falou pra gente que através do IBGE ele descobriu que a comunidade da gente era comunidade de quilombo, remanescente de quilombo. [...] Aí a gente veio e mudamos os documentos da associação, mas pra mudar os documentos da associação não era só assim, dizer: ah, eu sou comunidade de quilombo e eu preciso do certificado da fundação Palmares pra poder dizer que eu sou quilombola. Aí a gente indo em Salvador na Fundação Palmares eles disse que pra poder dar esse certificado a gente, eles tinham que vir na comunidade pra ver na verdade se a comunidade era quilombola, que pra ser tinha que ter a marca, a marca foi a marca que meu pai falou da velha Honóra, o Didi,tudo aqui dentro da comunidade que foram os escravos se refugiaram. Aqui tinha as represas que foi feita na época dos escravos, casa de farinha, chão da casa de farinha e tal. Aí a gente conseguimos provar pra eles que sim, aqui era aqui que a gente estava correndo atrás. Aí a Fundação Cultural Palmares deu a gente o certificado como comunidade quilombola, aí graças a Deus hoje a gente somos certificados. O certificado está na mãe da secretária [...]

A associação foi não, é um fator muito forte pra nossa comunidade e tudo que isso aí que eu acabei de te dizer a gente conseguiu através da associação. Aí veio também depois desse certificado, o governo do PT também o governo Lula, aí veio mais Política Pública pra, pras comunidades pro nosso país. E a gente através da associação a gente conseguimos também mais Política Pública pra comunidade. Apesar desse projeto do coco e café o qual eu já falei a gente conseguimos aqui também o PAA, no período de 6 (seis) anos a gente desfrutando desse projeto do governo a gente conseguimos quase 3 (três) milhões de reais para dentro da comunidade. Então a comunidade cresceu bastante, em cima disso aí. Por que nem só ajudava aquelas pessoas que estavam vendendo o seu produto, como aqui todo

mundo perdia por causa das políticas públicas que não tinha. Não tinha uma associação, não tinha nada pra poder tá correndo atrás das políticas públicas, aí a gente perdia tudo isso aí. Levamos 2 (duas), 3 (três) décadas perdendo isso aí, perdendo nossas produções porque a gente não tinha pra quem vender onde veio o PAA, onde a gente conseguimos vender uma parte da nossa produção, trazendo pra dentro da comunidade, nesse período de 6 (seis) anos , praticamente três milhões de reais pra dentro da comunidade.Então assim, a comunidade foi crescendo, crescendo através disso aí, então como Irênio falou, na minha época já existia a Escola Vitório Magalhães que foi um projeto dele, que ainda em tempo de novo ele correu atrás e trouxe pra dentro da comunidade. Aí a gente viemos através da associação a gente conseguimos o Ginásio que é do Pré ao 9º (nono) ano, dentro da comunidade, o qual também gerou emprego, gera renda. Se gera emprego, gera renda. Então, através da associação esse guerreiro velho, Irênio Monteiro, a gente vem conseguindo essas políticas. Conseguimos fazer a sede da associação. Conseguimos também agora, já chegou é, até na associação, moto, computador, várias coisas que a gente vem trazendo pra dentro da associação. Conseguimos também, uma mini indústria, mini fábrica de polpa, pra gente tá processando as frutas, os negócios que a gente tempos aqui, que a gente perde, a gente não vamos mais a partir daí, com fé em Deus não vamos perder mais, que a gente tamo conseguindo através das políticas públicas. Né, o campo que a gente tá conseguindo também. Que já tinha mais através do ginásio no momento a gente preferiu o ginásio por que o campo a qualquer momento poderia vim novamente. E se a gente perde o ginásio ia ficar ruim pra poder vim. Então, a comunidade é tão esperta, não falo Regi presidente que tá na presidência, mas eu falo comunidade por que a gente senta pra poder dialogar pra ver por onde é melhor como é que a gente deve fazer pra gente tá conseguindo as políticas públicas para a comunidade. Então, a gente conseguimos a Escola aí, ficamos sem o campo, mas o poder público já está fazendo o campo da gente. Aí a gente já tem ginásio, pode-se dizer que já tem campo. A gente tem o mini posto também que vai ser inaugurado recente, vai ser inaugurado também. Tudo através da associação a gente corre atrás, a gente cobra e a gente vem conseguindo. Agora foi o que a gente conseguiu. Conseguimos também energia, hoje nós temos 80% de energia em uma comunidade de 300 (trezentas) famílias, 80% da energia que veio por meio da associação, então o poder

público se manifesta e tal, pelas cobranças da gente e consegue e traz e graças a Deus a gente consegue. Só que hoje a gente não tem o suficiente que a gente queremos para o futuro. Por que [...] e para as crianças a gente já tem algo para o futuro das crianças? Não. Tem agora para o presente porque a gente já tem uma escola e tudo. Mas pro futuro a gente necessita de creche, a gente necessita de área de lazer, a gente necessita de várias coisas que a gente precisa na comunidade que isso é pro futuro e a gente vamos correr atrás. A comunidade vai correr atrás juntamente com a associação e a gente pretende conseguir isso aí, pra comunidade.

Antônia Conceição Oliveira, 40 anos – Secretária da Associação e agricultora

Entrevista realizada dia: 20.11.2019

Eu sempre vivi aqui, nasci, me criei aqui, e to aqui até hoje. Gosto muito de viver aqui não tenho de que reclamar. Somos quilombolas, trabalho na zona rural mesmo, trabalho pra mim mesmo. Eu planto cacau, planto mandioca, faço farinha, faço beiju, faço tapioca. Do aipim faz o bolo, faz várias coisas de aipim, só que a gente faz mesmo pra gente comer, por que a gente não faz pra vender não, porque a gente não tem coisa assim pra gente vender, mas a gente gostaria de fazer pra gente vender porque era um sustente, era o próprio salário que a gente ia fazer pra gente mesmo pra ajudar os nossos filhos na escola, ter como eles fazer uma faculdade, alguma coisa sendo que a gente ia tirar do da gente mesmo. (Antônia Conceição, 40 anos)

Na associação a gente fez um curso em Ubatã e foi muito importante. Porque a gente aprendeu muitas coisas que se faz com aipim, se faz com mandioca, banana. A gente aprendeu a fazer muita coisa, cocada, doce, várias coisas a gente aprender, suco, até suco de aipim a gente aprendeu, sorvete, outros, outros, outros. Outros tipos de bolo que a gente não sabia, a gente aprendeu. Então, só tá aqui o que a gente aprendeu, mas a gente não desenvolveu pra fazer pra vender. A gente faz pra gente mesmo. (Antônia Conceição, 40 anos)

Maria Aparecida Souza Barbosa (Lia), 31 ANOS – Diretora da Escola

Entrevista realizada: 19.12.2020

A importância da escola na nossa comunidade eu diria que até hoje, eu tenho 32 anos, nasci e me criei aqui nessa comunidade e é também onde eu trabalho, já tem 12 anos que eu trabalho, eu diria que é a maior conquista que a comunidade já teve até hoje, é a Escola. Porque, você sabe que um povo sem educação é um povo fracassado e a nossa comunidade, com essa conquista que é a escola abriu-se várias portas. Eu não falo só da questão do trabalho, do emprego para as pessoas da comunidade que trabalha hoje na escola em termo de renda, mas eu falo em termo de conhecimento para os nossos alunos, por que se, a minha história já é diferente. Eu se eu quis fazer o ensino fundamental II quando eu sair do 5º ano, eu tive que ir pra Ibiaçú, andar em cima de caminhão, que é o pau de arara, e durante quatro anos, fui pra Ibiaçú fazer, e é, hoje as nossas crianças, os nossos jovens da comunidade já não têm essa passagem de ta saindo da comunidade, a comunidade tem como acolher esses jovens e só sai realmente pra fazer o ensino médio por que só faz no Colégio Estadual , não tem outro jeito. Mas eu tenho esperança também de um dia a gente conseguir, atingir também e ter, ao menos um anexo do Colégio Estadual pra poder também, esses jovens ficarem na comunidade. Então assim é uma entidade essencial na nossa comunidade hoje, por que atende, hoje a gente atende 295 alunos, a maioria desses alunos são todos da comunidade, a maioria, a não ser alguns do Aralzinho que a gente traz, mas a maioria, a maior força desses alunos são os nossos aqui. Então assim, é uma coisa que abrange, né!? E que ajuda. E esses meninos estudam dentro da comunidade, e fortalece também a identidade desses meninos, por que eles têm a chance de estudar a história da própria comunidade, ver como era, quais foram os avanços que a gente conseguiu de lá pra cá e a responsabilidade, né!? De nós como educadores também temos com esses alunos. E as possibilidades também que essa Escola veio e trouxe pra nós, por que assim, eusó consegui terminar minha faculdade por que eu tive uma oportunidade de trabalhar , por que né, pagar todos os meus estudos que eu tive até hoje, eu consegui trabalhando nessa escola, me capacitando. E todos os conhecimentos que eu adquiri, eu hoje estou retribuindo na minha comunidade. Hoje, eu como gestora da escola eu procuro dar o melhor que eu posso pra esses

alunos por que eu sei a realidade desses alunos, conheço essa realidade e o que eu posso fazer para transformar essa realidade, eu venho fazendo. E a importância dessa Escola na comunidade na verdade eu não tenho nem palavras pra descrever a importância dessa escola na comunidade.